

cadernos do

terceiro mundo

EL SALVADOR
A farsa
das eleições

Fev 1982 - Esc. 60\$00 - Kz 60,00 - MT 60,00 - PG 60,00 - CV 60,00 - Cr\$150,00 - Ano IV - nº 42

ONTEM JERUSALÉM
HOJE GOLÃ
ATÉ ONDE
IRÁ

ISRAEL?





**nosso petróleo
onde
é necessário...**

Sociedade Nacional
de Combustível de Angola

ONANGOL

rua duarte pacheco pereira, 8
c.p. 1316 • Luanda
telex 3148 3260

*Os diamantes
de Angola
são mais
brilhantes*

*Estão agora a serviço do povo
e da reconstrução nacional*

Companhia de Diamantes de Angola

MABOR DE MOÇAMBIQUE



tipos de pneus para exportação:

175 R 15c Jet SPORT COMERCIAL	145 SR 10 Jet SPORT	9.00 - 20 S. EXPRESSWAY
7.00 - 14 POWER Jet COMERCIAL	135 SR 12 " "	10.00 - 20 " "
7.50 - 15 S.H.C.T.	155 SR 12 " "	11.00 - 20 " "
6.00 - 16 " "	145 SR 13 " "	11.00 - 20 GT 100
6.50 - 16 " "	155 SR 13 " "	11.00 - 20 Jet TRAC
7.50 - 16 " "	165 SR 13 " "	12.00 - 20 " "
9.00 - 16 " "	175 SR 13 " "	6.00 - 16 Tractor Frente
7.50 - 18 " "	165 SR 14 " "	7.50 - 16 " "
8.25 - 20 " "	175 SR 14 " "	16.9/14 - 30 SPECIAL FARMER
	145 SR 15 " "	7.50 - 20 Traction Rib.
	165 SR 15 " "	

Estrada Nacional Nº1, km 13
C.P. 2341
Maputo
telex: 6-488 MABOR MO
telegr. MABOR
telef. 71 551/4



projectando a imagem de um moçambique novo



empresa moçambicana de
importação e exportação de
produtos pesqueiros, e e.

telex: 6-409 pesca-mo
6-530 pesca-mo
telegrama: Interpescom
caixa postal: 163 Maputo

exporta: camarão
lagosta
holotúrias

importa: peixe congelado
conservas e
farinha de peixe,
aprestos para pesca

DNPP

república popular de moçambique

aos leitores aos leitores aos leitores aos leitores

Golã, outra vez

Novamente temos uma matéria de capa sobre o Oriente Médio, desta vez em consequência da anexação do Golã pelo regime israelense, mais um elo na cadeia de decisões violatórias do direito internacional — usando a expressão do líder palestino Yasser Arafat — que tem provocado a condenação mundial a Telavive. Nosso enviado especial à região mostra os movimentos árabes para reagir à provocação e, destacando o risco que a decisão encerra para a paz mundial, a compara aos primeiros passos expansionistas do regime de Adolf Hitler, estopim da Segunda Guerra Mundial. Uma longa e documentada matéria do nosso correspondente no México expõe os movimentos dos contra-revolucionários nicaraguenses, se organizando em Honduras e nos Estados Unidos para agredir e desestabilizar o governo sandinista de Manágua. O nosso diretor nos traz um testemunho da importância continental que teve a Conferência de Lima em solidariedade ao povo salvadorenho. Os mais representativos partidos e movimentos democráticos latino-americanos, além de personalidades norte-americanas, canadenses e européias se reuniram na capital peruana para expressar o seu apoio à Frente Democrática Revolucionária e à Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional, e condenar a farsa eleitoral que a Junta civil-militar democrata-cristã está implementando enquanto se nega a aceitar uma negociação que ponha fim ao genocídio. Complementamos nossa edição com uma análise das pressões que o capitão Jerry Rawlings enfrenta em Gana, após a derrubada do regime de Hilla Hilmann, corroído pela corrupção e pela inoperância. Na Ásia, um balanço dos primeiros tempos do frágil governo encabeçado pelo presidente Abdus Sattar, sob a tutela dos militares que, nos bastidores e usando a fachada do regime civil eleito democraticamente, são os verdadeiros detentores do poder em Bangladesh.

CARTAS LETTERS CARTAS

Portugal e África

As recentes e as futuras viagens do presidente Eanes à África demonstram que, finalmente, os governantes portugueses conseguiram vencer as barreiras levantadas pela direita portuguesa. O pragmatismo político venceu o radicalismo de uma direita inconsequente. J. C. Mendes, Lisboa, Portugal.

Milhões de marginalizados

Parabéns a todos vocês que têm mantido ativa uma revista que, obviamente, não tem o apoio dos grandes grupos capitalistas, dos governos racistas e dos imperialistas que têm mantido milhões de pessoas à margem de uma existência humana. Aljones de Castro, Porto Alegre, Brasil.

Temas brasileiros

Gostaria de propor a criação de uma sessão especial contendo somente reportagens brasileiras. (...) Estou achando fraco o trabalho de informação por parte da imprensa alternativa (imprensa "nanica"), pois estão se tornando meros porta-vozes dos partidos, não nos fornecendo o material informativo sobre a realidade brasileira que tanto necessitamos. (...) Companheiros, estou propondo-me a ajudar, pois precisamos ser solidários uns com os outros, já que aspiramos a uma sociedade justa e igualitária, sem explorados e exploradores. Paulo Henrique O. Torres, Rio de Janeiro, Brasil.

Estados Unidos

Naquele país não existe liberdade sindical e o governo americano apóia o regime racista da África do Sul, apóia a ditadura de El Salvador, apóia abertamente o governo sionista de Israel e explora os países pobres. (...) Com que moral podem então criticar a União Soviética? Precisam cuidar mais deles e deixar de meter o nariz onde não são chamados. Luis H. Menezes, Aracaju, Brasil.

Chile

Por onde tive ocasião de passar, Europa e América do Sul, o que pude constatar foi a importância extrema que tem sido dada aos problemas internos da Polônia, quando aqui no Cone Sul temos problemas seríssimos como as ditaduras de Pinochet e Stroessner. A desgraça que hoje sofre o povo chileno e a crueldade e desmandos do regime a que estão submetidos aqueles que o contrariam, ultrapassam, na mais elementar das análises, uma eventual maior abertura democrática na Polônia. E até uma certa imprensa dita progressista (brasileira inclusive) entra na jogada norte-americana. J. W. de C., Santiago do Chile.

Países esquecidos

(...) Aqui mesmo na América do Sul, cadernos têm se esquecido do Paraguai, do Chile e das ex-Guianas. E o que se passa no Botsuana, Benim, Nigéria e Somália, somente para falarmos de alguns países da África? Os recentes acontecimentos em

Gana pegaram mesmo os mais interessados completamente desinformados. Penso que a vocação principal de nossa revista deve ser esta, que parece ser o seu lema: formar através da informação. M. Cristos, Buenos Aires, Argentina.

Independência

Gostaria de parabenizar toda a equipe de cadernos do terceiro mundo por um ano de 1981 brilhante, com matérias importantes e análises. É primordial para o público brasileiro esse tipo de publicação, independente das grandes agências monopolistas da informação. João Luis Brito, Goiânia, Brasil.

Intercâmbio

Manuel Samaluga

A/c de José Paulo
Caixa Postal 41.717, Combal,
Luanda, Rep. Pop. de Angola
Pinto Silva Mussuica
A/c de Silva Martins
Caixa Postal 15, Sorra, Dundo
Lunda-Norte, Rep. Pop. Angola
Tito M. Francisco
Caixa Postal 3.245
Luanda, Rep. Pop. de Angola
Gunter Gaulke

Caixa Postal 101
94400 Viamão-RS, Brasil
Geraldo Magela R. Vasconcelos
R. Rio Grande do Sul, 646/202
30000 Belo Horizonte-MG, Brasil
Aljones Luis de Castro
Rua 4, 129 - Vila Cefer 2,
Partenon
90000 Porto Alegre-RS, Brasil

Nesta edição

Editorial

- 5 Chile, as lições de um fracasso

Matéria de capa

- 8 Até onde irá o expansionismo israelense? *Moacir Werneck de Castro*
Arafat: "Golã é mais um elo da cadeia"
"Alguém compra peixe no mar?"
Um guerrilheiro de quatro anos

Mundo Árabe

- 23 Sudão: A rebelião popular, *Beatriz Bissio*
27 Tunísia: A polêmica sobre a redemocratização,
Alberto Mariani
30 Argélia: O governo altera a linha econômica, *Said Madani*

América Latina

- 32 El Salvador: O apoio à solução negociada, *Neiva Moreira*
35 Nicarágua: As provas da conspiração somozista,
Roberto Bardini
45 Haiti: "Baby Doc" à beira de uma nova crise,
Gérard Pierre-Charles

Idéias

- 55 O "teatro" político como arma diplomática, *Gregorio Selser*

África

- 61 Gana: Rawlings tenta salvar o país da destruição,
Carlos Castilho
68 África do Sul: A agonia da igreja branca, *Elizabeth Schmidt*

Ásia

- 70 Bangladesh: Uma democracia de botas, *Narinder Koshla*
72 Vietnã: O planalto central sete anos após a guerra,
Wilfred Burchett

Norte/Sul

- 81 Se Herodes vivesse...

Cultura

- 86 Os filhos de Roque Dalton, *Mario Benedetti*
88 Notas

Comunicação

- 89 El Salvador, objetividade e credibilidade, *Roberto Remo*
91 Notas

- 92 Panorama Tricontinental



Cap. Jerry Rawlings



A mortandade infantil

Publicações com informações e análises das realidades, aspirações e lutas dos países emergentes, destinadas a consolidar uma Nova Ordem Informativa Internacional.

Editor Geral
Neiva Moreira

Editores Associados
Paulo Piacentini e Beatriz Bissio

Conselho Editorial Internacional
Darcy Ribeiro — Juan Somavía
Henry Pease García
Aquino de Bragança
Wilfred Burchett

Revista Mensal
nº 42
fevereiro — 1982
Preço de capa: Cr\$ 150,00
Números atrasados: Cr\$ 150,00

● **Edições em português**

BRASIL

Diretor e Editor
Neiva Moreira

Diretor Administrativo
Altair Campos

Secretário de Redação
Carlos Castilho

Representantes
Clóvis Sena (Brasília)
Paulo Cannabrava Filho (São Paulo)
Caixa Postal 60.086 — CEP 05.033

Arte
Carmem Saporetto (editor)
Samará e Amaury dos Anjos

Tradução
Vanize Campos

Revisão
José Carlos Gondim
Cláudia Guimarães

Assinaturas
Marília Mourthé

Documentação e Arquivo
Lídia Freitas

Composição
Ronaldo Fonseca

Distribuição
Homero Souza

Fotolito
Colorio Stúdio Gráfico Ltda
Rua 2 de Fevereiro, 33 — Encantado

Circulação em 70 países.

editora terceiro mundo Ltda.
Rua da Glória, 122 — grupo 105/106
Tel.: 242-1957/Telex: 2133054CTMB/BR
CEP 20.241 — Rio de Janeiro — RJ
Registro na Junta Comercial do Estado
do Rio de Janeiro nº 33.200.306.291
C. G. C. (MF) nº 30.876.783/0001-32
Inscrição Estadual nº 81.341.400
Registro no INPI nº 013.539
Registro no SCDP/SR/DPF
nº 2.195 — P. 209/73

cadernos do terceiro mundo utiliza os serviços das seguintes agências: ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA (Irã), IPS (Inter Press Service), SHIHATA (Tanzânia), WAF (Palestina), e do pool de agências dos Países Não-Alinhados. Mantém um intercâmbio editorial com as revistas APSI (Chile), África (Espanha), Nueva (Equador), Novembro (Angola), Tempo (Moçambique), e com o jornal Daily News de Dar-es-Salaam (Tanzânia).

Créditos das fotos desta edição:

Agência Sygma, p. 49/Prensa Latina p. 51/Rev. África pp. 64, 65, 69/Boccon Gibod-Sipa Press p. 75/Gamma p. 75/Yan Baq p. 77/Gaspar-Bohemia p. 61/Beatriz Bissio pp. 12, 17, 21, 62/Barricada pp. 37, 90/Henning Christoph-Unicef p. 81/Unicef p. 82/Nick Fogden-Unicef p. 85/Magazin p. 37/Ag. Angeli p. 12/Juca Martins pp. 13, 15, 18, 19, 21/Instituto de Cinema Palestino p. 17/Nações Unidas pp. 24, 26/UNRWA p. 21. Capa: Willy

ANGOLA — CABO VERDE
GUINÉ-BISSAU — MOÇAMBIQUE
PORTUGAL e SÃO TOMÉ e PRÍNCIPE

Editor
Altair L. Campos

Redação
Baptista da Silva
Carlos Pinto Santos

tricontinental editora Ltda.
Calçada do Combro, 10/19
telefone: 32 06 50 — Lisboa — 1200

Birô Africano
Angola
Eduardo Segui — Luis Henrique
Caixa Postal 3.593 — Luanda
Moçambique
Etevaldo Hipólito — João Escadinha
Rua da Kongwa, 153 — Maputo

● **Edições em espanhol**

MÉXICO — AMÉRICA CENTRAL
AMÉRICA DO NORTE e CARIBE

Editor
Roberto Remo

Gerente Geral
Gerônimo Cardoso

editora periodistas del tercer mundo a. c.
calle Calificadora, 98A — Coyoacán
México, 21 DF — telephone: 689-1740
Correspondência: Apartado Postal, 20 572
México, 20, DF

BOLÍVIA — CHILE — COLOMBIA
EQUADOR — PERU — VENEZUELA

(Edição Andina)
Publicada por DESCO: Centro de Estudios y Promoción del Desarrollo
Avenida Salaverry, 1945
Lima, 14 Peru — Teléfono. 724-712

● **Edições em inglês**

ESTADOS UNIDOS — CANADÁ
EUROPA e PAÍSES DE LÍNGUA
INGLESA NO TERCEIRO MUNDO

Editor
Fernando Molina

Editor Consultivo
Cedric Belfrage

Apartado Postal, 20.572 — México, DF.

DISTRIBUIDORES

ANGOLA: EDIL — Empresa Distribuidora Livraria UEE, Avenida Luis de Camões, 111, Luanda. BÉLIZE: Cathedral Book Center, Belize City. BOLI-
VIA: Tecnolibros S.R.L., Casilla de Correo 20288,
La Paz. BRASIL: Fernando Chinaglia Distribuido-
ra S.A., Rua Teodoro da Silva, 907 — Rio de Janei-
ro. CANADÁ: Third World Books and Crafts, 748
Bay St. Ontario, Toronto — The Bob Miller Book
Room, 180 Bloo St. West, Toronto. COLOMBIA:
Ediciones Suramérica Ltda., Carrera 30 No. 23-13,
Bogotá. COSTA RICA: Semanario Nuevo Pueblo,
Av. 8 Calles 11 y 13 No. 1157, San José. CHILE:
Distribuidora Sur, Dardignac 306, Santiago.
EQUADOR: Ediciones sociales, Córdoba 601 y
Menduburo, Guayaquil — RAYD de Publicaciones,
Av. Colombia 248, of. 205. Quito Ed. Jaranillo
Arteaga, Tel. 517-590, Reg. Sendip Pex 1258. EL
SALVADOR: Librería Tercer Mundo, Primera
Calle Poniente 1030, San Salvador — El Quijote,
Calle Arce 708, San Salvador. ESTADOS UNI-
DOS: Guild News Agency, 1118 W. Armitage
Ave., Chicago, Illinois — New World Resources
Center, 1476 W. Irving Pl., Chicago, Illinois — Li-
brería Las Américas, 152 East 23rd Street, New
York, N.Y. 10010 — Third World Books, 100
Worcester St., Boston, Mass 02118 — Librería del
Pueblo, 2121 St., New Orleans, LA 70130 — Pa-
pyrus Booksellers, 2915 Broadway at 114th St.
New York, N.Y. 10025 — Tom Mooney Book-
store, 2595 Folsom Street, San Francisco, CA.
94110 — Book Center, 518 Valencia St., San
Francisco, CA — Red and Black, 4736 University
Way, Seattle — Groundwork Bookstore, U.C.S.D.
Student Center 8-023, La Jolla, CA. FRANÇA:
Centre des Pays de Langue Espagnole et Portu-
gaise, 16 Rue des Ecoles, 75005 Paris. GRÁ BRETA-
NHA: Latin American Book Shop, 29 Islington
Park Street, London. GUINÉ-BISSAU: Departa-
mento de Edição-Difusão do Livro e Disco, Con-
selho Nacional da Cultura. HOLANDA: Athenaeum
Boekhandel, Spui 14-16, Amsterdam. HONDU-
RAS: Librería Universitaria "José Trinidad Reyes",
Universidad Autónoma de Honduras, Tegucigalpa.
ITALIA: Paesi Nuovi, Piazza di Montecitorio 59/
60, Roma — Feltrinelli, Via de Babuino, 41 Roma
— Alma Roma, Piazza P. Paoli, 4-A, Roma — Spag-
nola, Via Monserrato, 35/6, Roma — Uscita, Bian-
chi Vecchi, 45 Roma. MÉXICO: Unión de Expen-
dedores y Voces de Periodico, Humboldt No.
47, México 1, D.F. — Distribuidora Sayrols de Pu-
blicaciones, S.A., Mier y Pesado No. 130, México
12, D.F. — Librerías México Cultural, Mier y Pe-
sado No. 128, México 12, D.F. — Metropolitana
de Publicaciones, Librería de Cristal e 100 liva-
rias em todo o país. MOÇAMBIQUE: Instituto do
Livro e do Disco, Ave. Ho Chi Minh 103, Maputo.
NICARÁGUA: Ignacio Briones Torres, Reparto
Jardines de Santa Clara, Calle Oscar Pérez Casas
No. 80, Quinta Soledad, Manágua, Nicaragua. PA-
NAMÁ: Librería Cultural Paramaña, S.A., Ave Es-
paña 16, Panamá. PERU: Distribuidora Runamar-
ka, Camaná 878, Lima 1. PORTUGAL: Dijornal,
Rua Joaquim António de Aguiar 66, Lisboa. POR-
TUGAL: Librerías La Tertulia, Amalia Marín
Esq. Ave González, Río Piedras — Pensamiento
Crítico, P.O. Box 29918, 65th inf. Station, Río
Piedras, P.R. 00929. REPUBLICA DOMINICA-
NA: Centro de Estudios de la Educación, Juan
Sánchez Ramírez 41, Santo Domingo — DESVIG-
NE, S.A., Ave. Bolívar 354, Santo Domingo. RE-
PUBLICA FEDERAL DA ALEMANHA: Gunther
Hopfenmüller, Jeringstr 155, 2102 Hamburgo. S.
TOMÉ E PRÍNCIPE: Ministério de Informação e
Cultura Popular. SUÉCIA: Wennrgren-Williams
AB, S-10425, Stockholm. VENEZUELA: Publica-
ciones Españolas, S.A., Ave México Lechos a Pte.
Brion, Caracas.

Chile, as lições de um fracasso

O regime do general Augusto Pinochet, que tomou o poder a sangue e fogo no dia 11 de setembro de 1973, apresenta ao mundo, muito a contragosto, as provas irrefutáveis do fracasso do modelo econômico ultraliberal que adotou e que inspirou outros governos semelhantes na região — Argentina e Uruguai — assim como, em condições econômicas e políticas muito diferentes, o dos Estados Unidos sob a presidência de Ronald Reagan.

Quando se trata de modelos econômicos, os *experts* exigem que, para que se possa analisar seriamente sua validade, estes sejam aplicados coerentemente e num longo período de tempo. Poucas vezes se deram condições tão propícias para a aplicação de um modelo e para a avaliação de seus resultados, segundo os critérios compartilhados pelos expoentes de todas as escolas de pensamento.

Em primeiro lugar, havia condições políticas ideais. Pinochet concentrou o poder totalmente em suas mãos, enquanto que o mesmo não se pode afirmar dos governantes argentinos e uruguaios, divididos internamente e carentes de uma liderança militar única e indiscutível, como a conseguida pelo general chileno.

Em segundo lugar, a repressão, descarregada contra os opositores políticos, sindicais e econômicos, com diferentes graus de brutalidade, segundo as posições ideológicas de cada setor, mas em todos os casos de implacável eficiência para eliminar qualquer ameaça, resistência e até críticas moderadas.

Em outras palavras, apesar do enorme mal-estar social e das ações corajosas de tantos opositores, os aparelhos repressivos se impuseram com tanto vigor que retiraram do seu caminho o menor obstáculo à execução a fundo do modelo.

Poderia se dizer que o país foi convertido em um perfeito laboratório para examinar e avaliar com exatidão os efeitos práticos das teorias monetaristas da escola de Chicago (cujo máximo expoente é o prêmio Nobel de Economia Milton Friedman), aplicadas a um país dependente do Terceiro Mundo.

É exatamente a excepcional confiabilidade dessas

condições que permite lançar um veredito definitivo.

Os resultados saltam aos olhos e não deixam margem a equívocos ou segundas interpretações. As duas regras sobre as quais se assentou o planejamento econômico foram a liberdade de importação e a taxa de câmbio do dólar. A primeira consistiu na mais ampla experiência contemporânea de abertura aos mercados estrangeiros e se traduziu numa redução substancial do imposto alfandegário, estabelecido em dez por cento de um modo indiscriminado (ou seja, para qualquer mercadoria, supérflua ou não, competitiva ou não, com a indústria nacional). A eliminação de controle ou formalidades fez com que se pudesse importar qualquer coisa de qualquer lugar, imediatamente.

Outro eixo foi o índice fixo para o dólar, mantido em câmbio fixo de junho de 1979 até hoje. Neste clima econômico, onde havia liberdade para todos menos para a moeda nacional, esta foi forçada a absorver uma inflação de 70% sem ser desvalorizada, uma medida que incentivou as importações e desestimulou as exportações. Estas disposições conduziram a uma rápida queda da inflação, apresentada como um êxito do regime. Este é o único indicador que o regime pode, em teoria, mostrar como positivo. Nos últimos tempos de Allende, e nos primeiros de Pinochet, o Chile sofreu uma inflação de três dígitos — uma das mais altas do mundo — que caiu hoje para dez por cento.

A causa principal dessa queda foi a redução nos preços dos bens de consumo, impulsionada pela liberdade de importação e pelo preço artificialmente baixo do dólar.

O consumidor se acostumou a preferir as mercadorias de menor custo provenientes das potências industriais, que eliminaram de uma forma indiscriminada os produtos nacionais de todo tipo.

A consequência dessa política foi, literalmente, demolidora: um série de falências empresariais de uma magnitude sem precedentes. As empresas "custosas e ineficientes" foram eliminadas.

Só que o processo não se interrompeu no ponto imaginado pelos discípulos de Friedman.

O descalabro na indústria foi geral, destruindo empresas que haviam alcançado alto nível de qualidade e eficiência, como o setor têxtil privado deste país rico em gado ovino.

O que terá acontecido para que o modelo infalível não atraísse os investimentos produtivos prometidos pelos discípulos de Friedman?

Ocorreu que os homens de negócios se orientaram com uma clara preferência para o setor mais rentável, como o fazem desde que o capitalismo existe como tal. Neste caso, preferiram a importação. Todos os empresários que puderam fazê-lo, venderam suas indústrias e se transformaram em importadores.

E os empréstimos e investimentos seguiram o mesmo rumo, atraídos pelos excepcionais estímulos.

Em que outro país, a não ser no Chile, onde se cobra um juro bancário anual de 50% e onde há liberdade de compra de divisas, pode um investidor duplicar seu capital em apenas dois anos e logo levá-lo para o exterior?

Para poupar detalhes do planejamento ultraliberal na produção, tomemos um indicador global. O Produto Nacional Bruto (PNB) do país é o mesmo de 1969. Isso significa que o Chile retrocedeu não só porque o PNB deve ser repartido entre uma população que cresceu durante 14 anos, como também porque a maioria das nações, ainda que em proporções diferentes, expandiu seus PNBs. Enquanto que o ingresso anual per cápita foi de 900 dólares em 1971, em 1979 havia baixado para 820 dólares.

O que esse fracasso custou ao país está parcialmente quantificado na dívida externa.

Em 1973, quando Pinochet derrubou Allende, o total da dívida (a pública mais a privada) era de quatro bilhões de dólares. Hoje ela ascendeu a mais de 12 bilhões de dólares, cifra que equivale a três vezes as exportações anuais do país.

Isto é, enquanto todos os governos anteriores acumularam uma dívida externa relativamente suportável, a ditadura

o expansionismo econômico

triplicou essa soma em apenas nove anos. Segundo uma regra econômica elementar, pode-se admitir o endividamento de um país sob a condição de que sirva para expandir sua capacidade produtiva e sempre que, pelo menos a médio prazo, se obtenha um aumento das exportações ou um superávit na balança comercial que permita enfrentar o próprio endividamento. O erro cometido é grave, já que o setor externo chileno se acha numa situação de profundo déficit. Em 1980, o déficit comercial foi de um bilhão de dólares e no ano seguinte foi de 2,4 bilhões de dólares. (O país exportou um montante de quatro bilhões de dólares e importou 6,8 bilhões, o que implica um déficit de aproximadamente 60%.)

A relação entre a dívida e a capacidade exportadora do país é seguramente o indicador mais alarmante. Em 1981, o Chile teve que destinar 58% da receita de suas exportações para pagar o serviço da dívida externa. Teme-se que se chegue a comprometer a possibilidade de uma renegociação da dívida, a longo prazo, sem a qual não se compreende como esta economia — que requer um fluxo alto e constante de capitais estrangeiros — poderia sobreviver.

O problema é que a política econômica atual não deixa ao Chile a possibilidade de escapar ao endividamento; pelo contrário, obriga-o a aumentá-lo sem lhe dar uma base para enfrentar as consequências.

Talvez o aspecto mais irônico da situação tenha se dado no plano financeiro interno. As altas taxas de juros impossibilitaram muitas empresas adjudicatórias de créditos externos de pagar suas dívidas. E o Estado, numa atitude incoerente com seus princípios liberais, mas ditada pela sua identificação de classe, assumiu a dívida dos homens de negócios. A experiência monetarista ultraliberal incorreu assim na contradição radical de uma estatização que selou o fracasso da sua doutrina.

Até o setor financeiro, que levou a parte do leão e é o único ainda rentável, como consequência da lógica do círculo vicioso e da limitação das atividades econômicas, também entra em

retração. Quatro grandes bancos e quatro grandes institutos financeiros se declararam em falência. Outros se encontram à beira disso.

Não é este o momento para enumerar os efeitos sociais e sim para registrar que, já sendo nefastos, com o tempo se tornarão ainda mais. O índice de desemprego altíssimo (nunca abaixo dos 15%) está aumentando e se prevê que durante este ano ascenderá aos 20%, uma porcentagem que fala por si mesma.

Num panorama tão arruinado, quais são as perspectivas? Os empresários, ou melhor, os poucos que ainda estão de pé, pressionam em favor de urgentes correções: modificação do tipo de câmbio, elevação dos impostos alfandegários, incentivo da produção nacional.

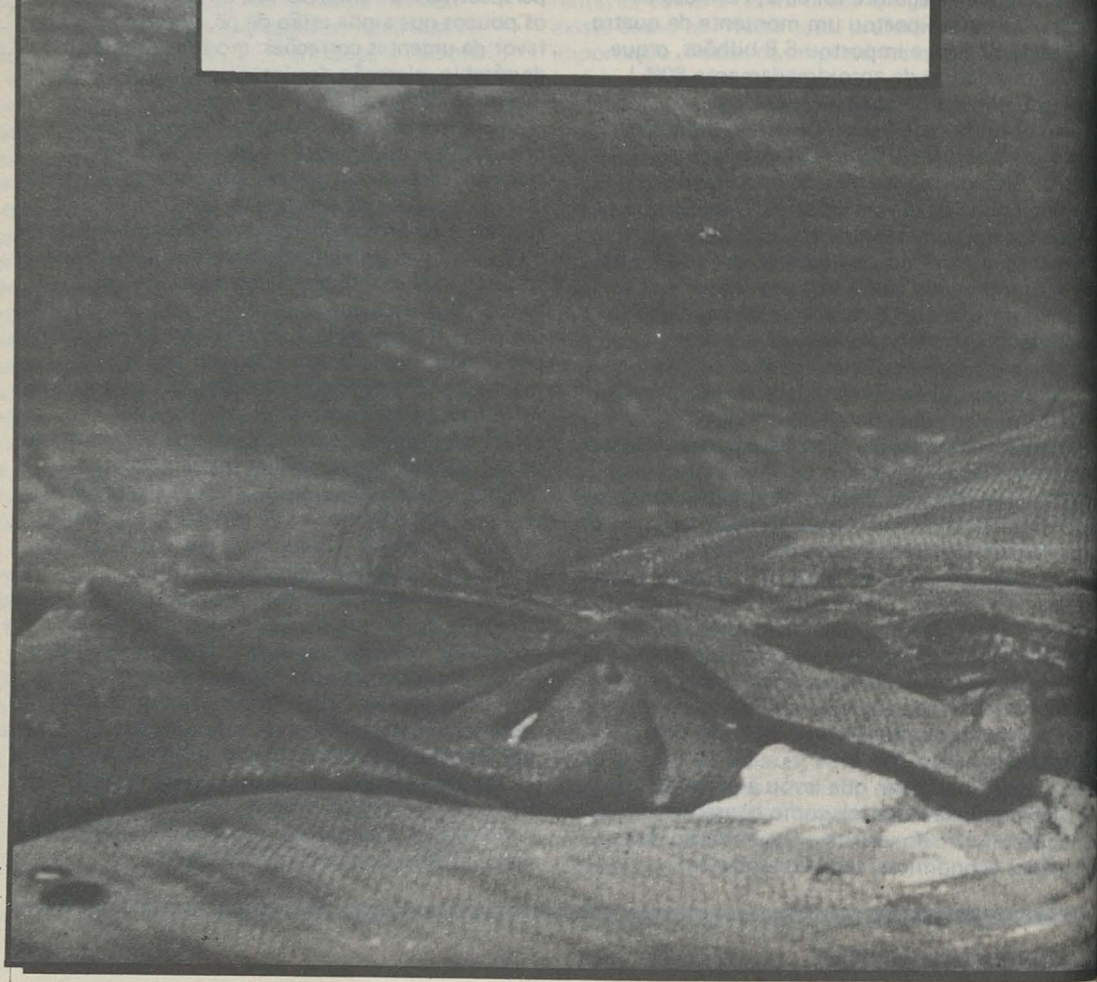
A resposta é um redondo não. Uma mudança na orientação econômica deixaria tão evidente o seu fracasso, que obrigaria o reconhecimento por parte dos responsáveis do seu trágico erro.

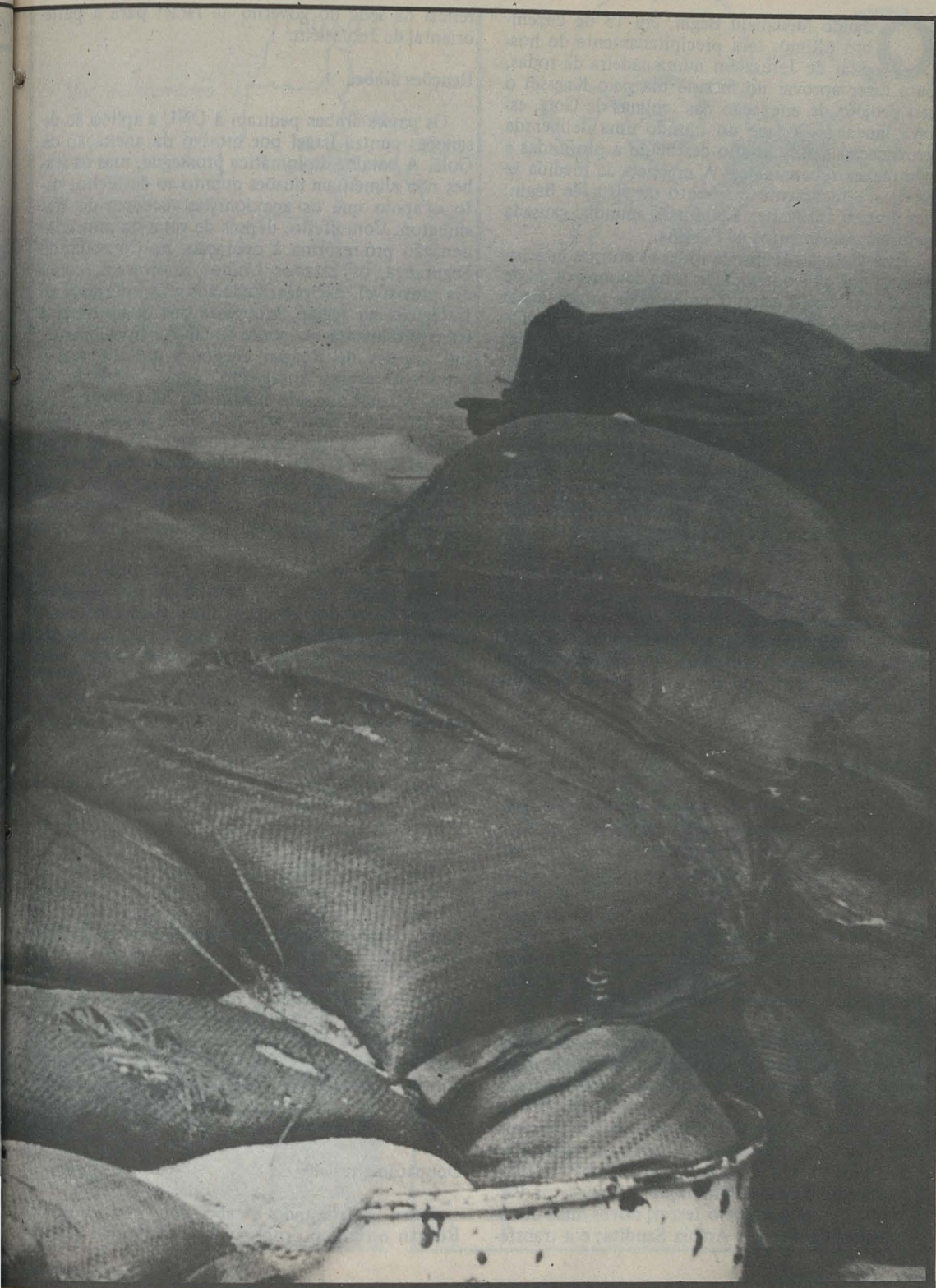
A palavra-de-ordem de apegar-se economicamente o Chile mostra a resignação diante de um grande fracasso, que só a força militar pode obrigar a tolerar. Significa menos pão e menos trabalho para um povo já submetido à miséria por um regime preocupado somente em assegurar que se mantenham os privilégios econômicos de um ínfimo grupo de consórcios (pois uma das características do modelo é a extrema concentração da renda) e da cúpula militar que o sustenta. Quanto a esta, cabe dizer que negou sua própria razão de ser, pois em vez de garantir a soberania nacional, usurpou o poder para entregar o país ao imperialismo norte-americano.

O exemplo negativo do regime militar é uma grande lição. Enquanto os Estados Unidos e os poderosos instrumentos de que dispõem — o Fundo Monetário Internacional, seu enorme aparelho financeiro privado etc — pressionam os países subdesenvolvidos para que sigam a receita monetarista, o desastre chileno ensina às nações do Terceiro Mundo, em termos muito concretos, quais são as consequências do ultraliberalismo e que futuro de empobrecimento e de inviabilidade nacional espera aqueles que a adotam. ●

Até onde irá o expansionismo israelense?

O escritor Moacir Werneck de Castro esteve no Líbano como enviado especial dos "cadernos do terceiro mundo", logo depois da anexação de Golan por Israel. Ele ouviu vários dirigentes políticos árabes, inclusive o líder palestino Yasser Arafat, sobre as consequências do expansionismo sionista. Os depoimentos foram quase unânimes: a situação vai se agravar ainda mais. O relato de Moacir Werneck de Castro e as entrevistas que ele realizou estão nas reportagens a seguir





Quando Menahem Begin, em 13 de dezembro último, saiu precipitadamente do hospital de Jerusalém numa cadeira de rodas, para fazer aprovar no mesmo dia pelo Knesset o seu projeto de anexação das colinas de Golã, estava lançando à face do mundo uma deliberada provocação e um desafio destinado a profundas e complexas repercussões. A urgência da medida se explicava facilmente do ponto de vista de Begin: era preciso aproveitar a confusão mundial causada pelos acontecimentos na Polônia.

Essa violação aberta de todas as normas internacionais era, por outra parte, uma demonstração de força para efeito interno, em vista da proximidade da evacuação do Sinai, marcada para 26 de abril — perspectiva que os duros da política sionista vêem com notório desagrado e que, apesar das negociações ainda em curso com o Egito, ninguém sabe se vai haver mesmo.

Com o seu ato de força, Begin repetia, quase 44 anos depois, uma operação que se tornou conhecida na história contemporânea como o *Anschluss*: a anexação da Áustria pela Alemanha nazista. Mas é de justiça dizer que Hitler agiu com melhor técnica, precedendo a incorporação de negociações com o governo austríaco e fazendo-a aprovar, depois, por um plebiscito. Além disso, a população da Áustria era germânica, ao passo que no território sírio ocupado permanecem 17 mil árabes, ao lado de 6 mil colonos israelenses que lá se instalaram. E todos sabem que o *Anschluss* foi o início de uma escalada que terminou com o sacrifício de 6 milhões de judeus.

O próximo passo

O clima que encontramos no Líbano, ao raiar do Ano Novo, particularmente nos meios dirigentes da OLP — vanguarda da resistência árabe ao expansionismo israelense — expressa a gravidade da situação criada no Oriente Médio com a anexação de Golã. Yasser Arafat nos resumiu o quadro, dizendo que Golã era apenas um elo, subsequente à anexação de Jerusalém e precursor de outros acontecimentos numa cadeia de agressões e violações. Seria seguida, possivelmente, por um ataque contra o sul do Líbano.

Outros possíveis próximos passos estão sendo previstos nos círculos diplomáticos acreditados em Beirute. Por exemplo, a anulação pura e simples dos acordos sobre a evacuação do Sinai, prevista nos Acordos de Campo David. Ou um ataque aéreo para destruir os mísseis sírios *Sam-6* na região libanesa de Bekaa. Ou ainda as seguintes possibilidades: o endurecimento da dominação israelense na Cisjordânia, já marcada pelo terror; novos *raids* de reconhecimento sobre a Arábia Saudita; e a transfe-

rência da sede do governo de Israel para a parte oriental de Jerusalém.

Reações árabes

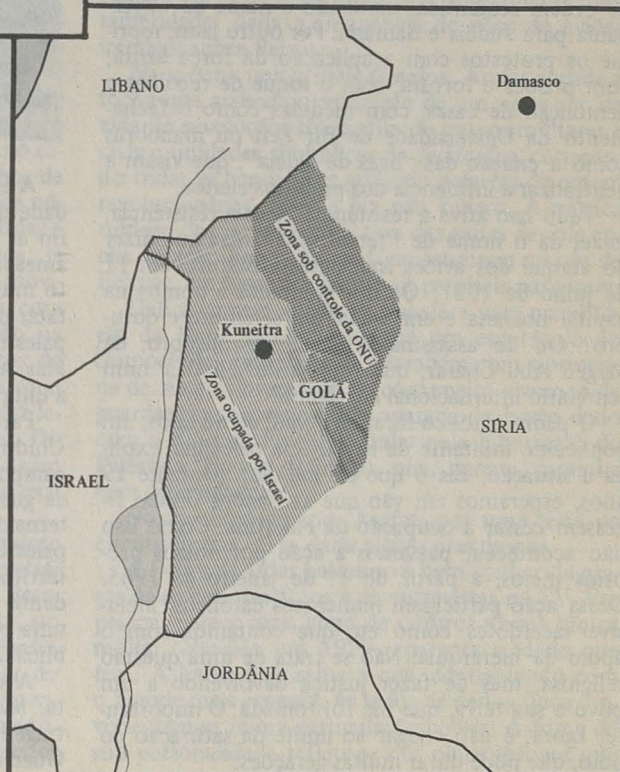
Os países árabes pediram à ONU a aplicação de sanções contra Israel por motivo da anexação de Golã. A batalha diplomática prossegue, mas os árabes não alimentam ilusões quanto ao desfecho, visto o apoio que os anexionistas recebem de Washington. Com efeito, depois de vetarem uma condenação pró-reforma à operação, no Conselho de Segurança, os Estados Unidos resolveram, como era previsível, dar prioridade aos seus interesses estratégicos na região, interesses dos quais Israel é irrecusavelmente a ponta-de-lança. Inicialmente, um assessor de Reagan chegou a declarar que o presidente estava "indignado" com a anexação de Golã, por não ter sido informado de antemão — e não por outra causa. Mas já a 12 de janeiro, numa carta ao seu colega Begin, o homem da Casa Branca reafirmava o "firme engajamento dos Estados Unidos ao lado de Israel" e qualificava como "coisa do passado" as divergências entre os dois países. Na verdade não chegaram a ser divergências, mas simples arrufos.

Ante essa reiteração do velho compromisso, as reações árabes foram de natural indignação, mesmo por parte dos governos mais conservadores e simpáticos a Washington. Ouvimos em Beirute do secretário-geral da Liga Árabe, Chadli Klibi, uma declaração que expressa a média das opiniões: "Não é lógico que os Estados Unidos reclamem sanções contra a Polônia e se oponham à aprovação de sanções com respeito a Golã". E acrescentava que "o clima político na hora atual, no mundo árabe, notadamente depois da anexação de Golã, é um clima de solidariedade". Isso Begin conseguiu: criar as premissas para uma possível unidade do mundo árabe.

A Síria foi frontalmente atingida pela anexação, já que se trata de um território seu, militarmente ocupado em 1967. Os meios oficiais de Damasco estão exasperados. O secretário-geral do partido Baas-sírio considera, realisticamente, que "essa (a de Golã) não será a última anexação por parte dos sionistas". E o presidente do Conselho Central dos Trabalhadores Árabes, Izzeddine Nasser, também sírio, disse no mesmo sentido que "a anexação de Golã será seguida por outras medidas semelhantes contra a nação árabe, pois Israel e os Estados Unidos pretendem criar um Estado judaico que se estenda do Nilo ao Eufrates".

Ocupação e resistência

Israel está levando a cabo, com o estímulo de Reagan e Haig, o processo da "autonomia palesti-





na'', que consiste em substituir o governo militar por uma administração civil, assim perenizando a ocupação. A sorte dos dois prefeitos da Cisjordânia, expulsos pelas autoridades israelenses e ora em peregrinação pelo mundo, oferece um testemunho vivo da farsa que é essa autonomia.

Nas últimas semanas têm crescido as manifestações de revolta nos territórios ocupados. Israel dá dois tipos de resposta. Por um lado, toma medidas de ordem semântica, mudando o nome da Cisjordânia para Judéia e Samaria. Por outro lado, reprime os protestos com a aplicação da força bruta, com prisões e tortura, com o toque de recolher e demolição de casas, com medidas como o fechamento da Universidade de Bir Zeit ou manobras como a criação das "ligas de aldeia", que visam a neutralizar a influência dos prefeitos eleitos.

Tudo isso ativa a resistência. A essa resistência, Israel dá o nome de "terrorismo". Mas que dizer do ataque dos aviões israelenses a Beirute, em 17 de julho de 1981? Ou dos atentados à bomba na capital libanesa e em Saida, em setembro e outubro? Ou do assassinato, em 9 de outubro, de Maged Abu Charar, que representava a OLP num seminário internacional em Roma?

O padre católico Ibrahim Ayad, de 68 anos, um conhecido militante da resistência palestina, explica a situação. Eis o que ele me diz: "Durante 19 anos, esperamos em vão que as Nações Unidas fizessem cessar a ocupação da Palestina. Como isso não aconteceu, passamos à ação por nossos próprios meios, a partir de 19 de janeiro de 1965. Dessa ação participam numerosos católicos, inclusive sacerdotes como eu, que contamos com o apoio da hierarquia. Não se trata de uma questão religiosa, mas de fazer justiça devolvendo a um povo a sua terra, que lhe foi tomada. O importante, agora, é não chegar ao limite da saturação do ódio, que pode durar muitas gerações."



A intransigência do governo de Israel, a brutalidade da repressão nos territórios ocupados, o desafio às leis internacionais e às decisões da ONU, a ameaça de uma escalada de agressões têm um efeito muito nítido nos meios árabes; isso pude constatar pessoalmente no Líbano. A determinação dos palestinos e sua decisão de luta são uma realidade. Mas, apesar de tudo, ainda estão abertas as portas a uma solução pacífica.

Para isso, é necessário, primeiro, que os Estados Unidos deixem de fazer do Oriente Médio o seu campo de manobras estratégicas e posto avançado da guerra fria. E em seguida, que a comunidade internacional reconheça o legítimo direito do povo palestino a estabelecer, numa parte qualquer do território que lhe pertence, um Estado independente e democrático. O Brasil tem nesse sentido uma posição firmada, que Arafat, na entrevista publicada mais adiante, qualificou como "positiva".

A solução pacífica ainda é uma hipótese remota. Mas há que lutar por ela. A alternativa é uma tragédia que poderia ser o estopim de uma Terceira Guerra Mundial.

Arafat:

“Golã é mais um elo de uma cadeia”

Yasser Arafat garante numa entrevista a nosso enviado especial que a anexação de Golã não mudou o impasse no Oriente Médio. Acrescentou apenas mais um dado na escalada de tensões e acentuou o caráter expansionista de Israel

O paradeiro de Yasser Arafat, presidente do Comitê Executivo da OLP e comandante-em-chefe das forças da revolução palestina, é sempre uma incógnita. Quando não se encontra no exterior, dedicado a uma intensa atividade política e diplomática, ele vive de pouso em pouso em Beirute oeste, mas também sua presença pode ser assinalada nas zonas do sul do Líbano sob controle das forças militares palestinas e libanesas progressistas. Antes da entrevista que nos concedeu, já depois de meia noite — hora que parece ser de sua predileção para receber jornalistas estrangeiros — pudemos vê-lo três vezes durante as comemorações do 17º aniversário do início da luta armada, o Dia da Revolução Palestina.

A primeira foi a 31 de dezembro, quando começaram os festejos da data local: um modesto auditório da Escola da Criança Feliz, situada no caminho das montanhas, onde estudam 450 filhos de mártires da causa palestina. No palco, singelos números de declamação e dança. A entrada do líder é precedida do habitual aparato de segurança: já se sabe que ele vai chegar pela extraordinária movimentação de jovens guardas bem armados com suas submetralhadoras *kalashnikov*. Instalado na primeira fila, aplaude com vigor os números da garotada. Num deles, um bailarino se aproximou do líder e o convidou a dançar também. Arafat levanta-se e entra no bailado, sob aclamações. Dizem-nos que é a primeira vez que ele aparece assim num palco. Mão na cintura, passos não muito exímios, o comandante dança animadamente.

A outra presença em público, no dia seguinte pela manhã, não tem nada de pitoresco; ao contrário, está marcada pela dramaticidade de um desfilio. Perto da Universidade Árabe de Beirute, no mesmo bairro onde caíram as bombas israelenses em julho de 81, realiza-se um desfile militar do qual participam unidades diversas, com armamentos que incluem tanques T-34, de modelo soviético. Na tribuna de honra, Arafat e outros dirigentes



Arafat com nosso enviado especial

da Resistência Palestina, como Abu Iyyad e Abu Jidah, membros do comitê central da OLP, além de personalidades libanesas, árabes e estrangeiras, passam em revista as tropas. É aparentemente uma temeridade, dada a frequência de vôos de aviões inimigos sobre Beirute.

Na mesma noite, mais festejos. Arafat acende a tocha que assinala o princípio de um novo ano na vida da revolução. Há desfile de grupos militares e civis e unidades simbólicas de *feddayins*, carregando todas as bandeiras e gritando palavras-de-ordem revolucionárias. Som e luz não faltam. A música ruidosa das bandas musicais e das gaitas de fole enche os ares. Fogos de artifício estouram no céu de Beirute, em lugar dos habituais projéteis para valer.

Dali a comemoração se transfere para o auditório da Universidade, onde há um espetáculo do Grupo Folclórico Palestino, também com a presença de Arafat, precedida do costumeiro alvoroço de guardas da segurança. Ele aparece de braço dado com o líder da Frente Popular pela Libertação da Palestina, George Habbash, que, doente, caminha com dificuldade.

Nossa conversa com Arafat, por uma série de circunstâncias, só se daria alguns dias depois.

A figura do líder palestino é bem conhecida graças às numerosas fotos e às entrevistas na TV. Em pessoa, parece mais largo de ombros na sua túnica militar. Nascido em 1929, aparenta a idade que tem. A barba é grisalha e rala, contrastando com o bigode mais espesso. As mãos de dedos finos movimentam-se numa gesticulação sóbria. A força de sua personalidade reflete-se nos olhos insones que

fixam persuasivamente o interlocutor e se acendem ao calor das frases, enunciadas sem pressa, numa voz de barítono cujos matizes ele controla com precisão. Suas respostas são dadas quase didaticamente, levando em conta o *timing* da tradução, pois prefere falar em árabe, embora dominando o inglês. Uma vez ou outra corrige o tradutor, quando se trata de palavras latinas conhecidas. Ele próprio maneja o seu gravador, parecendo divertir-se em virar e trocar a fita e apertar botões. Em quaisquer ocasiões, mantém na cabeça o seu turbante (*kufiah* ou *hata*), formado por um grande retângulo de pano com losangos brancos cercados de grossas listas negras, que se enrola de modo especial.

Arafat é solteiro, um estado que certamente se compatibiliza melhor com a tremenda tarefa de tempo integral a que se devota, na qual as horas de sono ficam reduzidas a umas quatro por noite. Seus comandados costumam dizer que ele é "noivo da revolução palestina".

Ao lado de Arafat, que se senta à cabeceira de uma mesa comprida, está o líder Abu Charif, da Frente Popular pela Libertação da Palestina, que tem no rosto e nas mãos dramáticas cicatrizes do atentado que sofrera com uma bomba enviada pelo correio.

As respostas de Yasser Arafat às perguntas que fizemos completaram-se no texto a seguir com as que atenderam a questões colocadas por outros jornalistas brasileiros. Foram eles Fausto Wolf, do "Pasquim" e Roberto Lessa, da revista "Oito". O jornalista e deputado Fernando de Moraes (PMDB-SP) e o cinegrafista Juca, da Agência F-14, fizeram uma cobertura à parte para a TV. Esteve presente, também, o presidente da UNE, Francisco Javier Alfaya.

Arafat: Golã é apenas um elo de uma cadeia

Como encara a situação no Oriente Médio depois da anexação de Golã? O que mudou, e em que sentido?

— Devemos considerar, antes de mais nada, que Golã não é um episódio isolado, mas um elo de uma cadeia. Antes, Israel anexou Jerusalém. Daqui por diante, vai querer anexar mais ainda. Ameaça incorporar a seu território a parte sul do Líbano, e contra essa ameaça o governo libanês já protestou oficialmente. Enquanto esse inimigo receber apoio dos Estados Unidos, continuará com sua política expansionista e prosseguirá na escalada de crimes contra o povo palestino e os povos árabes. É a política da força. Mas onde é que a força prevaleceu até o fim? Veja o destino dos grandes impérios que oprimiram os povos ao longo da história. Um a um, ruíram. Assim foi com Átila, ou com Hitler.

Assim foi com os impérios britânico, francês, espanhol, português.

Não será outro o destino do império norte-americano, que oprime em particular a América do Sul de vocês. Esse império não vai desmoronar hoje nem amanhã. Não espero nesse sentido nenhum milagre: sou um homem pragmático. Mas há indícios de contradições crescentes entre os Estados Unidos, de um lado, e países como o México, ou os do Pacto Andino, e o próprio Brasil, de outro. O apoio norte-americano a Israel está condicionado a esse inexorável destino de derrocada de um império aparentemente todo-poderoso.

Em suma, a anexação de Golã agravou muito a situação no Oriente Médio, mas não acarreta mudança de fundo: é o prosseguimento da política imperialista que se desenvolve na área.

Há diferenças entre as políticas de Carter e Reagan, do ponto de vista da OLP?

— Para nós, não há diferença. Somos pragmáticos. Para nós, os sucessivos presidentes norte-americanos, tanto Nixon como Ford, tanto Carter como Reagan, são executores de uma política traçada para alcançar um objetivo: consolidar o poder dos Estados Unidos. O campo de manobra de um ocupante eventual da presidência é limitado. Para controlá-lo, lá estão o Pentágono, o Congresso, a força das transnacionais, a imprensa. Ele tem que agir de acordo com uma dada situação concreta. Quando Ford e Carter, já ex-presidentes, voltaram do enterro de Sadat, no Cairo, declararam ambos que era necessário reconhecer os direitos do povo palestino. Por que não disseram isso quando estavam na Casa Branca? Lá não tiveram a coragem de falar nesses termos. É que estavam condicionados pelas forças que mencionei. Fora do poder, às vezes os presidentes norte-americanos falam até bem.

A hora da vitória

Como vê, no tempo, a vitória da causa palestina? Poderá ser a curto prazo ou para as próximas gerações, como às vezes se ouve dizer aqui?

— Em 1956, o então secretário de Estado John Foster Dulles dizia que o povo palestino é realmente infeliz, porque a geração que sofreu a expulsão e o exílio iria acabar, e a geração seguinte esqueceria a Palestina. Vocês viram os garotos palestinos nos acampamentos de refugiados. Eles são a melhor resposta à "profecia" de Dulles, que ela sim, é infeliz... A nova geração nascida no exílio, ao contrário, é muito mais apegada à terra do que podia imaginar o ex-secretário de Estado. Para apressar a vitória da nossa causa, para acabar com o drama do povo palestino, o principal é que os Estados Unidos cessem a ajuda militar, política, financeira e diplomática que dão a Israel, em desobediência



às resoluções da ONU. Graças a essa ajuda é que Israel pode executar suas ações criminosas, fascistas, nazistas, não só contra o povo palestino como contra os palestinos que permanecem nos territórios ocupados. A destruição da usina nuclear do Iraque, por exemplo, é uma típica ação criminosa, porque os organismos internacionais competentes testemunharam a sua finalidade pacífica. Hoje Israel ocupa terras da Síria, do Egito, e ilhas sauditas do golfo de Akaba.

O que esperamos é que o mundo conheça esses fatos, tome consciência deles, para barrar o apoio ao sionismo, uma nova versão do nazismo, colocando-se ao lado do povo palestino em sua justa luta. Os palestinos foram expulsos de seu país numa proporção de 60%; os restantes 40% vivem sob a ocupação militar. Nosso povo está determinado a lutar até o fim para conquistar os seus direitos. Sim, essa luta não cessará, como vocês puderam ver pela determinação da nossa juventude nos acampamentos. Isso deve ser entendido pelo terrorista Begin — e não sou eu quem o chama de terrorista, é a Interpol que assim o considera na base de documentação fornecida pela polícia inglesa. Não fixamos prazo para a nossa vitória, mas ela virá, é absolutamente certo. Mas não enganamos o nosso povo. A luta será longa: uma longa marcha, como a dos revolucionários chineses.

Como avalia de imediato a situação militar?

— O inimigo prepara uma ação de grande envergadura. Está concentrando três divisões na fronteira norte com vistas a uma ofensiva. Nesta mesma

hora, um destróier e mais três unidades de guerra israelenses estão rondando aqui por perto, no mar diante de nós. São indícios de um ataque que pode ocorrer a qualquer momento. De nossa parte, não empreenderemos ações militares ofensivas de dentro das fronteiras libanesas.

O Líbano e a revolução palestina

O presidente do Líbano, Elias Sarkis, acaba de fazer mais um pronunciamento no sentido de que a comunidade internacional não é sensível ao drama deste país e de que o problema libanês deveria ser internacionalizado. Que tem o senhor a dizer sobre isto?

— Somos solidários com o presidente em sua reclamação. Os palestinos e os libaneses são, por igual, vítimas da ação criminosa israelense-norte-americana. Ainda há pouco, no Dia da Revolução Palestina, eu disse isso com toda clareza. Quando me encontrei com Sarkis, antes da conferência de cúpula árabe em Fez, reiterei-lhe a nossa fraternal solidariedade. Estamos na mesma situação, somos o alvo de um mesmo complô. Basta ver o que aconteceu no bairro de Fakhani, em Beirute, criminosamente bombardeado pela aviação do terrorista Begin. A Palestina não tem mísseis, nem aviões. Mas luta com todas as suas forças contra o crime que fere também o Líbano. No Dia da Revolução Palestina, à pequena distância das posições israelenses, nós fizemos uma festa. Conseguimos vencer a barreira do medo.

O secretário de Estado Haig afirmou nestes dias, de acordo com a opinião de Philip Habib, que a solução da situação libanesa depende da redução e da retirada final das forças sírias do país. Que opina o senhor a respeito?

— Os norte-americanos têm uma conversa contraditória. O mesmo Haig também já disse que a Força de Dissuasão Árabe, constituída pelos sírios, contribui de modo importante para a paz no Líbano. A pergunta, então, deve ser dirigida a ele. O que nós vemos é que são aviões norte-americanos que bombardeiam Beirute e o sul do Líbano.

O conflito Leste-Oeste

Como se situa a questão palestina no quadro do conflito Leste-Oeste?

— Nossa causa é o fator principal para a resolução do problema do Oriente Médio, um problema de alcance mundial. Não se deve ver isoladamente a causa palestina sob os seus aspectos político, militar ou estratégico, mas sob todos esses aspectos reunidos. Assim, resolvê-la significa resolver em grande parte o problema da tensão Leste-Oeste, ou, em outras palavras, contribuir para a *détente*. A segurança no Oriente Médio tem relação imediata com a segurança no Mediterrâneo, na Europa, na Ásia, na África. Basta pensar que 80% das reservas petrolíferas mundiais se encontram no Oriente Médio para compreender o papel primordial da questão palestina nas relações mundiais.

Qual o estado atual das relações entre a OLP e a URSS e demais países do bloco socialista?

— Nós nos orgulhamos da amizade que nos liga aos países do bloco socialista. Não esquecemos a manifestação de solidariedade que foi o rompimento deles com Israel após a criminoso agressão de 1967. Eles continuam apoiando firmemente a causa palestina. Por outro lado, os Estados Unidos, líderes do imperialismo, dão apoio ilimitado a Israel. Quer dizer: eles colocaram num dos pratos da balança os países árabes, e no outro Israel, e a fizeram pender para este último lado. Até quando poderá continuar esse falso equilíbrio? Faço esta pergunta em termos estratégicos. Creio que não é fácil respondê-la. A minha última visita à URSS em dezembro passado foi um acontecimento de grande importância para o povo palestino. O pleno reconhecimento da OLP e a elevação do status da representação palestina em Moscou ao nível de embaixada foram de alta significação para nós.

Por que a URSS não dá à Palestina uma ajuda do mesmo porte que a concedida pelos Estados Unidos a Israel em material bélico?

— Recebemos dos nossos amigos soviéticos uma ajuda de vários tipos, por meio de missões científicas, médicas e outras. Dão-nos o mais importante, que é o apoio político. Eu costumo comparar a

nossa revolução a um vulcão em atividade. Ela nunca se satura de ajuda. Sempre precisa de mais, inclusive de armas, é claro, especialmente porque enfrenta um inimigo que dispõe fartamente de equipamento mais sofisticado, fornecido pelos norte-americanos. Procuramos, entretanto, um caminho comum com os nossos irmãos árabes. Quando um povo está determinado a lutar pela liberdade de sua pátria, não condiciona essa luta ao tipo de armamento que vai poder usar. Nossas crianças nos territórios ocupados enfrentam o inimigo até com pedras. Há em Israel 24 mil prisioneiros palestinos, condenados ou não. De acordo com relatórios de instituições que investigaram o assunto, 230 mil palestinos, ou seja, 40% dos que se encontram em terra ocupada, já passaram por interrogatórios das autoridades sionistas.

A unidade árabe

Qual a situação da Palestina no contexto do mundo árabe? Como encara a perspectiva da unidade árabe?

— Nós habitamos uma região de areias movediças. Temos sido, no decorrer da história, submetidos a uma série de invasões: andaram por estas terras ocupantes romanos, tártaros, cruzados, ingleses, ibéricos, franceses. E esta terra continua. Quando o império romano nos dominou, que fizemos nós? Mandamos um dos nossos, um pescador palestino, e ele não conquistou somente Roma, mas os corações dos romanos. Esta é a lição da história. O bando militar israelense dá mostras de imbecilidade. Moshe Dayan, por exemplo, disse que os palestinos não lêem. Digo eu: Dayan lia, mas sem entender o que estava lendo. Nunca chegou a perceber o sentido profundo da história, que está contra ele e os seus. Quanto à unidade árabe, o maior obstáculo que ela enfrenta são as manobras dos Estados Unidos, cuja presença no Oriente Médio é um fator de intriga e desagregação. Washington trabalha junto aos governos conservadores dos países árabes, tentando convencê-los de que o inimigo principal é a URSS. Mas essa intriga se revela cada vez mais fadada ao fracasso.

Católicos e judeus

A Igreja Católica pode ser considerada uma aliada da luta palestina?

— Sem dúvida. Uma das figuras mais destacadas dessa luta é o arcebispo Hilarion Capucci, que esteve preso por sua atuação como combatente em favor de nossa causa e continua firme nessa posição. As relações da OLP com o Vaticano são boas. Nós, na revolução palestina, não alimentamos nenhum preconceito religioso. Ainda agora temos aqui, nesta sala, um dos meus assessores que é ca-



tólico. E nos cemitérios onde estão enterrados os nossos mártires vêm-se lado a lado túmulos de muçulmanos, de cristãos e de adeptos de outras crenças. Sem dúvida, o caso palestino é único no mundo. A terra palestina é também a Terra Santa dos cristãos, e o primeiro guerrilheiro palestino foi Cristo. O povo palestino continua na via dolorosa, carregando a sua cruz. Esse sacrifício do nosso povo é a continuação do que teve de sofrer o palestino Jesus Cristo.

Será possível judeus e palestinos viverem juntos um dia, em paz?

— Como não? Nós não somos contra os judeus. Temos combatentes nossos de religião judaica que estão presos nos territórios ocupados. O judaísmo, como o cristianismo, também faz parte de nossa história.

O plano saudita

Que acha sobre o plano de paz apresentado pelo príncipe Fahd, da Arábia Saudita?

— É preciso reiterar inicialmente que nós, palestinos, não fazemos a guerra pela guerra; nós lutamos pela libertação de nossa pátria. Por isso, colocamos duas soluções. Já em 1969 lançamos a palavra-de-ordem de um Estado democrático onde convivessem em pé de igualdade palestinos, judeus e cristãos. Nossa proposta foi rejeitada. Em 1974, uma resolução da OLP expressou que estávamos dispostos a estabelecer o nosso Estado em qualquer parte do nosso território que fosse libertada. Quando o comunicado conjunto soviético-americano de 1977 fez referência expressa ao nosso direito, nós aplaudimos.

A proposta saudita foi por nós bem acolhida, porque queremos uma paz justa e duradoura no Oriente Médio, uma paz que garanta os nossos di-

reitos, a começar pelo de voltar aos nossos lares e de constituir um Estado independente. Pois esse direito que as Ilhas Fiji, com 150 mil habitantes, já conquistaram, nos é negado. Não haverá paz estável no Oriente Médio se não forem assegurados os direitos fundamentais do povo palestino, porque nós constituímos o cerne, o âmago do problema do Oriente Médio.

A posição do Brasil

A posição oficial do governo brasileiro é a seguinte: retirada das tropas de Israel dos territórios ocupados, retorno dos palestinos, formação de um Estado palestino e estabelecimento de fronteiras seguras e respeitadas por todos os países da área. Que acha dessa posição e como vê o papel que os povos latino-americanos, o brasileiro em particular, poderiam desempenhar em favor da paz no Oriente Médio?

— A posição do governo brasileiro é positiva. Em todas as oportunidades em que a questão foi colocada nas Nações Unidas, o Brasil votou a favor de nossa causa. Essa posição corresponde sem dúvida ao sentimento de justiça e ao espírito progressista dos brasileiros: é a posição amiga de um povo amigo. Nisso o Brasil se destaca não somente a nível de América Latina, mas no plano mundial. E pode influir, certamente, na política dos Estados Unidos e da Europa Ocidental em relação a nós. ●

“Alguém compra peixe no mar?”

Um dos dirigentes mais importantes da Al Fatah critica o plano Fahd e diz que o petróleo árabe não tem sido usado como arma a favor dos palestinos

Alguém compra peixe no mar? A pergunta, de velha sabedoria árabe, é feita pelo membro do Comitê Central da Al-Fatah, Abu Iyyad, cerca de 50 anos, que muitos apontam como o segundo homem, depois de Arafat, no comando da revolução palestina. Ele se refere, ironicamente, às armadilhas para a OLP contidas no plano de paz apresentado em nome do governo da Arábia Saudita, pelo príncipe herdeiro Fahd, em agosto do ano passado.



Abu Iyyad

Esse plano tem tido uma carreira de altos e baixos. Reagan saudou-o com efusão pelo fato de reconhecer Israel, embora o ponto 7 (“garantia do direito de todos os países da região a viverem em paz”) não mencionasse nominalmente o Estado judeico. E Begin, por sua vez, afirmou que o plano não passava de “uma receita para liquidar Israel por etapas”.

Abu Iyyad aborda a análise do Plano, do ponto de vista do povo palestino:

“Para nós, esse plano, tal como está, não pode ser levado a sério. Para se tornar realidade, ele teria que se basear numa posição de força — a força da unidade dos países árabes. E esta unidade, todos sabem, por ora não existe. O plano parte de um vazio”.

“Perdemos tudo”

“Não se trata, para nós — continua — de ‘aceitar’ ou não Israel. Nós perdemos tudo, a nossa terra, os nossos lares. Não fazemos uma revolução que luta por lutar: nosso objetivo é uma paz justa e duradoura, que assegure o nosso direito inalienável a recuperar o que perdemos. Queremos, como primeira fase, a criação de um Estado palestino sobre uma parcela qualquer do nosso território a ser libertada.”

O líder da Al-Fatah lembra que quando Sadat foi a Jerusalém, em novembro de 1977, referiu-se ao direito do povo palestino de implantar o seu Estado independente e formulou outros pontos aceitáveis. No entanto, Israel, por sua parte, só aceitou e tratou de levar à prática o que lhe convinha, isto é, o estabelecimento de relações com o Egito para isolá-lo do mundo árabe. Tal é a essência dos acordos de Campo David. A posição de Israel, baseada na força militar, com o apoio dos Estados Unidos não mudou.

“Caberia a Israel — prossegue Abu Iyyad — começar pelo reconhecimento de que assiste ao povo palestino o direito de criar o seu Estado independente. Não cabe a nós, que não temos nada em mãos, a iniciativa de qualquer tipo de ‘aceitação’. Como seria possível explicar aos nossos combatentes e mártires um reconhecimento absolutamente gratuito do Estado de Israel, que nos espoliou de tudo? Sem garantias concretas quanto aos nossos direitos, jamais poderemos reconhecer Israel. Daí perguntamos: Alguém compra peixe no mar? E mais: quais são as fronteiras que Israel pretenderia ver ‘seguras’? Suas fronteiras são fluidas, e, pelo que se evidencia ainda agora com a anexação da Golan, estão em contínua e ilimitada expansão. Israel é um Estado em aberto. A sua própria Constituição não se refere a um território com limites determinados: ali se diz que o Estado se instala ‘em

Israel', o que é completamente vago e portanto inaceitável pela comunidade internacional."

Petróleo e OLP

"O petróleo não tem sido adequadamente utilizado como arma política em favor da Palestina, assinala Abu Iyyad. Nem mesmo os investimentos árabes nos Estados Unidos e demais países ocidentais são usados como poderiam ser; eu diria que não são usados nem mesmo numa proporção mínima. Os investimentos normais nas bolsas de valores dos Estados Unidos rendem anualmente de 18 a 20%. A maioria dos capitais árabes, no entanto, obtêm um rendimento ínfimo, de 3 a 7%, alguns ainda menos. E não sei se muito deles têm sequer condições de retorno. Esses capitais não são aproveitados nem ao menos para comprar um horário de televisão que explique a realidade dos problemas ao povo norte-americano. Veja-se por exemplo o caso de Ziad Abu Ein, um palestino de 21 anos que foi preso nos Estados Unidos sob a acusação, que ele nega, de ter participado de 'atividades terroristas' em Israel. Toda a força do petróleo não teve capacidade para mobilizar a opinião pública norte-americana no sentido de impedir sua extradição ilegal."

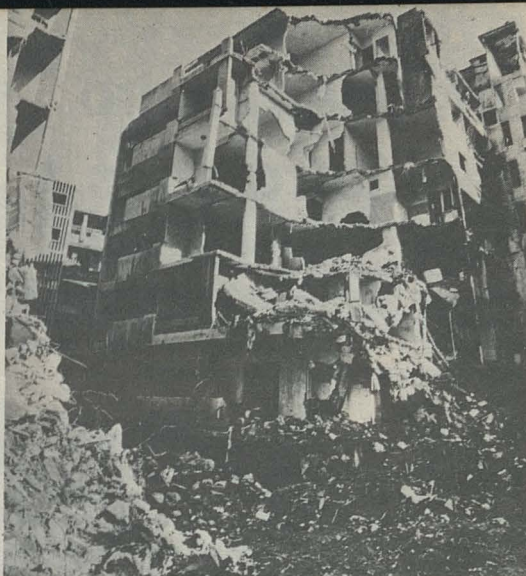
"Lobby" sionista

Quem tem força, então, é o *lobby* sionista? perguntamos.

"Não se trata somente do *lobby* sionista, sem dúvida muito atuante. O que acontece é que os grupos de pressão assim chamados atuam de acordo com os interesses estratégicos do governo dos Estados Unidos, que são beneficiados pela presença de Israel no Oriente Médio. Então tudo se torna mais fácil para esses grupos. Cria-se uma situação de desequilíbrio, pois os árabes, como já disse, não usam a sua capacidade de pressão."



Uma guerra sem prazos fixos



As ruínas de Fakhani

A acusação de terrorismo dirigida à OLP é, segundo o dirigente palestino, fruto de manipulações maliciosas dos meios de comunicações influenciados pelos interesses norte-americanos e sionistas.

"Estranhamente, eles não dizem nada do que Israel faz nos territórios palestinos ocupados. Ali sim, se exerce o verdadeiro terrorismo sob a forma de uma guerra de extermínio travada por terra, mar e ar. Aqui mesmo, em Beirute, temos o caso do bombardeio do bairro de Fakhani, onde nenhum objetivo militar podia ser assinalado; foram feitas cerca de 500 vítimas da população civil, mulheres e crianças inclusive. Que é isso, senão terrorismo puro? Quando um comando nosso age em Israel, enfrentando todos os riscos, ele tem em vista objetivos militares; se interceptado, pode eventualmente enfrentar civis, mas isso acontece excepcionalmente. O aspecto militar dessas operações é sistematicamente sonogado pela propaganda inimiga. Alguns elementos podem ter exagerado. Mas é preciso ficar claro que a OLP repudia o terrorismo, condena atos tais como sequestros de aviões e as ações fora dos territórios ocupados."

A perspectiva da vitória

Seria a libertação uma perspectiva imediata ou para as próximas gerações? "Uma revolução não pode fixar prazos. Nós travamos uma luta de longo alcance. Não podemos prometer ao nosso povo que vamos ganhar amanhã, pois isso seria levá-lo a ilusões fora da realidade. Sabemos apenas que somos os pioneiros de uma luta justa. Quando a unificação do poderio árabe for uma realidade, superando o de Israel, então sim, poderemos falar em vitória."

Um guerrilheiro de quatro anos

As crianças palestinas no Líbano convivem com a guerra desde os primeiros anos de vida. Elas manejam metralhadoras com a mesma naturalidade com que as crianças de outros países do mundo usam brinquedos e bonecas

No Líbano de hoje, o espectro da guerra está presente por toda parte. Em Beirute, o quadro é chocante. Numa área residencial da cidade, o bairro de Fakhani foi devastado em julho de 1981 pela aviação israelense, que despejou sobre ele 15 foguetes de tonelada e meia cada um. Foram aviões F-15 e F-16, de fabricação norte-americana, os autores da façanha. Na Segunda Guerra Mundial houve Hiroshima, houve Coventry, Leipzig, Varsóvia — mas era uma guerra aberta, declarada.

Alegaram fontes israelenses que o alvo seria o *bunker* de Arafat. Mas o local de trabalho do líder da OLP muda a cada dia, e de resto seria impossível localizá-lo da grande altura a que voavam os aviões atacantes para escapar ao fogo antiaéreo. Então, foi um crime puro e simples. Edifícios inteiros de apartamentos, com oito andares em média, ruíram como se fossem feitos de papelão. Montes de escombros ainda se encontram no local e os precários serviços municipais não conseguiram consertar os canos arrebentados dos esgotos, de onde exala um cheiro fétido. Morreram em Fakhani cerca de 500 pessoas. A visão dessas ruínas é inesquecível; e esse crime, imperdoável.

Coloca-se ali na prática, de modo trágico, o problema do terrorismo. É assombroso como a propaganda sionista no mundo lança sobre os palestinos, e sobre a OLP em particular, a pecha exclusiva dos atentados terroristas, quando tem sobre os ombros a responsabilidade de um morticínio como esse, de civis, mulheres e crianças; quando está ali, no coração de Beirute, aos olhos de quem queira ver, a mais horrível demonstração de terrorismo já registrada na história do conflito árabe-israelense.

Nas frentes de guerra

Um ataque de Israel é considerado iminente no sul do Líbano por muitas fontes autorizadas. Duas unidades militares palestinas que visitamos, uma delas muito próxima à fronteira, mostram-se dramaticamente alertas para a eventualidade da guerra. O comandante-em-chefe das forças de Khara-

me, general Abu Hajem, nos recebe no QG da primeira dessas unidades, dá as boas vindas e passa a palavra ao tenente-coronel Abu Omar, comandante da unidade, que faz uma exposição brilhante e minuciosa. Omar é um bacharel em direito que se tornou militar pelas circunstâncias e sabe falar como um diplomata. Narra animadamente episódios da guerra de que participou. Aquela sua unidade deteve forças israelenses muito superiores em número e armamento, comandadas por um general. Os soldados palestinos estavam e estão dispostos a tudo, assegura o militar. E fala da determinação dos seus homens, do apoio da população civil e da solidariedade internacional, das táticas de luta guerrilheira, da Nicarágua e de El Salvador, da Polônia e da situação interna no Líbano.

Seguimos adiante, com ele, numa viatura militar e, já de noite, caminhamos à luz da lua por uma encosta pedregosa. Chegamos a uma tenda escassamente iluminada. Em redor do subcomandante, os soldados desse posto avançado portam suas metralhadoras como se fossem instrumentos de trabalho. Eles recebem treinamento intensivo e uma não menos intensa doutrinação política. Discutem os acontecimentos internacionais e em especial os do mundo árabe, mas sobretudo a situação militar concreta, as formas possíveis de um ataque inimigo que pode ocorrer a qualquer momento e a tática a empregar para a resistência.

A outra unidade visitada fica ao sul de Tiro. O antigo centro fenício, por onde passamos, é hoje uma cidade paupérrima. Novas ruínas causadas pelos bombardeios se juntam às ruínas romanas. Conversamos com gente local, sobretudo jovens, ao acaso; são em maioria católicos, mas não reconhecem naquela guerra nenhum caráter religioso. Descendo pela estrada que leva a Naqoura, sob o domínio das forças pró-israelenses do major Hadad, atingimos o posto avançado. Ali, numa barraca camuflada em meio a um laranjal, o comandante nos oferece uma pequena refeição e conta animadamente histórias de uma viagem que fez ao Oriente, acompanhando Arafat. É extraordinária a intimidade que esses homens demonstram com a guerra.

A infância armada

A partir dos 16-17 anos, após os testes necessários, o jovem palestino está apto a se tornar um *feddayin*. Mas a preparação começa antes, nos acampamentos. Ali treinam luta, manejam armas, gritam *slogans* em ordem unida, marcham e arrastam-se no chão, na lama fria, sob o comando de instrutores severos.

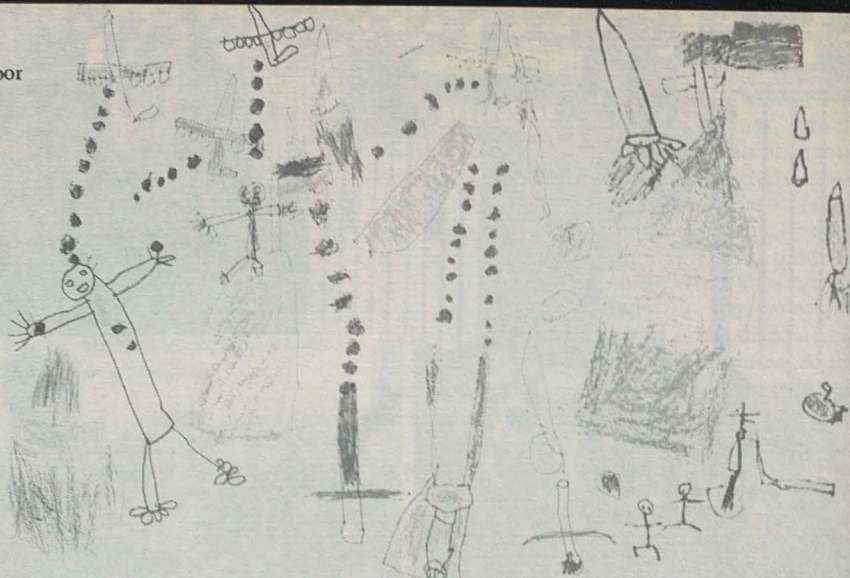
Salah Tamari tem 38 anos, é militar há 18 e casado com a primeira mulher do rei Hussein, da Jordânia, que deixou o palácio para se tornar uma ati-



As crianças palestinas já nasceram dentro de uma guerra. Tudo o que elas conhecem é a violência e a morte. As crianças vivem em condições precárias, assim como a morte e a destruição.



Desenho feito por
uma criança
palestina
reproduzindo o
bombardeio
israelense na
cidade
de Tal Zaatar



vista da causa palestina. Comandante do acampamento de Aien Al-Helut, perto de Saida, e dirigente da organização da juventude palestina, Salah explica o sentido do treinamento militar:

“Um pai de família europeu, ou de um país qualquer em calma, pode levar seu filho a passeio, falar-lhe de Byron ou de Picasso, ensinar-lhe os nomes das flores e das plantas. Aqui é diferente. Vivemos sob a ameaça dos ataques dos aviões israelenses, que já fizeram inúmeras vítimas neste acampamento. Então não há outro jeito senão ensinar a criança a enfrentar a realidade da guerra. Ela deve saber se defender quando atacada; saber encontrar, por exemplo, o caminho do refúgio, sem cair em pânico e ajudando os demais. Assim como se faz em certas regiões da Índia, onde as crianças recebem pequeninas doses de veneno, para formar os anticorpos com os quais se protegem do veneno das cobras.”

Há numerosos desses acampamentos de refugiados palestinos, pobres aglomerações de casebres que lembram as nossas favelas, apenas com uma organização superior e sob o espectro constante da guerra. Em Rashidieh, no extremo sul do Líbano, presenciamos uma demonstração patética.

Um garotinho de pouco mais de um metro de altura dá a volta num espaço cercado por seus companheiros maiores. Ao lado dele vai um instrutor, armado com uma submetralhadora, dando tiros espaçados junto do pé do menino. Podemos ver: não são cartuchos de festim, são balas de verdade, de uma *kalashnikov*. O guri termina a volta, imperturbável, indiferente aos estampidos. Entrevisto-o:

Como é o teu nome?

— Hammudah. (É o diminutivo de Muhammad).
Quantos anos você tem?

— Quatro anos.

O que é que você quer ser quando crescer?

— Feddayin.

As respostas saem sem nenhuma hesitação. Hammudah quer ser um guerrilheiro. Mas será que já não é?

Em vez de flores, bombas

Mais tarde, uma jornalista grega, Mitza Theodorakis, sobrinha do compositor, conta que abordou com Arafat o tema do treinamento militar dado à infância. Como mãe de um menino de oito anos, disse ela, não podia se conformar com aquilo. Recebeu de Arafat, com veemência, a mesma explicação que nos foi dada pelo comandante Salah: a guerra está presente e a criança não pode deixar de conhecer a realidade. Absurdo seria deixá-la na ignorância.

Uma exposição de crianças palestinas de diversas idades, em Beirute, mostra essa dura realidade a que é impossível fugir numa região conflagrada. Meninos e meninas representam as imagens que marcaram a sua infância: em vez de flores e bichos, aviões e bombas; em vez de carrinhos, tanques...

O acampamento de Rashidieh teve 270 mortos e 1.400 feridos do início de 1973 a agosto de 1981. Sofreu 170 ataques com obuses de todo tipo. Perto de 600 crianças nasceram nos refúgios. Que outra visão podem elas ter da vida — se sobrevivem — senão a de uma guerra cruel e permanente?

A rebelião popular

Numeiry cede ao Fundo Monetário Internacional e enfrenta manifestações de protesto das multidões, reprimidas com a ajuda de tropas egípcias

Beatriz Bissio

As balas que ceifaram a vida do presidente Anuar El Sadat no espetacular atentado do dia 6 de outubro de 1981, ricochetearam também no palácio presidencial em Cartum, a alguns milhares de quilômetros de distância do Cairo.

A capital do Sudão passou então a viver dias agitados. Estava-se negociando com o Fundo Monetário Internacional (FMI) um crédito de 220 milhões de dólares destinados a saldar dívidas anteriores com credores estrangeiros. Com uma reduzida margem de manobras por causa da crise econômica, o presidente Jaafar Numeiry aceitou as "recomendações" do FMI: desvalorização da libra sudanesa, redução dos subsídios aos combustíveis, ao açúcar e outros produtos de primeira necessidade, contenção dos aumentos salariais...

Uma total renovação do gabinete acompanhou a assinatura do acordo com o Fundo; os novos ministros — uma fachada removida para impor uma antiga receita — propuseram-se a incentivar os investimentos norte-americanos e britânicos além de favorecer o crescimento da atividade privada. Enfim, a fórmula de sempre.

Assim como em 1978, quando Numeiry começou a aplicar a linha econômica do Fundo, o povo lançou-se às ruas com palavras-de-ordem antinorte-america-



Anuar Sadat e Jaafar Numeiry

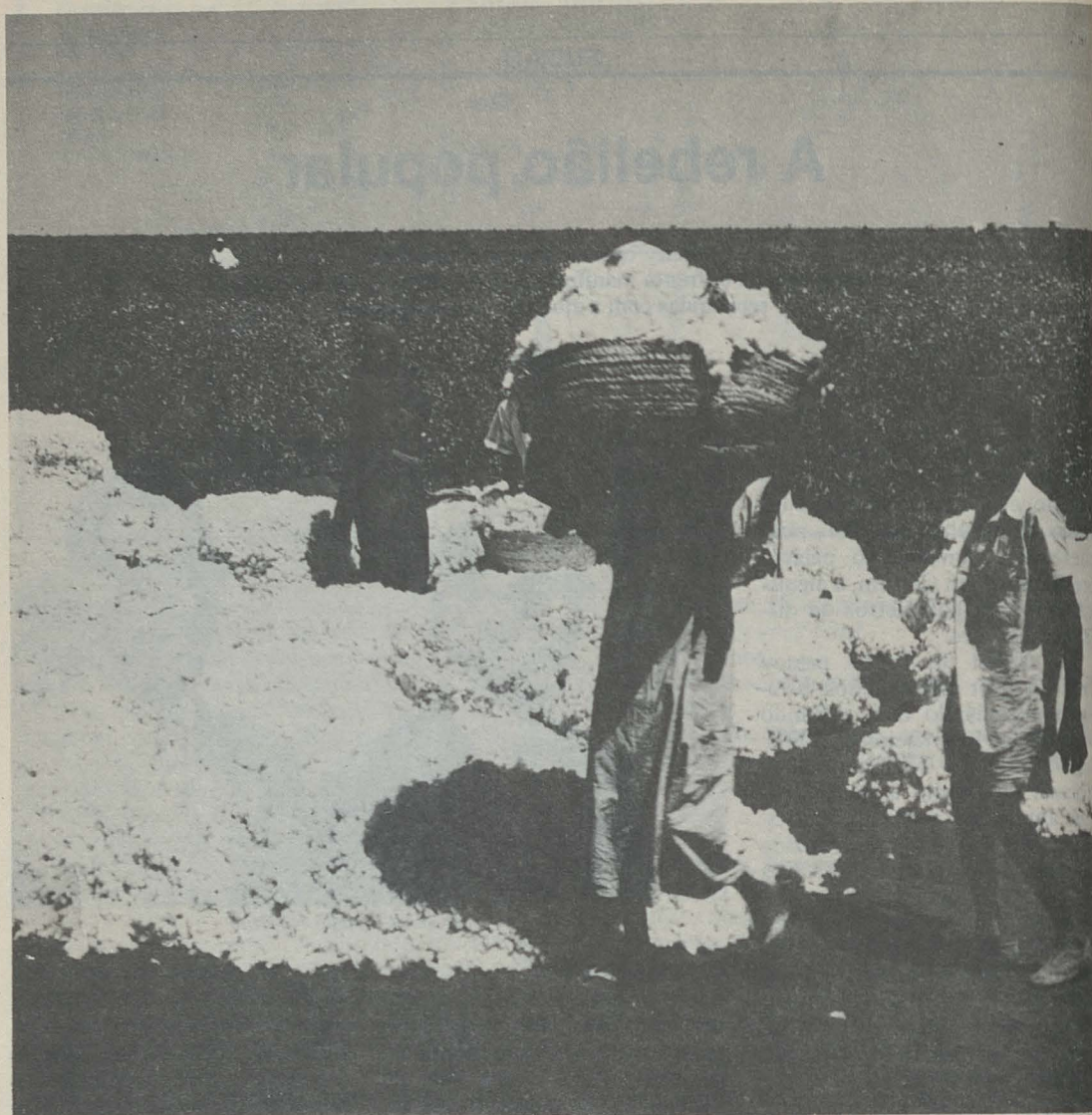
nas e condenações à política do FMI, exigindo o fim do regime ditatorial. Em várias cidades do país casas comerciais foram incendiadas assim como sedes de instituições estrangeiras, enquanto se enfrentava as forças de segurança com "coquetéis molotov".

Junto com esses distúrbios sociais, intensificavam-se os problemas regionais entre o norte muçulmano e o sul animista e cristão, que nos anos 60 detonaram uma guerra civil com quase um milhão de vítimas. Numeiry tinha recebido, nesses dias, uma carta de 17 dirigentes sulistas que se opunham à intenção governamental de fragmentar a região autônoma. (A autonomia

do sul foi a fórmula encontrada para pôr fim à guerra civil graças a um acordo firmado em Adis Ababa em 1972.) Esses dirigentes anunciavam a criação de um Conselho de Unidade do Sul do Sudão, com o propósito de enfrentar o projeto de divisão da região em três áreas autônomas, o que debilitaria seu peso diante do governo central de Cartum.

Com um custo de três mortes e muitos feridos, foram reprimidas as manifestações em Juba, capital do sul; cinco dos assinantes do acordo foram detidos.

Num clima de instabilidade política e sob o impacto da morte de Sadat, o general Numeiry dissolveu a Assembleia Nacional (Parlamento), o governo da re-



A economia do Sudão está virtualmente arrasada depois de anos de má administração e corrupção

gião sul e a Assembléia do sul, nomeando o major-general Gommallah Abdalla Rasas como governador da região meridional.

A retaguarda egípcia

Nesse quadro, Numeiry necessitaria mais do que nunca do apoio de seu aliado, Anwar Sadat. Ele o ajudara a manter-se no poder diante dos levantes populares que, em 1971 e 1972, en-

frentaram a traição do presidente sudanês aos postulados nasseristas com os quais havia justificado o golpe de Estado que o levou ao poder em 1969. Em 1975 e 1976, também foi decisivo o apoio egípcio para frustrar várias tentativas golpistas da oficialidade nacionalista, que contaram com amplo respaldo popular e que serviram de desculpa para amplas depurações nas forças armadas.

Naqueles difíceis anos para o chefe de Estado sudanês, novamente Sadat foi em seu auxílio, tendo ambos firmado um Pacto de Defesa Mútua pelo qual há atualmente 15 mil efetivos egípcios em território sudanês, cumprindo tarefas repressivas juntamente com a polícia de Numeiry. Também egípcia é a guarda pessoal do presidente. Na opinião dos opositores, "Numeiry já não confia em seus compatriotas".

tas, a tal ponto que prefere ter sua vida mais íntima custodiada por soldados egípcios”.

Porém, apesar das depurações e dos fusilamentos, Numeiry não pôde evitar uma nova tentativa de golpe em 1981, frustrado por um delator. “Numeiry vive a solidão do poder e depois do atentado que matou Sadat, tem seus dias contados”, é o que acham alguns opositores ao regime, entrevistados recentemente. E a 26 de janeiro desse ano, Numeiry exonerou subitamente o general Abdal Majed Khalis dos seus cargos de vice-presidente, ministro da Defesa, comandante-em-chefe das Forças Armadas e secretário-geral do partido único do Sudão, União Socialista (oficial). A medida foi interpretada nos círculos políticos do Oriente Médio como a mais séria depuração nas fileiras do exército, pois além da importância do próprio general Majed Khalis, sua destituição foi acompanhada da substituição de 22 oficiais, que foram forçados a passar à reserva. Segundo o jornal *Al-Nahar*, a ação de Numeiry se destinou a conjurar uma nova tentativa de golpe de Estado originada no exército.

Na opinião dos líderes exilados, “o exército sudanês sente-se orgulhoso de sua origem camponesa e popular. Nunca apoiou totalmente Numeiry em sua guinada, traindo o nacionalismo árabe. Rebelou-se quando o presidente sudanês apoiou as negociações de Campo David e sentiu-se ferido quando Jaafar Numeiry introduziu no país as tropas egípcias para conterem as rebeliões populares que as forças armadas sudanesas não queriam reprimir”. Esse exército sofreu uma dura repressão interna e se sentiria humilhado pelo isolamento de seu país no contexto árabe e africano.

Subordinado à política do Egito, o Sudão também ofereceu facilidades militares aos Estados Unidos. Naquele momento, o

diário *Al Rai Al Aam*, do Kuwait, comentou: “Numeiry está praticamente pedindo aos norte-americanos que ocupem o país”.

E Washington não ficou insensível diante de tanta demonstração de servilismo. Cem milhões de dólares em assistência militar e outro tanto em ajuda econômica devem chegar a Cartum no decorrer deste ano.

O Sudão passou a ser usado como ponta-de-lança das agressões e provocações contra a Líbia. Em outubro passado, em meio a todos os levantantes populares, Jaafar Numeiry encontrou condições para enviar tropas à fronteira comum com aquele país. Certamente, além de servir à campanha de Washington contra o regime nacionalista de Khadafi, Numeiry via nessas provocações fronteiriças uma forma de desviar a atenção nacional dos graves problemas internos.

A época pós-Sadat

Depois das primeiras incertezas, foi ficando claro — no mundo árabe tanto quanto a nível internacional — que o presidente egípcio Hosni Mubarak só introduziria diferenças de matizes nas políticas interna e externa de seu país, imprescindíveis, por outro lado, para dar maior efetividade à estratégia traçada por Sadat.

Para dissipar qualquer dúvida, em um dos seus primeiros atos como presidente, Mubarak enviou o chanceler Kamal Hassan a Cartum, com uma carta confidencial para Jaafar Numeiry.

Os Estados Unidos também se pronunciaram rapidamente, comentando que o atentado contra Sadat confirmava a importância estratégica do Sudão para a política de Washington. E entre os primeiros compromissos para 1982 da carregada agenda do ministro de Defesa egípcio, general Abdel Halim Abu Ghazala, figurava a visita oficial ao Sudão com o objetivo de “consolidar a cooperação militar entre os dois

países”. Ghazala não se limitou a uma estadia protocolar mas visitou também pessoalmente várias guarnições sudanesas acompanhado de uma delegação de oficiais egípcios de alto escalão.

No mês de dezembro, já havia estado em Cartum o primeiro vice-presidente e comandante das forças armadas egípcias, general Abdul Majid Khalil.

Em 1982, as manifestações começaram cedo, inicialmente nos meios estudantis. A 5 de janeiro, Jaafar Numeiry fechou todas as escolas do país “para proteger os bens e manter a ordem”; a 8 de janeiro, fechou definitivamente a Universidade Nacional. Nesse mesmo dia, em Cartum, choques de rua terminaram com um civil morto, sete policiais feridos — um deles, gravemente — um estudante baleado e 65 detidos, entre eles, 50 estudantes.

A 13 de janeiro, as manifestações iniciadas na capital tinham-se estendido a todo o país, com distúrbios nas cidades meridionais de Juba e Au, assim como nas de Porto Sudão, Merawi, Atraba, Madani, Hosty e Rufaa, ao norte: motins e saques em toda parte. O sul, que estava agitado pelo conflito regional, juntase às rebeliões contra as medidas impostas pelo Fundo Monetário Internacional.

A 14 de janeiro, produziram-se 30 mortes na cidade meridional de Malakal, mais quatro em Rufaa e duas em Karima. A 16 de janeiro, noticiava-se outra tentativa de golpe de Estado. Numeiry teria escapado, embora ferido por dois tiros. A situação estava tensa nas fileiras do exército. Oficialmente, nada disso é reconhecido, mas as agências de notícias falam de profundas divergências entre os comandos militares.

A 17 de janeiro, o presidente Numeiry — talvez para desmentir as notícias sobre o atentado — convoca os homens de negócios e políticos do país para

terceiro mundo 25

“analisarem juntos os graves acontecimentos”, nos quais — segundo a versão oficial — “comunistas e membros do clandestino Partido Baas (o ramo sudanês desse partido pan-árabe que governa a Síria e o Iraque) manipularam estudantes e procuraram mobilizar o povo para derubar o governo”. No entanto, o diálogo proposto era limitado: não se discutiria a política econômica, porque ela “é imodificável”.

O que mudou em 1982

Numeiry é especialista em sobreviver a tentativas de assassinato e golpes de Estado. Isso talvez o leve a confiar demasiadamente em sua boa sorte.

Ele aplicou a política monetarista em 1978 e conteve as manifestações populares. Apoiou Sadat em sua arriscada política de aliança com Israel e sufocou as rebeliões dos jovens oficiais. Abriu o país à estratégia militar de Washington para a região e é protegido pela guarda pretoriana enviada por Sadat. Aparentemente, nada tem a temer.

No entanto, como político realista que é (ou não teria sobrevivido tanto), Numeiry não ignora que a posição de Mubarak no Egito não ficará muito sólida enquanto o Cairo insistir na estratégia de Campo David, rechaçada pelas massas árabes. Por outro lado, no plano interno, a atual situação do Sudão é muito diferente da de 1978. Naquele ano, Numeiry pôde impor a política do Fundo Monetário porque contava com a trégua e o clima de distensão política criado pela anistia parcial que ele concedeu em 1977, no chamado “processo de reconciliação nacional”.

Hoje, a oposição está novamente na semi-clandestinidade, sob a liderança de Sherif El Hindi, presidente da Frente Nacional Sudanesa. Em torno da Frente, formalizou-se uma aliança oposicionista que, segundo por-



A oposição a Numeiry conta hoje com o apoio dos sindicatos

ta-vozes daquela coalizão, alcançaria 80% dos votos numa eleição realmente democrática. E a Frente Nacional Sudanesa reconhece que está coordenando suas ações com a Frente Nacional Egípcia, encabeçada pelo general Chazli. O fato das oposições egípcia e sudanesa terem começado a trabalhar em conjunto, dará sem dúvida uma maior efetividade à luta política de ambas.

Nos últimos anos da década de 70, os partidos oposicionistas ainda tinham a ilusão de mudar o regime a partir de dentro. Ago-

ra, declaram em sua plataforma política que só a queda de Numeiry poderá levar o país a um regime democrático e ao restabelecimento dos direitos individuais.

Todos esses elementos, somados ao desgaste natural de um regime de força com mais de 13 anos de exercício de um poder ditatorial, em um país com forte tradição nacionalista (que vem dos 50 anos da luta contra os ingleses), levam a pensar que Numeiry vai precisar de uma boa dose de sorte nos próximos tempos.

A polêmica sobre a redemocratização

O governo Burguiba prometeu uma abertura política que acabou frustrando a todos os partidos de oposição. Mas são poucos os que têm um projeto claro para derrotar o regime no poder há 25 anos

Alberto Mariantoni

A operação "abertura" foi desencadeada na Tunísia por uma frase do presidente Burguiba, pronunciada no dia 18 de abril de 1981, durante o último congresso do PSD — Partido Socialista Desturiano. Ele declarou na ocasião que "a evolução da sociedade tunisiana fazia com que não se vissem inconvenientes no surgimento de outras formações políticas além do PSD". Esta decisão levou, em novembro último, às primeiras consultas legislativas de caráter pluralista da história da Tunísia independente. Mas até hoje pairam entre as oposições políticas sérias dúvidas sobre as verdadeiras intenções do poder situacionista.

Por que, então, essa "abertura" — pergunta a oposição — e por qual razão, depois do governo ter orientado e autorizado o multipartidarismo e o pluralismo das candidaturas, ele faz tudo para impedi-la e reduzi-la a nada?

Será que ele considerava a democracia como uma "verdade adquirida", ou será que ficou constrangido por causa de circunstâncias independentes de sua vontade?

O ministro dos Negócios Estrangeiros, Beji Caid Essebsi, respondeu-nos a essa pergunta simplesmente dizendo: "Eu não posso responder. . . Terminei meus estudos de filosofia há mais de

35 anos..." Essa pareceu-nos também a opinião de outros responsáveis pelo aparelho governamental.

Para esses últimos, os resultados das eleições falam por eles: os 94,6% dos votos e as 136 cadeiras (a totalidade) conquistados na Câmara dos Deputados pela Frente Nacional (PSD + UGTT + UNFT + Utica + UNA*), comparados aos 3,28% dos votos ganhos pelo MDS (Movimento dos Democratas Socialistas), aos 0,78% do PCT (Partido Comunista Tunisiano) e aos

* Coalização de partidos conservadores e a central sindical

0,81% do MUP (Movimento de Unidade Popular), não são senão a prova "da grande maturidade do povo tunisiano, de seu engajamento ao burguismo e de sua firme vontade em continuar o processo democrático desencadeado pelo próprio Combatente Supremo". (Este é o nome dado a Burguiba, pelos seus seguidores.)

O medo do governo

A análise desses resultados pelos opositores é inteiramente outra.

Efetivamente, segundo a opinião deles, "essa unanimidade de sufrágios atribuídos à Frente Nacional só foi uma nova farsa. . .".

"O regime — sublinha o líder dos democratas socialistas, Ahmed Mistiri — teve mais uma vez medo de sua própria sombra. . .".

"Pressionado pelo crescimento do integrismo religioso, ele bem que pensou salvar o salvável, associando-nos a um processo democrático que, caso fracassasse, deveria ter bloqueado qualquer tipo de aventureirismo. . . depois, temendo o fim de seus privilégios, ele perdeu a cabeça... Burguiba fechou os olhos para a atitude dos 'barões' do regime em relação a esse proces-



Ahmed Mistiri

so... e os militantes do PSD fizeram o resto...

"Eles fecharam postos de votação, expulsaram os presidentes de mesa que não aceitavam sua intromissão e manipulação das urnas, ameaçaram os candidatos e o corpo eleitoral e, em diversos casos, agrediram e feriram numerosos opositores. Assim, obtiveram aquilo que se chama de 'esmagadora vitória' da Frente Nacional."

Deve-se ou não aceitar os resultados dessa eleição? Para Mohammed Harmel, secretário-geral do Partido Comunista Tunisiano, a resposta é simples:

"De que adianta — sublinha ele — contestar esses resultados? Todo mundo sabe que eles são falsos. Mas, o que fazer? Nós nunca esperamos conseguir cadeiras no Parlamento. . . mas, mesmo assim, participamos das eleições. Para nós, elas foram uma ótima ocasião de nos conhecermos e, principalmente, de saber quantos somos. . . O resto não nos interessa. Pudemos, assim, falar e divulgar nossos programas. Isso era o mais importante."

Quase a mesma opinião tem o secretário-geral do Movimento de Unidade Popular, Mohamed Ben Adj Amcr. "Pessoalmente — disse-nos — eu considero essas eleições nulas mas não estou absolutamente surpreso com o que aconteceu. Desde o primeiro dia, quando decidimos participar dessa encenação, sabíamos que o regime iria se comportar dessa maneira. Quem poderia acreditar que o 'lobo', mesmo camuflado com pele de cordeiro, teria se tornado mais dócil? Nós nunca acreditamos nisso. O lobo continua lobo. . . e não há nada a fazer."

"Entramos no jogo sabendo disso. Fizemos nossa campanha eleitoral, fizemo-nos conhecidos, alargamos nossas redes e, principalmente, permitimos aos nossos militantes espalharem nossas idéias. Isso é um saldo positivo."

28 terceiro mundo



Tijani Harscha



Salah Eddine Jouchi

Quanto ao resto. . . cabe ao povo julgar."

A opinião do regime

Os homens do regime respondem a essas pesadas acusações com um simples levantar de ombros. Eles reconhecem, claro, que houve pequenas irregularidades, pequenos enfrentamentos, incidentes comparáveis aos registrados em todos os países do mundo, mas nunca jamais aquilo que erradamente é chamado de "complot contra a democratização".

"Não houve nenhum complot", afirmou Dris Guiga, ministro do

Interior. "Muito ao contrário, o processo de escrutínio demonstrou que os tunisianos fizeram bom uso da democracia. Houve pequenos incidentes causados por alguns saudosistas do partido único, mas a etapa eleitoral foi ultrapassada com sucesso".

Ora, deve-se acreditar que a sabotagem sistemática da experiência democrática e as graves irregularidades que surgiram no decurso das eleições legislativas são simplesmente obra de uma minoria saudosista do antigo regime, ou será que se deve deduzir — como pretende a oposição — que o próprio regime já tinha concebido e desejado essa encenação? De qualquer maneira, não há dúvidas de que a ruptura entre o sistema de valores afirmados pelo regime e sua prática política real só poderão favorecer, a longo prazo, uma radicalização da batalha política na Tunísia, desvantajosa tanto para o regime na situação quanto para os partidos políticos moderados que aceitaram "entrar no jogo" do poder nessa ocasião.

Tijani Harscha, antigo companheiro de Ben Salah e líder da facção do Movimento de Unidade Popular que não aceitou participar nas eleições, é definitivo a esse respeito:

"Essa política de fim de reinado lembra estranhamente, para nós tunisianos, a das autoridades coloniais no decorrer dos últimos anos do protetorado. O regime do protetorado ontem não acreditava na independência mais do que o regime tunisiano acredita hoje na democracia. Mas, hoje como ontem, as mudanças de nossa sociedade e as aspirações de nosso povo impuseram definitivamente a transformação global e radical que o poder continua a nos recusar."

Qual será, portanto, o futuro da Tunísia? E, principalmente, qual o caminho a ser tomado? As oposições, legais e ilegais, ao regime de Bourguiba concordam num ponto: "O regime desturria-

no não sobreviverá ao desaparecimento do chefe-de-Estado". "É inevitável, sublinha Béchir Essid, chefe do Grupamento Nacionalista Árabe, que o regime seja enterrado com o seu fundador. O contrário seria para mim uma grande surpresa."

Salah Eddine Jouchi, um dos líderes dos muçulmanos progressistas pensa, ao contrário, que "a verdadeira mudança se operará, inevitavelmente, com ou sem a presença de Habib Burguiba, a partir de uma tomada de consciência islâmica e progressista do povo tunisiano". Para Salah Zguidi, secretário-geral da Federação dos Trabalhadores de Bancos e Seguros e membro da comissão administrativa da UGTT*, a mudança já está acontecendo:

"Não é a que foi anunciada pelo regime — esclareceu — mas aquela que os operários e os camponeses começaram a cultivar há muito tempo. As massas exploradas não esqueceram a greve geral e os fusilamentos de 26 de janeiro de 1978. Desta vez, elas não se deixarão mais reprimir."

* União Geral dos Trabalhadores Tunisianos



Mohammed Ben Adj Amor

O discurso de Hamma Hammani, representante do movimento marxista-leninista *El Amel Tounsi* — "O Trabalhador Tunisiano" — segue mais ou menos na mesma linha. Utilizando fórmulas tais como "luta de classes", "ditadura do proletariado", "partido guia" etc, ele confirma que "a mudança que o povo tanto espera só se fará através de novas crises e de novos dramas. Eu não acredito numa mudança global a curto prazo. Muitos obstáculos se interpõem à nossa vitória final: os capitalistas estrangeiros, o jogo das alianças, as máfias locais; mas, mesmo assim, conseguiremos ganhar. Estamos no caminho da História."

Os temidos muçulmanos

Opinião totalmente contrária a este último, têm os temidos *khouendjias* ou *khouen musulims* (padres muçulmanos), cujos líderes Abdel Fattah Mourou, Ghodbani e Ghanouchi foram presos recentemente.

"A verdadeira alternativa ao atual regime somos nós" — disseram um dos mais próximos colaboradores do advogado Mourou, no momento procurado pela polícia. "É o Movimento da Tendência Islâmica... É a volta às origens; é a profunda convicção de que não há nada de bom para nosso povo afora a tradição religiosa, cultural, econômica, política e social do Islã. Para o povo árabe e muçulmano, não há outra alternativa. Somos o que somos e é nosso dever sermos dignos. O que foi que ganhamos ao distanciarmos-nos de nossos terrenos culturais passados, de nossas origens? Nada! Nos tornamos, muito simplesmente, papagaios úteis que arrumam para vocês os hotéis onde vocês podem passar ótimas férias; papagaios que se deixam explorar nas vossas efêmeras indústrias de supérfluos e que fazem os trabalhos mais sujos da tecnologia de vocês; que



Hamma Hammani



Béchir Essid

aceitam passivamente o desmantelamento da agricultura tradicional e de uma produção industrial em função dos mercados externos; papagaios que devem continuar repetindo sem parar a lição que vocês nos deram: o Ocidente é a civilização e o Oriente, a barbárie! É por essa razão que nós vamos ganhar. Burguiba vivo ou Burguiba enterrado, nós ganharemos a partida. Estamos infiltrados em toda parte e prontos a agir. Julguem vocês mesmos: nosso jornal clandestino *Al Mojama* (A sociedade), até a pouco tempo atrás era rodado na imprensa do Estado..."

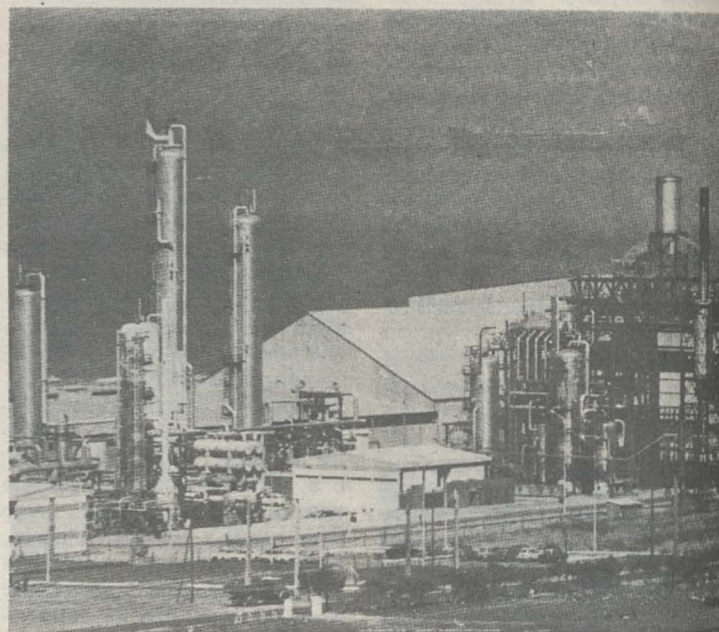
O governo altera a linha econômica

O governo argelino decide incentivar o investimento privado dentro do planejamento econômico nacional, embora mantendo a hegemonia do setor estatizado

Said Madani

As resoluções da sexta sessão bienal da Frente de Libertação Nacional (FLN) indicam uma importante modificação de direção na política econômica da Argélia, pois abrem um maior espaço ao setor privado.

Essa é a conclusão que se pode extrair dessa reunião concluída a 24 de dezembro do ano passado. Embora à primeira vista trate-se de um conjunto de decisões aparentemente contraditórias, na realidade, o Comitê Central dispôs que o governo instrua uma política direcionada no sentido de estimular e orientar as empresas privadas, que deverão desenvolver suas ações num quadro definido além de disporem de garantias. Nesse sentido, será estabelecido um novo código de investimentos e criada uma "instância nacional". Ambas iniciativas apontam para o mesmo objetivo, qual seja, o de incentivar, no quadro do planejamento nacional, os investimentos privados. A nova definição do papel do setor privado é a seguinte: "não será um substituto do setor público nem seu competidor, mas sim seu complemento". Mas ao mesmo tempo afirmou-se a necessidade de "consolidar e ampliar o lugar estratégico que o setor socialista deve ocupar como instrumento determinante da



O presidente Chadli (acima) e o complexo petroquímico de Arzew (abaixo)

administração e organização da economia, e como motor fundamental do desenvolvimento econômico e do progresso social".

É por isso que os analistas consideram que, para apreciar as mudanças e para avaliar de que forma afetarão o modelo econômico vigente, se deverá aguardar até serem conhecidas as modalidades de aplicação das diretrizes recentes. Estas permitem uma

participação maior e provavelmente mais estável à empresa privada, mas no âmbito do partido único e do governo coexistem alas que têm concepções diferentes sobre os papéis que o Estado e os empresários devem desempenhar. E entende-se que a alusão à função que corresponderia ao setor socialista seja uma concessão aos partidários da supremacia estatal dentro de um paco-

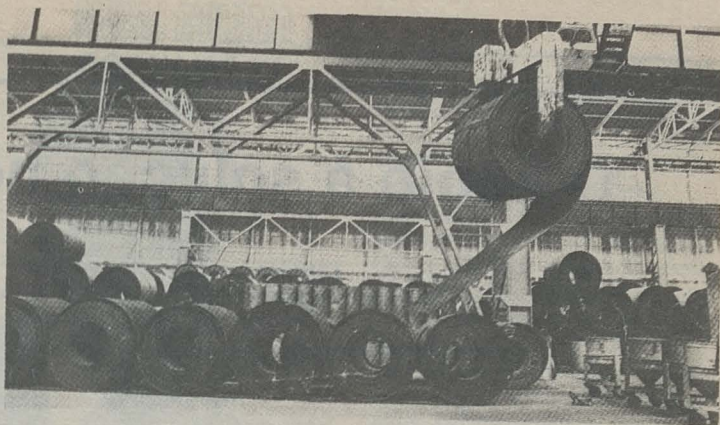


te de resoluções que, em geral, favorecem a ala defensora de uma relativa liberalização da economia.

Avanço da esfera estatal

Atualmente, o setor estatal argelino é responsável por quase dois terços do Produto Nacional Bruto (PNB). Isso é consequência de um consistente avanço da esfera estatal em detrimento da privada, especialmente a partir de 1971, quando o governo do falecido Huari Bumediene lançou o programa de reforma agrária e de socialização econômica. Apesar disso, os setores privados conservam mais de um terço do PNB, inclusive posições relevantes na agricultura, construção, comércio, serviços e no artesanato, assim como em alguns ramos industriais, entre eles o têxtil e o de calçados.

O homem que, sob a presidência de Bumediene, personificou essa orientação foi Belaid Abdessalam, ex-ministro da Indústria e Energia. Abdessalam foi suspenso como membro do Comitê Central por vontade da maioria de seus 200 membros. Apesar de sua queda ser atribuída às acusações de corrupção administrativa que pesavam sobre ele, é de toda forma um duro golpe para os adeptos da economia de Estado, cujo expoente máximo foi Abdessalam. Os que argumentam que essa sanção é devida somente à moralização — uma das grandes bandeiras do presidente Chadli Benjedid, que parece decidido a aplicá-la a fundo — lembram que Abdessalam tinha sido afastado da administração pública imediatamente depois da morte de Bumediene e assinalam que juntamente com ele, também foi suspenso Abdelaziz Buteflika, um dos líderes da tendência liberal e, portanto, divergente da estatizadora. Buteflika, de 43 anos de idade, foi na sua época o mais jovem dos ministros de Relações Exteriores

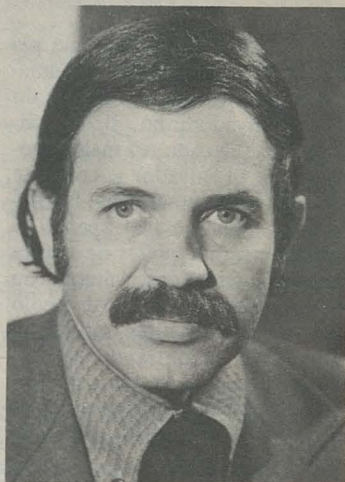


do mundo, cargo que manteve durante quinze anos. Os que assim interpretam essas e outras sanções pessoais dizem que, depois de serem afastados do Comitê Central, Buteflika, Abdessalam e outros ex-funcionários de alto nível poderiam ser submetidos a processos por irregularidades administrativas.

A linha centrista

O certo é que depois dessa sessão do Comitê Central, ficou consagrada a hegemonia do centralismo nacionalista, a tendência mais importante dentro da FLN (onde também existe uma tendência de esquerda marxista dividida num mosaico de posturas diversas). Essa linha centrista dentro do leque revolucionário da FLN, encarnada por Benjedid, teve êxito em acalmar as divergências entre os diferentes setores da sociedade e do partido. Ela implica continuidade em relação às origens insurrecionais da FLN a suas palavras-de ordem nacionalistas, assim como se identifica plenamente com uma política externa oposta à política de blocos que levou a Argélia a uma posição de liderança no seio do Movimento dos Países Não-Alinhados.

Dentro do nacionalismo, registrava-se uma crescente crítica a uma direção política que, nos anos anteriores, tinha levado a



Abdelaziz Buteflika

cabo um estatismo acelerado cuja execução foi considerada pouco eficaz e causadora de muitos dos problemas de produção que hoje essa nação da África do Norte enfrenta. Mas as políticas traçadas para estimular a área privada, com a esperança de aumentar a produtividade, não deveriam afetar os setores-chaves e estratégicos assumidos pelo Estado, já que se trata de um patrimônio da revolução argelina que é compartilhado por todos os expoentes nacionalistas. Inicia-se, apesar de tudo, uma nova etapa econômica cujos perfis seguramente demorarão a definir-se e que será objeto de delicados equilíbrios e compromissos no interior do partido único. ●

O apoio à solução negociada

Partidos e movimentos políticos
de todo o continente americano reúnem-se em Lima
para exigir que o governo Reagan
e a Junta salvadorenha ponham fim ao genocídio em El Salvador

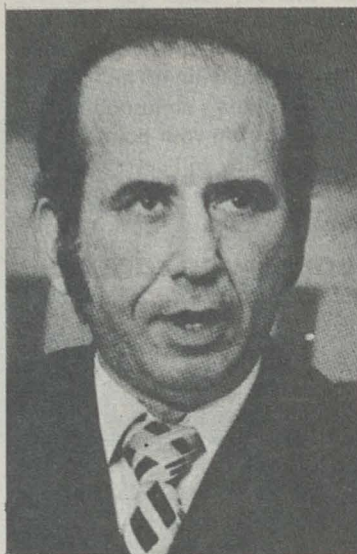
Neiva Moreira

Em Lima, na Conferência pela Paz, pelos Direitos Humanos e pela Autodeterminação do Povo Salvadorenho ficou evidente de que cada vez mais o problema de El Salvador se converte em uma causa americana. E dizemos americana e não apenas latino-americana pois, de outra maneira, seria desconhecer ou menosprezar o crescente apoio que os combatentes salvadorenhos estão encontrando nos Estados Unidos e no Canadá, sem falar nos países de idioma inglês de todo o continente, principalmente do Caribe.

A delegação norte-americana estava integrada por um grupo numeroso de personalidades e uma delas, o reverendo Robert Drinnan, até há pouco congressista, representante de Massachusetts pelo Partido Democrata, disse que o menos que podia fazer, naquele momento, era pedir perdão aos salvadorenhos pelo que está fazendo em seu país o governo norte-americano.

Bianca Jagger

Embora nicaraguense de nascimento, Bianca Jagger, internacionalmente conhecida não apenas pelo seu casamento com Mick Jagger, principal figura do conjunto inglês de *rock*, os *Rolling Stones*, mas pela sua militância em favor dos refugiados, esta-



Carlos Andrés Pérez

va incorporada à delegação dos Estados Unidos. Foi impressionante o seu depoimento sobre a repressão da soldadesca salvadorenha, em território hondurenho, contra os refugiados da guerra que se asilam em Honduras.

“Estou profundamente preocupada — disse Bianca — pelo fato de termos sido testemunhas das primeiras medidas que levaram à regionalização da guerra de El Salvador.

“Como pude ver, as forças armadas de El Salvador e Honduras já ignoram as fronteiras internacionais entre os dois países.

Mais ainda: a militarização de Honduras pelos Estados Unidos está demonstrada pelos crescentes embarques de armas, pelo treinamento, os conselheiros e as manobras conjuntas. Tudo indica que será ativa a participação de Honduras tanto no presente conflito como em outros de maior alcance, que se possam dar no futuro.

“Temo — concluiu Bianca Jagger — que assim como a guerra do Vietnã terminou se estendendo a toda a Indochina, o conflito salvadorenho terminará, finalmente, comprometendo toda a América Central.”

Os pontos fundamentais

De um modo geral, as discussões, que duraram dois intensos dias, se centraram em alguns pontos fundamentais, como sejam: a urgência de uma solução negociada, que termine com a “espantosa matança”, no dizer do presidente da Conferência, o ex-chefe de Estado venezuelano Carlos Andrés Pérez; que o governo Reagan cesse a sua intervenção no conflito, responsável pelo prolongamento da guerra e os sofrimentos do povo; que o apoio a El Salvador, por parte dos povos latino-americanos e todas as nações, entidades e pessoas amantes da Paz e da Justiça, em todo o mundo, se

amplie e se exerça de todas as formas que realmente contribuam para a vitória da democracia naquele país.

Esses pontos de vista foram compartilhados por todos, sem que as divergências ideológicas e os posicionamentos políticos bloqueassem a solidariedade. "A hora é das grandes alianças populares em defesa dos direitos humanos e das transformações sociais", disse o padre Juan Vives, da Venezuela. Ele chamou a atenção de que — ao contrário do que o governo de Reagan insiste em declarar — em El Salvador como em toda a América Latina, "não é o comunismo que enfrentamos, senão a intolerável injustiça social".

Este, aliás, foi um dos temas centrais da discussão, em torno do qual se estabeleceram amplas coincidências. O empenho propagandístico do governo Reagan, procurando situar a luta de El Salvador no contexto da confrontação Leste-Oeste foi frontalmente contestado. O delegado colombiano, Pérez Carrizosa apresentou ao plenário um trabalho brilhante, inclusive chamando a atenção dos presentes para o que está por detrás do apoio militar norte-americano à Junta de El Salvador. Lembrou esse político liberal, ex-chanceler da Colômbia — que não pode sequer ser acusado de radical — do que



Peña Gómez, presença dominicana

se passou na Guatemala: deposto o governo progressista do coronel Jacobo Arbenz, em nome da luta anticomunista, já no dia seguinte, as terras que haviam sido expropriadas das transnacionais norte-americanas eram devolvidas, em prejuízo dos camponeses e proprietários nacionais que as haviam recebido.

Os salvadorenhos, insistiu Carrizosa, tudo fizeram para que fossem respeitados os seus direitos democráticos. Só foram à guerra quando já não havia mais o que fazer. "A luta armada que sustentam atualmente as forças populares salvadorenhas constitui o último recurso de uma nação, quando lhe estão fechadas todas as vias de conciliação e entendimento para reivindicar a justiça contra a opressão", assinalou.

Mais explícito ainda foi o ex-presidente Carlos Andrés Pérez: "Quando se fecham as vias pacíficas ao povo, é legítimo o seu direito à rebelião", acentuando que essa opção é reconhecida inclusive pela Carta dos Direitos Humanos das Nações Unidas.

O genocídio

Os dados sobre o genocídio em El Salvador, que as agências transnacionais de notícias escondem ou desvirtuam, causaram um forte impacto naquela Assembléia. O secretário-geral da

Associação Latino-Americana para os Direitos Humanos, embaixador Horacio Sevilla Borja, do Equador, fez um relatório dramático do que se passa naquele país centro-americano.

De uma população de cinco milhões de habitantes, há, atualmente, 650 mil pessoas fora dos seus lares, o que equivaleria, proporcionalmente, a 30 milhões de pessoas nos Estados Unidos e mais de quinze milhões no Brasil. Mais de 32 mil mortos em dois anos, correspondendo, comparativamente, a cerca de 1,5 milhão de norte-americanos e a mais de 700 mil brasileiros.

"Seria inconcebível assistir impassíveis a essa matança, sobretudo quando se sabe que os salvadorenhos estão lutando não apenas por seus direitos mas também por todos nós", declarou o presidente do Partido Democrático Trabalhista do Brasil, engenheiro Leonel Brizola.

A farsa eleitoral

Há um consenso generalizado de que é urgente um cessar-fogo em El Salvador e que sejam abertas negociações sérias na busca de uma paz definitiva. A chamada "solução eleitoral" é uma farsa que só os porta-vozes de Washington e os "gorilas" da junta militar de El Salvador defendem. Como fazer eleições em um país em guerra, com uma considerável área de seu território fora do controle do grupo no poder e ações armadas em quase todo o território nacional?

A denúncia dessa farsa foi unânime na Conferência. Do ex-ministro do Trabalho do Equador, Juan Isaac Lóvato, ao padre Fernando Cardenal, da Frente Sandinista de Libertação Nacional, todos, sem exceção, negaram autenticidade a essas "eleições". "Temos nesse campo uma experiência de mais de 50 anos" — disse Cardenal. "De eleições que sempre eram ganhas por uma família, a de Somoza.



Fernando Cardenal

Eleições que eram meras farsas para homologar o domínio da oligarquia."

Uma paz negociada

Parece utópico, em uma guerra como a de El Salvador, falar em paz negociada. Mas quem a reclama são os próprios combatentes, seguros de que serão vitoriosos, mas preocupados com o custo humano e social da luta.

Guillermo Manuel Ungo, presidente da Frente Democrática Revolucionária, foi o porta-voz autorizado dos seus companheiros em armas. Ungo disse, na sua intervenção, que a etapa atual da guerra é muito favorável aos revolucionários, que estão lutando hoje para ampliar nacionalmente as áreas locais sobre as quais já

exercem domínio total. Chamou a atenção para o fato de que o exército salvadorenho está em processo de desmoralização, e por isso mesmo vem sendo progressivamente substituído pelos norte-americanos. Mais de 10% dos oficiais em comando são norte-americanos e 1600 militares de El Salvador recebem instruções nos Estados Unidos.

O líder salvadorenho foi claro e objetivo: "Demonstramos nosso interesse, disposição e vontade de procurar conversações de paz para estabelecer o diálogo e negociações que conduzam a uma solução política integral, democrática, justa e verdadeira". E assinalou: "Essa não é uma posição de debilidade; ao contrário, se baseia em nossa força e nos nossos avanços político-militares. Com responsabilidade humana e

política, estamos dispostos a uma solução pacífica negociada".

Por que a Junta de El Salvador não aceita essa proposta? É simples: sabe que já perdeu guerra e que, negociando, também perderia a paz. Assim, joga na continuidade do conflito para ensejar uma intervenção direta dos Estados Unidos, mesmo à custa da internacionalização da guerra.

De Lima, a Conferência fez um apelo aos amantes da Paz e da Justiça em todo o mundo, principalmente na América, para que se mobilizem em todos os níveis, de forma a forçar os belicistas de Washington e os títeres de El Salvador a que deponham as armas, cessem o genocídio e abram, sem demora, entendimentos em favor de uma paz justa e democrática.

FRENTE COMUM

A Conferência de Lima possibilitou um fato importante na política interna do Peru: o Partido Aprista Peruano, os partidos de esquerda e grupos independentes atuaram numa frente comum em apoio à luta do povo de El Salvador. Estavam reunidos o presidente do Partido Aprista, Villanueva del Campo; Alfonso Barrantes, presidente da Izquierda Unida; general Leónidas Rodríguez, presidente do Partido Socialista Revolucionário; Juan Lituma, presidente da Democracia Cristã; o secretário-geral do Partido Comunista, Jorge del Prado; vários parlamentares desses partidos e também da Ação Popular (governo), além de personalidades independentes como Lucia de Pavletich, presidente do Comitê de Solidariedade com os povos da América Latina e Caribe, o ex-presidente Bustamante y Rivero, o cardeal Juan Landázuri Riquelme, o bispo Luis Bambarén e o teólogo Gustavo Gutiérrez.

Os partidos e forças populares estiveram representados no grande ato de massas com o qual culminou a Conferência.

Os participantes da Conferência foram: Roberto Simes e Marcelo Galino, do Partido Socialista Popular da Argentina; Siles Suazo, presidente eleito da Bolívia, dirigente principal do Move-

mento Nacionalista Revolucionário de Izquierda (MNRI) e Jaime Paz Zamora, vice-presidente eleito, do Movimiento de Izquierda Revolucionaria; pelo Brasil: Leonel Brizola, presidente do Partido Democrático Trabalhista (PDT); Neiva Moreira, diretor de cadernos do terceiro mundo, prof. Bayard Boiteux, presidente do Comitê pró-Salvador e Marcos Cavalcante, presidente da União de Estudantes do Estado do Rio; Canadá: padre Patrick Donovan, representante da Conferência Nacional dos Bispos; Chile: Anselmo Sule, coordenador da Unidad de la Izquierda Chilena e delegação; Equador: pintor Oswaldo Guayasamin e outras personalidades; Honduras: prof. Jorge Arturo Reyna, da Aliança Liberal Popular; México: Ricardo Valero, sub-secretário de relações internacionais do PRI e deputado Alfonso Zegbe Sanen, secretário executivo da Conferência Permanente de Partidos da América Latina (Coppal); Nicarágua: comandante Dora Marfa Telez, padre Fernando Cardenal e outros dirigentes sandinistas; Panamá: Gerardo González, secretário-geral do Partido Revolucionário Democrático, no governo, e o ministro da Justiça, Jorge Ritter; Porto Rico: Rubén Berrios, do Partido Independentista, e Rafael Anglada, do Partido Socialista; República Dominicana: José Francisco Peña Gómez, presidente do Partido Revolucionário Democrático (governo); Quebec: Michel Leduc e Michael Boubien, do Partido Quebecois; e Uruguai: Juan Ferreira, pela Convergência Democrática.

As provas da conspiração somozista

Um acidente aéreo no final de dezembro em Honduras forneceu mais um dado para desvendar a rede de espionagem e conspirações montadas por militares hondurenhos e ex-agentes do regime de Somoza. Este artigo mostra como está sendo preparada a invasão da Nicarágua por mercenários e agentes contra-revolucionários

Roberto Bardini



Fagot Muller

Em 14 de dezembro de 1981, telegramas das agências *Prensa Latina* e *Ansa* emitidos de São José, Costa Rica, informaram que “dois aviões desconhecidos sobrevoaram nas últimas horas comunidades hondurenhas, onde deixaram cair vários volumes supostamente com armas”. Os despachos telegráficos acrescentavam que “o material foi lançado pelas aeronaves nas localidades de Las Balitas, Santa Maria e San Marcos de Colón, no distrito de Choluteca” e que o jornal hondurenho *Tiempo* havia se pronunciado pela realização de uma “exaustiva investigação” das violações de soberania hondurenha de parte das tropas da Junta Militar Democrata-Cristã de El Salvador.

Neste caso, apesar das boas intenções do diário *Tiempo*, era pouco provável que os misteriosos vôos noturnos estivessem vinculados às atividades do exército salvadorenho em Honduras, que por seu lado são muitas e graves. Pela localização da zona sobrevoada — muito perto da fronteira da Nicarágua — teria mais credibilidade a especulação de que os aviões tinham deixado cair armas destinadas aos ex-guardas nacionais nicaraguenses “refugiados” ao sul de Honduras, onde são fei-

tos treinamentos em vários campos militares e que permanentemente fazem incursões ao território vizinho.

Poucos dias mais tarde, às vésperas do Ano Novo, aconteceu um episódio vinculado a um acidente aéreo que, de certo modo, confirmava esta versão.

1982: mau começo para Mr. Steadman Fagot Muller

O líder *misquito** nicaraguense Steadman Fagot Muller, chefe de uma das bases somozistas que operam em Honduras, e sua esposa Digna Rivera não puderam festejar a chegada do Ano Novo como tradicionalmente: ambos estavam feridos — ele numa perna — e internados no Hospital-Escola de Tegucigalpa. Na tarde do dia 28 de dezembro o casal se achava a bordo do avião militar número 313 *Douglas C-47* da Força Aérea Hondurenha (FAH) que explodiu no ar quando tentava decolar do aeroporto de Puerto Lempira, distrito de Gracias a Dios, a noroeste do país, limítrofe com a Nicarágua. No acidente morreram cinco pessoas — entre elas, três militares

* Grupo étnico que se localiza na costa atlântica do istmo centro-americano.

hondurenhos — e outras 25 ficaram feridas gravemente, inclusive 14 soldados e o recentemente promovido major Leonel Luque Jiménez, comandante do Batalhão de Engenharia sediado em Puerto Lempira.

Afirmava-se que Steadman Fagot Muller vangloriava-se de ser um *lucky man*, um homem de sorte. Muitos episódios de sua vida agitada — inclusive o do acidente aéreo — confirmavam essa definição.

Quando, em 1979, deu-se na Nicarágua a vitória da Frente Sandinista de Libertação Nacional, Fagot Muller foi detido sob a suspeita de ter colaborado com o regime de Anastasio Somoza, mas conseguiu ser libertado por falta de provas. Fugiu imediatamente para Honduras acompanhado por três mil índios pertencentes ao *Movimento Misquitos, Ramas e Sumos* da costa atlântica (conhecidos como *misurasatas*) aos quais prometera uma “vida melhor fora do comunismo”, voando em seguida para Miami para proclamar aos quatro ventos que de fato havia sido agente somozista sob o nome de Saúl Torres. Depois de anunciar que iniciava a guerra contra o “sandino-comunismo”, regressou a Honduras e estabeleceu-se na

área *misquita* do departamento de Gracias a Dios, onde dedicou-se a preparar os *misurasatas* para a contra-revolução.

Sua sorte continuou quando estabeleceu uma sólida amizade com o comandante militar da área, o então capitão Leonel Luque Jiménez, comandante do Batalhão de Engenharia de Puerto Lempira. Fagot Muller e Luque Jiménez reconheceram-se rapidamente como dois "homens de ação", ardorosamente anticomunistas, e unidos pelo ódio comum votado aos sandinistas. Durante anos, ambos canalizaram esse ódio através de atividades contra-revolucionárias que foram desde a organização de incursões armadas à repressão aos nativos da zona e à instalação de uma emissora de rádio clandestina. Luque Jiménez dizia que sua promoção a major era devida, na realidade, a Fagot Muller que, com sua chegada, tinha-lhe dado a oportunidade de "mostrar que era macho" aos chefes de Tegucigalpa.

A "Operação Escudo"

Em meados do ano passado, o jornal *Nuevo Diario* de Manágua denunciou um vasto plano contra-revolucionário dirigido a partir de Miami: a "Operação Orión", que incluía o envio a El Salvador de 700 ex-guardas nacionais "refugiados" em Honduras, seguida de uma "Operação Escudo", que visava a instalação de uma potente rádio-emissora de 20 mil kw em Meanguera ou Puerto Lempira, em território hondurenho.

Posteriormente, em princípios de maio, o Comitê Hondurenho de Paz e Amizade com a Nicarágua (Cohpan) enviou uma carta ao então presidente, general Policarpo Paz García, denunciando que a empresa estatal de telecomunicações (Hondutel), dirigida pelos militares, havia colaborado com os ex-guardas nacionais na instalação de uma emissora clan-

destina localizada a dez quilômetros de Tegucigalpa, num local chamado El Tizatillo, na rodovia para Choluteca em direção ao sul. A denúncia acrescentava que trabalhavam em postos-chaves da Hondutel perto de dez somozistas e que o equipamento de rádio tinha sido trazido de Miami pelo ex-coronel da Guarda Nacional Carlos Rodríguez, que na época de Anastacio Somoza fora chefe do grupo paramilitar Serviço Anticomunista (SAC).

Próximo à mesma data, o Comitê Hondurenho de Paz e Amizade com a Nicarágua tornou pública a presença de 900 nicaraguenses contra-revolucionários nas adjacências de Puerto Lempira e de Mosquitia. Também indicava a existência de três locais onde constantemente aterravam aviões militares da Força Aérea Hondurenha (FAH) com víveres e armas, e que os somozistas faziam cordões de segurança para que os habitantes da área não se aproximassem. Finalmente, a denúncia do Cohpan assinalava que os "sapos" — como são conhecidos pejorativamente os anti-sandinistas — "montaram uma emissora que trabalhava com o código Lima-Lima-Japão", iniciais do seu principal operador: o capitão Leonel Luque Jiménez.

Contato em Warunta

Em agosto passado, habitantes de Puerto Lempira informaram em Tegucigalpa que cerca de 15 professores haviam ameaçado se retirar da região e que mais de mil crianças hondurensas da etnia *misquita* poderiam ficar sem concluir seu ano escolar se não fossem expulsos da região os *misquitos* nicaraguenses contra-revolucionários. Segundo os informantes, os professores eram constantemente hostilizados e ameaçados de morte pelos dirigentes do Movimento *Misquitos*, Sumos e Ramas, por denunciarem suas atividades conspirativas. Os professores relataram essa si-

tuação ao chefe militar da região — Leonel Luque Jiménez — mas não tiveram nenhuma resposta.

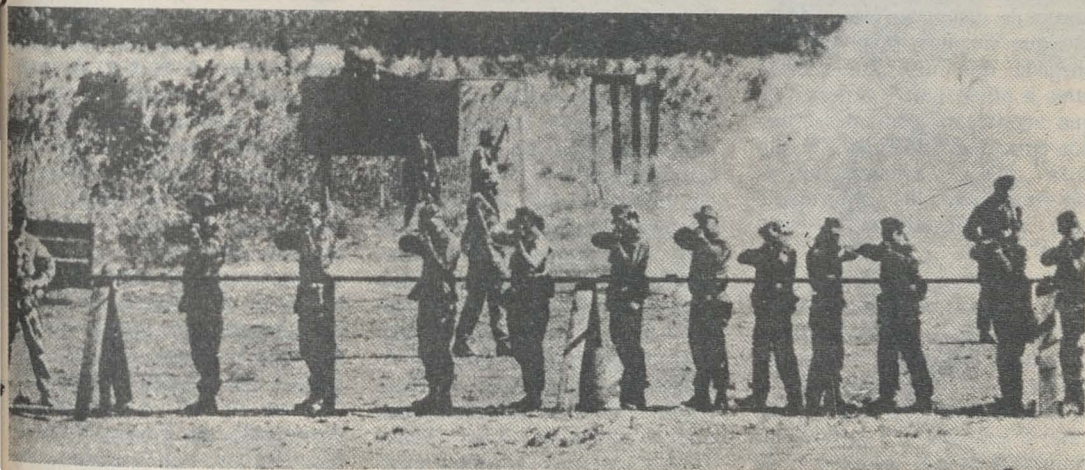
Posteriormente, dois professores que prestavam serviço na região, Manuel Rodríguez e Carlos Ramírez confirmaram que 900 homens eram treinados num acampamento situado no morro de Warunta e esclareceram que os treinamentos militares eram dirigidos por 14 ex-instrutores da extinta Escola de Treinamento Básico de Infantaria (Eebi) e por outros enviados pelos governos do Chile e da Argentina. Os professores assinalaram a cumplicidade do capitão Leonel Luque Jiménez e sua estreita vinculação a Steadman Fagot Muller e seu auxiliar direto, Elmer Prado.

O acampamento de Warunta — indicaram Rodríguez e Ramírez — era cercado com arame farpado, sendo território proibido para os hondurenses que viviam em Mosquitia. Juan Portillo, um nicaraguense radicado no local, comentou com os dois professores que "depois do treinamento, os contra-revolucionários vão para a localidade de Suji e em seguida internam-se em território nicaraguense". A informação foi confirmada por Eduardo Coleman, proprietário de uma fazenda em Suji, e pelo professor Adalberto Mejía, diretor da escola "21 de Outubro".

Manuel Rodríguez e Carlos Ramírez lembraram que aviões da FAH transportavam material bélico destinado aos contra-revolucionários através do aeroporto de Puerto Lempira, a capital do departamento, e de pistas localizadas em Usubilia, Mocerón e Warunta. Acrescentaram que os somozistas contavam com uma emissora clandestina autodenominada "15 de Setembro" — porta-voz da Legião de mesmo nome — que operava de Cayos Mayores e Cabo Falso, transmitindo mensagens entre as cinco e seis horas da tarde e nove e dez da noite, todos os dias.



Ex-guardas de Somoza e centenas de mercenários recebem treinamento militar nas vizinhanças de Miami, nos Estados Unidos



A estação era dirigida por alguém que já havia sido denunciado em Tegucigalpa: o ex-coronel da Guarda Nacional Carlos Rodríguez. A estação — disseram Rodríguez e Ramírez — estava anteriormente situada nas proximidades da capital hondurenha, mas foi transferida face às denúncias formuladas por diferentes organizações populares, entre elas o Cohpan. Atualmente, uma estação repetidora localizada na barra do rio Cruta auxilia o emissor central, e assim se eliminam quase que totalmente as transmissões das emissoras mais potentes de Honduras na região.

Confirmava-se dessa maneira a realização da “Operação Escudo”, oportunamente denunciada pelo *Nuevo Diario*.

“Que treinem na Nicarágua... se puderem”

A 27 de agosto de 1981, realizou-se o congresso anual do Movimento Misquito Hondurenho “Misquitia Unida” (Mazta), com o propósito de analisar e tomar medidas concretas diante da situação vivida pelo departamento de Gracias a Dios por causa da chegada de três mil indígenas misquitos nicaraguenses. Antes da realização do evento, Lawrence Smith, vice-presidente da Mazta, informou à imprensa hondurenha que “o principal ponto de discussão será a situação que vivemos, originada pela chegada dos misquitos *misurasatas* a nosso país e o perigo de que aconteçam combates armados entre eles e a Frente Sandinista”, porque “sabemos que estão sendo treinados militarmente aqui para invadirem a Nicarágua”.

O dirigente manifestou que “nós, misquitos hondurenhos, não apoiamos de nenhuma forma os *misurasatas* nem estamos de acordo com suas ações contrarrevolucionárias, já que nosso país, o exército e o governo de Honduras devem respeitar o di-

reito do povo nicaraguense à livre determinação”. “Se os refugiados *misurasatas* quiserem lutar contra os sandinistas — expressou Lawrence Smith — que vão para a Nicarágua, se puderem, mas não provoquem distúrbios aqui, para que os *misquitos* hondurenhos venham a sofrer as consequências desse conflito”.

Um telegrama da Agência Nova Nicarágua (ANN) proveniente de Manágua dizia o seguinte: “Nos campos de treinamento de Honduras existem agora cerca de mil misquitos. Recebem armamento antigo, com o qual são preparados o suficiente para não se matarem entre si. Seu preparo é diferente daquele recebido pelos outros integrantes. Não são treinados para combater, mas para servirem como carne de canhão. Na estratégia dos planos intervencionistas foi procurada uma localização especial para os povos indígenas nicaraguenses. Ao longo da história do país, esses povos foram absolutamente ignorados. Durante a ditadura somozista, foram perseguidos para lhes tirarem as terras quando estas foram ambicionadas pelos governantes. Hoje, são bajulados, são chamados a combater a revolução sandinista, precisamente o único governo que demonstrou preocupação com as suas necessidades”.

Os professores de Puerto Lempira voltam à carga

A 22 de setembro, os professores de Puerto Lempira enviaram uma carta ao general Paz García denunciando que “o capitão Leonel Luque Jiménez considera-se inimigo acirrado do magistério, predispondo os *misurasatas* ao roubo, capturas, violações, assassinatos e perseguições de nativos e companheiros professores, acusando-os de terem ligações com o governo da Nicarágua”. Além disso, assinalavam que “o porte de armas FAL e M-16 é exclusivo do nosso exér-

cito e não para serem utilizadas por estrangeiros que se supõe estarem na qualidade de refugiados”.

Os professores expressavam que “os campos de treinamento militar constituíam uma constante ameaça para a livre circulação de pessoas alheias aos interesses dos *misurasatas*”, ao mesmo tempo em que solicitavam “a expulsão de todos os *misurasatas*” e a destituição do capitão Luque Jiménez, pedindo ainda que “quem ocupar o comando militar deste povoado seja uma pessoa responsável e consciente de seus deveres”.

Foi então que as altas autoridades militares julgaram que quem era realmente “responsável e consciente” era o capitão Luque Jiménez e consideraram a possibilidade de sua “merecida” promoção a major.

“Estrangeiros indesejáveis”

Menos de uma semana depois de enviada a carta anterior, a Cooperativa de Serviços Múltiplos de San Pedro Sula — segunda cidade mais importante do país — exigiu de Paz García a expulsão dos ex-guardas nacionais “que operam como forças paramilitares e aos quais foi permitido se organizarem e serem portadores de todos os tipos de armas de fogo”. Os cooperativistas acrescentavam que os somozistas “aproveitavam esses privilégios para cometer todo tipo de vexames contra a população hondurenha” e citavam como exemplo o fato deles terem assaltado dias antes a sede da Cooperativa, de onde roubaram dez mil lempiras (cinco mil dólares) e mataram um dos associados.

Quatro meses antes, os habitantes de San Marcos de Colón, em Choluteca, no outro extremo do país, haviam enviado uma carta a Paz García, datada de 8 de maio de 1981 e assinada pela Associação de Forças Vivas de San Marcos, expressando-se em



Fronteira entre Honduras e Nicarágua, na rodovia Panamericana

termos semelhantes. "A consequência dos problemas surgidos na vizinha Nicarágua no ano de 1979 foi que nossa comunidade viu-se sufocada pela imigração de nicaraguenses, integrada na sua maioria por ex-guardas, que desde o momento de seu ingresso causaram problemas à comunidade, chegando ao ponto de serem repudiados por todos", afirmavam.

Mais adiante, a carta enunciava uma longa lista de atividades dos ex-guardas nacionais: "assaltos à mão armada, roubo de gado, contrabando, assassinatos de nacionais e estrangeiros, ameaças de morte a honradas pessoas de nossa comunidade; porte ilegal de armas de fogo, violação à nossa soberania nacional, já que fazem continuamente incursões em território nicaraguense, provocando as autoridades do vizinho país, que logicamente os perseguem até que penetrem novamente em nosso território".

Mencionavam em seguida que o regulamento do Alto Comissa-

riado das Nações Unidas para os Refugiados (Acnur) estabelece que "nenhum refugiado permanecerá a menos de 50 quilômetros da fronteira, para sua própria proteção como também da soberania nacional". Recordavam em seguida: "Em nosso caso, San Marcos de Colón está a menos de dez quilômetros da fronteira com a Nicarágua".

A carta, assinada por 40 organizações populares da localidade, exigia "a expulsão dos ex-guardas e de outros nicaraguenses indesejáveis, fazendo a ressalva de que entre a população de refugiados existem pessoas aceitáveis em sua conduta com as quais se pode conviver", e finalizava: "Se esta petição não é aceita por tão honorável funcionário, a Associação de Forças Vivas de San Marcos ver-se-á na necessidade de adotar medidas mais radicais".

A missiva, da mesma forma que as anteriores enviadas de Puerto Lempira e de San Pedro Sula, não recebeu resposta do "tão honorável funcionário".



Gen. Policarpo Paz



Roberto Suázo Córdoba

Os "refugiados" somozistas

As reiteradas queixas e denúncias não eram infundadas. A 8 de setembro de 1981, o ex-guarda nacional nicaraguense Enrique Sequeira Gutiérrez, de 18 anos de idade, foi apresentado em conferência de imprensa pelo coronel Juan López Grijalva, chefe da Direção Nacional de Investigações (DNI), sob a acusação de traficar cocaína e assaltar bancos e estabelecimentos comerciais.

Ainda que a apresentação de Sequeira tenha vindo na sequência de seus atos delituosos, e que a DNI não tenha se interessado por sua ação contra-revolucionária, as perguntas dos jornalistas giraram inevitavelmente em torno deste último tema. Assim, o ex-militar disse que seus companheiros "exilados" em Honduras mantinham contatos com oficiais da desaparecida Guarda Nacional que moravam em Miami, Guatemala e Tegucigalpa. Disse também que em Trojes, departamento de El Paraíso, existia um acampamento de contra-revolucionários de onde eram realizadas contínuos ataques contra o Exército Popular Sandinista e confirmou sua própria participação em seis incursões.

Finalmente, antes que a conferência de imprensa fosse interrompida pelo coronel López Grijalva, Sequeira reiterou que na repartição policial não o haviam interrogado sobre essas atividades e revelou que estava sendo preparada uma força militar de seis mil homens a ser utilizada contra a Nicarágua, proveniente dos Estados Unidos e da Guatemala, que se juntariam em Honduras, de onde partiriam para o país vizinho.

Honduras: base natural da contra-revolução

No final de 1980, várias organizações políticas, universitárias, camponesas, operárias e religio-

sas apresentaram na Assembleia Nacional Constituinte (Congresso) uma solicitação de investigação das atividades dos ex-guardas e de outros "refugiados" civis. A petição incluía uma lista com o nome de 25 pessoas — entre elas, 13 militares — que eram apontadas como "cabeças do movimento contra-revolucionário depois da derrubada de Anastasio Somoza". Os antigos servidores da Guarda Nacional eram três coronéis, um comandante da aviação, um major, um capitão e vários tenentes.

A petição afirmava que esses indivíduos "efetuam constantemente ações paramilitares e financiam atividades contra-revolucionárias". O documento acrescentava que "alguns deles portam armas de grosso calibre, amparados por permissões especiais fornecidas por autoridades militares". Finalmente, denunciava que eles eram os chefes de grupos tais como as Forças Especiais de Guerrilhas Anticomunistas (Fesgas), o Exército Nacional de Libertação (ENL), e a Associação Democrática Revolucionária da Nicarágua (Adren), "violando constantemente as leis para estrangeiros".

Tal como foi indicado, esta carta foi apresentada ao Congresso em fins de 1981. Os sinos já haviam anunciado a chegada de 1982, e os deputados ainda não haviam se pronunciado a esse respeito.

As ameaças de invasão

As ameaças de invasão da Nicarágua a partir do território hondurenho foram amplamente comentadas pela imprensa internacional durante todo o ano passado. A 3 de abril desse ano, por exemplo, o *New York Times* informou que "direitistas nicaraguenses exilados em Honduras, confiados no apoio de alguns setores do exército hondurenho, e que aguardam o sinal de luz verde dos Estados Unidos, planejam

invadir sua pátria dentro de dois meses".

Uma semana mais tarde, o diário *El Heraldo* de Tegucigalpa — definido localmente como um "jornal de orientação parapolicial" — publicou em sua página 12, um espaço pago e assinado pelo autodenominado Exército Nacional de Libertação da Nicarágua (ENL), que no final reproduzia uma palavra-de-ordem de uso comum em todos os setores reacionários da América Latina: "Deus, Pátria e Liberdade". A matéria denunciava que "o regime sandino-comunista" havia convertido a Nicarágua em "uma colônia soviético-cubana". O ENL, mais democrático que a FSLN, prometia fuzilamentos em massa e conclamava a formação de uma nova junta de governo integrada por "figuras relevantes".

Em agosto de 1981, a *UPI* reproduziu o testemunho de dois ex-coronéis do exército hondurenho, que revelavam que "Honduras e Guatemala forneciam armas discretamente aos exilados", enquanto que "a Argentina lhes enviou dois mil fuzis *FAL*" e o governo de Policarpo Paz García "lhes permite cruzar a montanhosa fronteira de 640 km para atacar as forças sandinistas".

As informações desse tipo repetiram-se durante o ano de 1981. O governo do general Paz García, enquanto isso, dedicou-se a desmentilas ou simplesmente guardou silêncio.

Aparecem os "cães-de-guerra"

Soldier of Fortune, a "revista do aventureiro profissional", isto é, dos mercenários e ex-agentes, tem sua caixa postal no *P.O. Box 693* de Boulder, Colorado 80306, EUA. Em junho de 1981, esta publicação — que serve, entre outras coisas, de vínculo entre os mercenários de todo o mundo — organizou um "Socorro para os Combatentes Nicaraguenses da Liberdade", solicitando a seus

leitores o envio de material para seu endereço de correio. Segundo enquetes feitas, 63% dos leitores dessa revista possuem armas de fogo, e 22% são militares ou policiais. Esses dados não incluem leitores de fora dos Estados Unidos.

O pedido de ajuda expressava: "Soldier of Fortune tem conhecimento de que alguns exilados nicaraguenses em Honduras atuam secretamente contra o governo sandino-comunista. Os exilados, que vivem em acampamentos de refugiados ao longo da fronteira hondurenha-nicaraguense, têm necessidade de tudo, pois seus fundos foram gastos em operações através da fronteira ou em armas para defender seus acampamentos. Suas necessidades mais urgentes são comida e roupas. Devido à natureza da área onde vivem, e à atividade que desenvolvem, necessitam de uniformes de campanha e de botas em condições de uso. Se vocês possuem uniformes ou botas que não usem, enviem-nos a *Soldier of Fortune* e nós os faremos chegar aos exilados".

O interesse dos "profissionais da aventura" em ajudar os somozistas aumentou. A 12 de dezembro de 1981, *El Heraldo* apresentou uma nota — reproduzida seguramente de outro jornal — que informava: "Sob o título 'Um dia com os chacaís', *Soldier of Fortune* de setembro publica uma reportagem de seu enviado especial a Honduras, onde seis mil antigos membros da Guarda Nacional da Nicarágua preparam operações de ataque sobre território nicaraguense contra as tropas sandinistas".

Mesmo o número de seis mil somozistas em pé-de-guerra sendo exagerado, evidente que o enviado especial esteve em Honduras e que sua informação era verdadeira. O governo hondurenho, ocupado um mês antes com a realização de eleições presidenciais, optou por sua conduta habitual: o silêncio.

no. 42 — fevereiro — 1982



Blindados que foram de Somoza, defendem hoje o governo sandinista

Os acampamentos militares em território hondurenho

No início de maio de 1981, a chancelaria nicaraguense publicou um "Livro Branco" que incluía um mapa da região fronteira com Honduras, no qual era assinalada a localização de dez campos de treinamento militar contra-revolucionário nos departamentos limítrofes de Choluteca e El Paraíso, situados em

El Triunfo, Caguasca, El Espino, San Marcos de Colón, Orocuina, San Antonio de Flores, Las Tunas, Los Trojes e El Tablazo. O documento indicava outros três acampamentos situados em pontos próximos aos departamentos nicaraguenses de Chinandega e Nueva Segovia.

A 22 de abril e a 6 de maio passados, o Comitê Hondurenho de Amizade e Paz com a Nicarágua (Cohpan) e a Federação de

terceiro mundo 41

Estudantes Universitários de Honduras (Feuh) já haviam denunciado a existência de quatro fazendas, propriedades de criadores de gado vinculados ao Partido Nacional e de um cidadão cubano, que serviam de acampamentos militares dos somozistas. Essas fazendas era as seguintes: "La Estrella", de Cristóbal Gonzáles e Gonzalo Acuña, na aldeia El Jícaro; "El Pedregal", do cubano Miguel Angel Pérez, apelidado "Kiko", na aldeia El Pescador; "Los Laureles", de Napoleón Flores e Ramón Moncada, na aldeia Arenas Blancas; e "Las mercedes", de Adalid Cuadra Barrientos.

Em meados de novembro, o Cohpan e 30 organizações populares — entre as quais estavam a Feuh, a União Nacional de Camponeses, a União de Cooperativas Populares de Honduras, associações de professores, entidades profissionais e centrais operárias — publicaram novamente um documento denunciando que os ex-guardas nacionais preparavam-se para invadir a Nicarágua a partir de três fazendas localizadas próximo à fronteira: "Ceilán", propriedade de Guillermo Sevilla, onde eram treinados 300 homens; "Los Pampas", de Carlos Castillo, onde 20 homens recebiam instrução militar; e "La Chorrera", de Isaías Rodríguez, centro de concentração de 200 somozistas.

Na mesma época, Carlos Díaz, presidente das Forças Vivas de San Marcos, fez saber que "os ex-guardas saem pela fronteira roubando gado e regressam ao território hondurenho perseguidos pelos sandinistas". Também afirmou que na fazenda "Las Palmas", propriedade de Bayardo Ruiz, militante do Partido Nacional, eram treinados vários somozistas que se vestiam com uniformes do Exército Popular Sandinista e provocavam incidentes.

A lista de campos militares é, na realidade, incompleta. De

qualquer foram, a partir dessas revelações é provável que muitos dos acampamentos já não funcionem e que existam novos locais de treinamento. Mas a experiência ensina que cedo ou tarde são localizados e denunciados.

Poucos dias depois da denúncia de Carlos Díaz, o correspondente de San Marcos de Colón da Rádio HRN de Tegucigalpa, Juan José Espinal, foi sequestrado por três membros da ex-Guarda Nacional que o acusaram de "falar demais" e torturaram-no com choques elétricos. Espinal conseguiu fugir quando seus captores tentavam jogá-lo de uma ponte de grande altura. A 24 de novembro, o Cohpan havia denunciado que a emissora "15 de Setembro" funcionava agora em San Marcos de Colón, na propriedade do hondurenho Alonso Corrales, a somente dez quilômetros da fronteira com a Nicarágua. Os somozistas suspeitavam que a informação havia sido fornecida por Espinal.

O grave acontecimento não teve resposta oficial. As autoridades hondurensas com certeza concordavam com os sequestradores em que o correspondente de San Marcos "havia falado demais".

Miami: a escória se concentra

Nos primeiros dias de maio do ano passado, o comandante Bayardo Arce, coordenador da Direção Nacional da Frente Sandinista de Libertação Nacional, deu uma conferência em Manágua, na Universidade Centro-Americana, sobre o tema "A política externa dos Estados Unidos em relação à Nicarágua". Não foi uma exposição puramente acadêmica. Entre muitas outras coisas, Arce denunciou a existência de quatro bases de operações contra-revolucionárias no país do norte.

O comandante sandinista mencionou uma fazenda situada em 11875 SW, rua 46, a sudeste

do condado de Dade, onde operava a "Brigada 2506" e seu instrutor era o ex-tenente da Guarda Nacional José Aguirre; o campo de Homestead, ao sul de Miami, propriedade do grupo "Omega 7"; um terceiro acampamento situado em Everglades que albergava os membros da "Legião 15 de Setembro" e a "Liga Anticomunista", sob o comando do ex-tenente Noel Gutiérrez; e finalmente outro em Kendall, também no sul, onde era treinado o grupo "Elite" sob as ordens do ex-major Rafael Ascencio, antigo chefe militar de Masaya.

A 16 de agosto, numa extensa reportagem publicada na primeira página de sua edição dominical, o *Washington Post* revelou que "uma força de seis mil homens que operam na Nicarágua e ao longo da fronteira com Honduras, para derrubar o regime sandinista, é comandada de Miami por um rico nicaraguense de origem espanhola e ex-sócio de Anastasio Somoza, chamado Pedro Ortega". O diário afirmava que perto de 80 nicaraguenses, na sua maioria ex-guardas somozistas, treinavam em uma fazenda de cerca de 30 hectares denominada "Campo Cuba", na localidade de Everglades, a somente 15 quilômetros do aeroporto internacional de Miami. As leis norte-americanas — lembrava o *Washington Post* — não proíbem treinamentos em propriedades privadas, com armas "legalmente registradas", sempre e quando se tratar de "um campo de exercícios" e os comandos "abstemham-se de utilizar o território dos Estados Unidos para lançar a invasão".

Por seu lado, o também influente *New York Times* assegurou, a 23 de dezembro de 1981, que perto de 800 exilados cubanos e nicaraguenses haviam sido treinados militarmente nesse ano para invadir seus respectivos países, em um campo de 35 hectares situado a oeste de



Milhares de milicianos foram mobilizados na defesa nacional

Miami. Segundo o jornal, esses indivíduos faziam parte de uma autodenominada Força Interamericana de Defesa, dirigida por um cubano, Hector Fabián, que afirmou que mais de 100 de seus homens haviam se infiltrado na Nicarágua através da fronteira com Honduras. A força de combate contava com financiamentos de empresários de nacionalidade cubana, nicaraguense e panamenha. O "comandante" Fabián declarou ao *New York Times*: "Pela primeira vez em 20 anos os Estados Unidos decidiram-se a defender seus interesses. Agora nossas lutas coincidem".

Ao que parece, os campos proliferavam abundantemente. A 28 de setembro, um despacho noticioso de *Prensa Latina* de Nova Iorque, dava conta de que "um novo acampamento para treinar mercenários contra Cuba e Nicarágua havia sido inaugurado no condado de Dade, no estado da Flórida" e que "segundo testemunhos de jornalistas convidados, nesse condado funcio-



navam outros seis acampamentos onde participam como instrutores ex-boinas verdes, ex-oficiais sul-vietnamitas e grupos de soldados do regime somozista". De acordo com as revelações — acrescenta *Prensa Latina* — "o novo centro está organizado pela chamada 'Brigada 2506', nome das forças mercenárias que participaram em 1961 da derrotada

invasão de Cuba em Playa Girón". O despacho acrescentava que "supõe-se que os membros das equipes de infiltração das forças de defesa são enviados a bases de Honduras para desempenhar atividades contra o governo da Nicarágua". Continuando, citava declarações de Robert Berger, um advogado de Miami representante dos "refugiados"

nicaraguenses: "Há um canal clandestino entre Honduras e Miami".

Da mesma forma que no caso dos acampamentos em território hondurenho, a lista dos campos nos Estados Unidos é seguramente incompleta. Não obstante, sua enumeração parcial mostra um alarmante panorama.

Os grupos contra-revolucionários

São poucos mas ativos, e contam com poderosos recursos financeiros. Alguns não passam das explosivas declarações verbais e incendiárias. Outros, em troca, caracterizam-se por uma ação perigosa e contínua. Existem elementos de avaliação, por outro lado, para se supor que enfrentam algumas divergências, o que tem dificultado a unidade operacional.

No início de maio do ano passado, o diário francês *Le Monde* afirmou que os dois grupos armados que atuam a partir de Honduras contra a Nicarágua — a União Democrática Nicaraguense (UDN) e o Exército Nacional de Libertação (ENL) — "têm sérias disputas entre si". De acordo com a reportagem realizada em Honduras, a UDN e o ENL "têm um amigo em comum, o imperialismo, e um inimigo também comum, o povo nicaraguense". O jornal parisiense acrescentava ainda que as disputas entre os dois grupos "são referentes a qual dos dois é mais anticomunista, qual conta com maior apoio externo, e qual deles consegue mais mercenários para atacar a Nicarágua". O dirigente máximo da UDN, Edmundo Chamorro Rapaccioli, afirmou a *Le Monde* que tem dois mil homens armados agrupados nas chamadas Forças Armadas Revolucionárias da Nicarágua (Farn). Por seu lado, um indivíduo apelidado "Tupamaro", ex-capitão da Guarda Nacional e atual líder do ENL (integrado em sua maioria por ex-guardas)

não ficou atrás e assegurou contar com 15 mil elementos "dispostos a tudo".

A UDN parece ser a maior das facções contra-revolucionárias. Conta com homens de negócios que, segundo seus próprios testemunhos, lutaram contra Somoza, "mas romperam com o sandinismo ao ver os estreitos vínculos que o governo estabelecia com Havana e Moscou". Seu presidente, Edmundo Chamorro, serviu na direção da FSLN em 1978 e combateu na Frente Sul, e diz que a UDN conta com dois mil comandos, 800 dos quais se encontram nos acampamentos de Honduras, assim como os cinco mil partidários que integram células clandestinas na Nicarágua. Entre os combatentes desse agrupamento estão os *misurasas* da isolada costa atlântica nicaraguense.

O segundo dos grupos contra-revolucionários é o Exército Nacional de Libertação da Nicarágua (ENL), de clara filiação somozista, que garante que seus efetivos oscilam entre oito e quinze mil homens, provenientes em sua quase totalidade da extinta Guarda Nacional. O principal dirigente do ENL é "Juan Carlos", nome de guerra de Pedro Ortega, um espanhol naturalizado nicaraguense, de cerca de 50 anos de idade que foi sócio de Anastasio Somoza numa fábrica de fósforos de Manágua.

A menor organização parece ser a Aliança Democrática Revolucionária da Nicarágua (Adren), integrada por ex-oficiais da Guarda Nacional que contam com o apoio de Anastasio Somoza Portocarrero, filho do falecido ditador. Seus integrantes estão sediados possivelmente em Miami sob a denominação de grupo "Elite" e possuem sua base em Kendall, sob as ordens do ex-major Rafael Ascencio, e em Everglades, sob o comando do ex-tenente Noel Gutiérrez. O "braço armado" da Adren é a "Legião 15 de Setembro", cuja

caixa postal nos Estados Unidos é a 330318 Coconut Grove, Miami, Florida 33151, que é também o endereço de correio da revista *El Legionário*.

A contra-revolução em 1982

A 29 de novembro do ano passado, foram realizadas eleições presidenciais em Honduras; saiu-se vencedor Roberto Suazo Córdoba, candidato do Partido Liberal. Apesar de suas declarações posteriores à vitória terem evidenciado um grande anticomunismo e militarismo, sua vitória gerou algumas expectativas.

A esse respeito, a pergunta que pairava no ar em certos círculos políticos e setores da imprensa centro-americanos era a seguinte: que atitude tomará o novo governo diante do problema do somozismo em Honduras? No caso de tentar resolver o assunto, até que ponto as Forças Armadas o permitirão? A pergunta também seria formulada, seguramente, pelos próprios contra-revolucionários, que durante a passada campanha eleitoral apostaram e atuaram abertamente a favor do derrotado Partido Nacional.

Enquanto isso, a atuação provocativa dos "refugiados" nicaraguenses continua, com características cada vez mais graves. É a raiz do acidente aéreo onde ficaram feridos o misquito Steadman Fagot Muller e o major Leonel Luque Jiménez, a questão atingiu o seu auge. Dizia-se que os contra-revolucionários eram "homens de sorte", com grande margem de ação dentro e fora do território nacional. Mas, a boa sorte de ambos pareceu ter tido fim na tarde de 28 de dezembro, nas vésperas do Ano Novo, a bordo de um avião militar *Douglas C-47* que explodiu, ferindo-os gravemente a poucos metros do solo que foi palco de suas andanças conspirativas. ●

"Baby Doc" à beira de uma nova crise

Depois do fracasso de uma desajeitada "abertura" política, a oligarquia dos Duvalier volta ao velho estilo de "Papa Doc" mostrando sinais de que o reinado do terror está chegando a um impasse

Bernard Sansaricq, 39 anos, dono de um posto de gasolina perto de Miami, é um dos quase um milhão de haitianos no exterior que não pensam outra coisa senão pôr um fim à dinastia que humilha o Haiti, o primeiro país livre da América Latina e a primeira república negra do mundo.

Decidido a levar suas idéias à prática, em dezembro ele alugou um pequeno avião e sobrevoou Porto Príncipe lançando milhares de panfletos exigindo que "Baby Doc" abandonasse o cargo. O presidente vitalício não deu importância ao pedido, mas na noite de Ano Novo cancelou intempestivamente todos os seus compromissos públicos, inclusive a tradicional recepção de fim de ano ao corpo diplomático.

Rapidamente correu o rumor de que Jean Claude Duvalier es-

taria gravemente enfermo, talvez ferido num atentado, e até mesmo morto...

Em meio à incerteza reinante nos primeiros dias de janeiro, o nome de Sansaricq reapareceu nos teletipos das agências internacionais, que o mencionam como o líder de uma suposta "invasão" da ilha haitiana de Tortuga, a poucas milhas da costa norte do país. Tortuga é famosa por suas histórias antigas de piratas, corsários e bucaneiros. Talvez por isso o episódio tenha dado origem às versões mais variadas e contraditórias.

Tudo começou no dia 9 de janeiro quando os vinte guardas de Tortuga se renderam a um grupo rebelde. A pequena ilha de três mil habitantes não teve muito tempo para gozar a sua liberdade. Três dias depois, desembarcou um batalhão de "leopardos" (grupo antiguerreiro de elite do regime duvalierista) que sufocou a rebelião após violentos combates.

Fontes vinculadas à embaixada norte-americana no Haiti (o verdadeiro poder atrás de "Baby Doc") atribuíram os distúrbios a um "grupo invasor de trinta exilados". Dirigentes oposicionistas haitianos apresentaram uma cifra diferente. Segundo eles, o total seria de 300 rebeldes. Mas as autoridades somente apresentaram à imprensa os corpos de três deles (Richard Brisson, Emile

Celestin e Robert Mathurin, todos residentes em Miami) ao que parece capturados com vida e fuzilados sumariamente. No entanto, fontes oficiais disseram a correspondentes estrangeiros que os "leopardos" sofreram 60 baixas, o que demonstraria que a resistência foi tenaz. Dada a desproporção de forças entre os "invasores" e as tropas do governo, esta quantidade de baixas somente teria sido possível se os rebeldes contassem com um apoio ativo da população local. Até o final de janeiro, nenhum correspondente estrangeiro ou observador internacional pôde visitar Tortuga para recolher versões imparciais dos acontecimentos.

Mais ou menos na mesma época da invasão, um navio da Guarda Costeira dos Estados Unidos, operando em águas territoriais haitianas, interceptou o barco Caicos Cloud em que viajavam Bernard Sansaricq e outros 25 haitianos, que aparentemente pretendiam se juntar aos rebeldes em Tortuga, ou tentavam desembarcar em algum outro ponto do Haiti. Sansaricq continua preso nos Estados Unidos e será julgado por violação da lei de neutralidade, que proíbe residentes nos EUA de organizar forças armadas com o objetivo de derrubar regimes noutros países.

Para os exilados haitianos nos Estados Unidos, esta acusação demonstra a hipocrisia da administração Reagan, já que é público e notório que os exilados cubanos e nicaraguenses organizam forças mercenárias nas vizinhanças de Miami (ver matéria sobre Nicarágua nesta edição) sem serem molestados.

Os haitianos estão chegando aos Estados Unidos num ritmo de quase mil por semana, há cerca de um ano; mas, enquanto os exilados cubanos conseguem legalizar imediatamente a sua situação no país, os haitianos são impedidos de desembarcar pela Guarda Costeira dos Estados



Jean Claude Duvalier

Unidos e detidos em prisões improvisadas, à espera de deportação. Os cubanos são em sua maioria brancos e fogem de um regime inimigo de Washington, enquanto os haitianos são negros e "Baby Doc" é um aliado incondicional dos Estados Unidos.

James Gregory, um comediante negro norte-americano que se tornou famoso na década de 60 por sua participação na campanha contra a discriminação racial nos Estados Unidos, passou agora a defender os exilados haitianos. Na sua opinião, o tratamento que estes recebem é "racista e desumano".

"No Haiti, esta gente escuta a Voz da América falando de liberdade e justiça", explica Gregory. "Temos a estátua da Liberdade que diz: 'Deixem vir a mim as vossas massas cansadas, pobres e humilhadas', e esta gente é oprimida em seu país por uma ditadura brutal. Mas quando chegam aqui, vão direto para um campo de concentração".

A frustrada invasão dos primeiros dias de janeiro talvez não tenha sido mais do que um gesto desesperado de um grupo de exilados que resolveu "saltar da panela para cair no fogo". A União Democrática dos Emigrados Haitianos na República Dominicana não admitiu participação no desembarque em Tortuga, por acreditar que "isso somente serviria para aumentar a repressão".

Mas o episódio comoveu a opinião pública internacional e deu margem a reflexões entre os exilados haitianos, debilitados pelo fracionamento em dezenas de organizações. Em Miami, dez desses grupos acabam de criar as Forças Unificadas para a Libertação do Haiti. Noutros pontos de reunião dos exilados, estão ocorrendo tentativas semelhantes de reaproximação das forças oposicionistas. Pode ser este o princípio do fim da dinastia duvalierista.

O fracasso do duvalierismo

Gérard Pierre-Charles*

O governo de Jean Claude Duvalier, instalado no poder em 1971, conseguiu passar pela prova do tempo e já conta com uma década de existência. Este fato demonstra o acerto da medida política tomada por François Duvalier ao passar o poder como herança a seu filho. O que parecia uma manobra audaz e precária, num país abalado por contradições sócio-políticas tão exacerbadas, permitiu a efetiva consolidação do "duvalierismo". Assim este converteu-se, com seus 24 anos, no regime mais antigo do Haiti depois do longo reinado de Jean Pierre Boyer, entre 1818 e 1843.

A consolidação do poder "neoduvalierista" somente foi conseguida mediante a conjugação de diversos fatores, tanto internos como internacionais. Entre os mesmos convém destacar o efeito de terror e despolitização resultante de uma longa e sangrenta ditadura que utilizou todos os meios a seu alcance para perpetuar-se no poder.

Também é importante assinalar a nova dinâmica imposta à sociedade haitiana pela decomposição do tradicional regime pré-capitalista, corroído por um crise estrutural, e o lento surgimento de um capitalismo distorcido a partir da crescente penetração imperialista.

Esse fenômeno que acompanha a ampliação da circulação monetária, do comércio, do trabalho assalariado e da modernização, cria também o êxodo maciço para o estrangeiro, e o crescimento urbano, sobretudo da capital, que passou entre 1960 e

1980, de 200 a 800 mil habitantes. Essas mudanças se refletem no terreno político numa necessidade de renovação de certos moldes de dominação, que teve como efeito a consolidação do aparelho político com o apoio da burguesia.

A nova face do duvalierismo

O regime empenhou-se em apresentar uma nova imagem de si mesmo, uma máscara de liberalização, que diferencia o governo de Jean Claude Duvalier do de seu pai, cujas características repressivas haviam sido repudiadas por seu povo.

Esse processo começou no mesmo dia da morte de François Duvalier em 1971. O embaixador norte-americano Clinton Knox foi um dos autores intelectuais desse embuste, que correspondia às necessidades de uma estratégia de dominação definida em Washington. Depois de um longo período de repressão ilimitada, ao fim do qual a violência chegou a aniquilar os principais focos de resistência, era conveniente apresentar uma face mais humana. Essa manobra surgiu logo em seguida, como mercadoria de exportação destinada à opinião internacional, fundamentalmente, à norte-americana. Com isso, os partidários do regime e o próprio governante tratavam de inaugurar um novo estilo político; operação facilitada pelo fato de que a oposição encontrava-se desestruturada devido a uma longa e eficaz repressão, não chegando sequer, no plano da agitação, a neutralizar essa manobra demagógica e propagandística. Sob tais condições, a chamada "liberalização" encontrou um espaço político para

* Sociólogo haitiano, exilado no México, membro do Instituto de Investigações Sociais

exaltar a ideologia da "paz duvalierista".

Com a eleição de Carter em novembro de 1976, começaram a aparecer alguns novos elementos no marco da doutrina dos direitos humanos. Tais elementos não alteraram a política norte-americana de apoio à ditadura, já que a mesma foi acompanhada de pressões a favor do respeito às novas regras do jogo e introduziu novas mudanças nos métodos repressivos. Entre 1971 e 1977, o aparelho terrorista manteve-se intacto. Por um lado, as instituições repressivas e a administração, na sua totalidade, conservaram seu poder repressivo, mesmo quando já começavam a se modernizar em seus trabalhos de controle e perpetuação do sistema político. Também o

sistema carcerário manteve integralmente suas práticas de torturar e manter os presos políticos em condições que os conduzissem inevitavelmente à morte. A esse respeito torna-se esmagador o testemunho dos presos libertados em setembro de 1977, que mostra até que ponto, enquanto o regime falava de liberação, continuava de fato sendo um regime desumano e assassino.

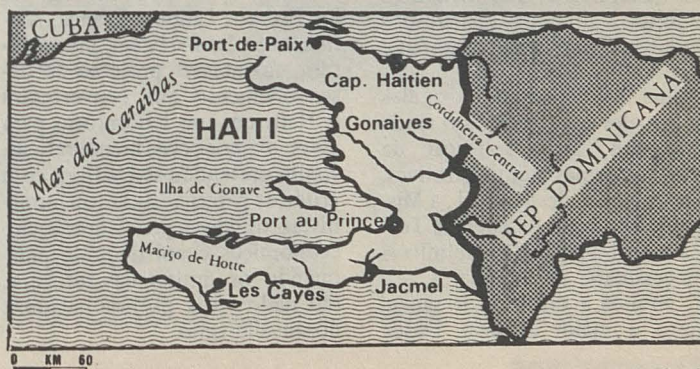
Durante esses anos, a pesada carga do terror construída por François Duvalier com tantos crimes, violência e repressão, continuava cobrindo todas as instâncias da sociedade. O medo continuava sendo um poderoso agente de paralisação e despolitização, pressionando e ameaçando os setores independentes da imprensa e do nascente movi-

mento operário. Em junho de 1976 foi assassinado o jornalista Gasner Raymond por uma reportagem que realizou sobre uma greve dos operários de cimento. Em dezembro de 1977, o pastor Luc Nérée era agredido ficando gravemente ferido por um grupo de capangas por ter promovido no seu jornal, o *Haiti Jeune Presse*, algumas reivindicações do tipo democrático.

Internamente, já que o nome de François Duvalier significava o pior na memória do povo, pareceu conveniente aos ideólogos do regime apagar a recordação do pai e constituir uma personalidade política própria para o filho. Começou-se a falar do "jean-claudismo", como uma nova doutrina de reconciliação.

Esse tema de distanciamento da imagem do pai teve maior força a partir de 1976-77, quando o processo de conquista das liberdades democráticas permitiu que a imprensa independente se referisse ao período de "Papa Doc" como uma época de terror e violência ilimitados. É então constituído o Conajec (Conselho Nacional "Jean-Claudista") com a clara intenção de legitimar o regime, utilizando para isso algumas figuras não tão identificadas com o período mais sangrento do duvalierismo.

O Conajec e toda a manobra para criar uma liderança ao "aprendiz de feiticeiro" não prosperaram. Mesmo com a burguesia e alguns jornalistas comprados para elogiar o "jean-



claudismo", o grosso da população não chegou a tomá-lo a sério, já que a velha estrutura por ele herdada, continuava perpetuando a ordem repressiva. E dessa forma que um emergente jornalismo independente, particularmente na Rádio Haiti Inter e na Rádio Metrópoli, adquiriu uma inusitada presença na vida política do país. Estouraram algumas greves operárias que não foram reprimidas, surgiu a Liga dos Direitos Humanos. A distensão no ambiente político foi a tal ponto que quando, em agosto de 1978, a Comissão Interamericana dos Direitos Humanos visitou o Haiti, alguns cidadãos se atreveram a prestar diante dela testemunhos na sua maioria muito desfavoráveis ao governo. Um ambiente de tolerância pareceu então surgir nas relações entre o poder absoluto e uma cidadania que começava um lento despertar.

Como mais um elemento desse novo contexto e obedecendo instruções dos assessores estrangeiros, começam a surgir certas reformas administrativas. É sabido que desde "Papa Doc", as práticas de arbitrariedade, corrupção e nepotismo haviam voltado à norma da vida institucional. A lealdade e incondicionalismo eram os únicos critérios de ingresso e promoção no serviço público. Esse processo de degradação, estendeu-se inclusive ao sistema educativo, onde a fuga para o estrangeiro de milhares de professores facilitou a corrupção mais generalizada, patenteada no inaudito tráfico de certificados escolares e diplomas universitários.

Uma das condições exigidas por aqueles que forneciam ajuda estrangeira foi a aplicação de certas reformas administrativas. Efetivamente, desde 1971, a Missão Conjunta de Assistência Técnica Cepal-OEA-BID, sublinhava a necessidade de adequar a gestão pública a critérios de saneamento e maior eficácia. Desde

então dá-se a tendência — pela primeira vez no longo período duvalierista — de contratar certos indivíduos para trabalharem nas funções públicas com base nas suas capacidades tecnocráticas e/ou administrativas. Assim, passaram a formar parte dos gabinetes ministeriais personagens identificados como especialistas ou técnicos de certa valia. Os casos mais típicos são os dos ministros Pierre Petit, Daniel Beaulieu e Guy Bauduy, com fama de competentes e honestos o que projetava uma imagem reformista e modernizante. Mas tiveram uma gestão bastante efêmera, impotentes diante da corrupta estrutura governamental. É muito significativo que em seus dez anos de presidência vitalícia, Jean Claude Duvalier tenha formado 17 gabinetes diferentes, com uma média de duração de oito meses cada um. São poucos os ministros que alcançam os dois anos de gestão.

Também foram criados alguns novos organismos tecnocráticos de desenvolvimento, como o Conadep (Conselho Nacional de Planejamento e Desenvolvimento), o Ministério do Plano e o Inadep (Instituto Nacional de Recursos Minerais). Também foram adotadas algumas medidas tendentes a pôr ordem e certa racionalidade na função pública e no sistema fiscal.

A estrutura opressiva

Um número impressionante de instituições patrocinadas pelos Estados Unidos, França, Alemanha Federal e Israel, promoveram incontáveis projetos de desenvolvimento que converteram o Haiti em um laboratório para essas experiências tecnocráticas. Assim pretendeu-se resolver, com critérios paternalistas e/ou humanistas, os graves problemas sócio-econômicos e políticos do país, quando os limites das reformas são dados pela própria natureza do duvalierismo.

De um duvalierismo ao outro, as estruturas repressivas permaneceram intactas, ficando integradas pelo exército, o corpo dos *tontons-macoutes*, os "leopardos", a polícia secreta, a guarda presidencial, e o próprio aparelho burocrático. Essas diferentes corporações constituem a base que sustenta o regime, desempenhando cada uma suas próprias funções de controle, intimidação e repressão.

Ainda que o exército tenha sido objeto de certa repressão, em suas frações antiduvalieristas ou simplesmente independentes, teve desde o início da ditadura um eficaz papel repressivo. Foi expurgado politicamente e substituído nas esferas do poder pelos *tontons-macoutes* (grupos paramilitares), perdendo assim toda capacidade de realizar um eventual golpe de Estado. Não obstante, constituiu a força de sustentação do regime, que divide os trabalhos repressivos; tanto a instituição militar como a alta oficialidade se curvaram à ordem reinante ao ponto de, entre os grandes verdugos, se destacarem alguns oficiais do exército, como os coronéis Breton Claude, Albert Pierre e Jean Valmé. Com a morte de François Duvalier, o exército, que conta hoje com nove mil homens, fortaleceu suas posições com o estímulo e beneplácito do imperialismo, que sempre havia visto com receio um desprestígio da instituição castrense em benefício do corpo paramilitar.

Observou-se também um processo de reforço dos oficiais de academia, a despeito dos oficiais promovidos anteriormente pelo "Papa Doc". Tudo isso correspondia ao propósito de aumentar o prestígio da instituição militar como corpo profissional e reforçar também sua força política. Foi assim que o exército começou a ter uma imagem menos arbitrária, de certo apego à lei e à Constituição, tendo a seu car-

go, sobretudo na capital, o trabalho de policiamento.

Esse fortalecimento deu-se a partir da criação dos "leopardos", um contingente estilo *ranger* antimotim e antiguerrilha, integrado por cerca de 400 homens, e que dobrou seus efetivos em poucos anos. Ainda que esse corpo "autônomo" dependa diretamente do Palácio, é de fato um organismo especializado do exército, com disciplina castrense. Os "leopardos" adquiriram destacada presença repressiva, tendo fama de superdotados em relação à capacidade de combate, com o que vieram aumentar o terror da população.

Houve também a política de relegar o corpo dos *tontons-macoutes* a um segundo plano, sobretudo na província e no campo, e de eliminar do mesmo os assassinos e torturadores mais conhecidos. No entanto, permanece vigente a estrutura policial e paramilitar que chegou a contar com 50 mil homens cobrindo todo o território nacional.

Os corpos policiais foram modernizados em geral. Muitos dos elementos da polícia militar, dependente do exército, vão estudar nos Estados Unidos ou na Zona do Canal do Panamá. Com isso, o esquema repressivo torna-se muito mais seletivo, sendo reforçada a capacidade de controle. A maioria dos agentes policiais integram ou dependem do S. D. (Serviço Duvalier) que, do Palácio e através dos prefeitos locais e alcaides, cobre todas as regiões urbanas e rurais, constituindo uma estrutura paralela ao exército, sendo capaz de exercer a qualquer momento maior autoridade e poder repressivo.

A guarda presidencial converteu-se num dos instrumentos mais eficazes do aparelho militar. Corpo coeso, com alto poder de fogo e dotado das mais sofisticadas armas que garantem a ordem. A seleção rigorosa de seus quadros, escolhidos entre os elementos mais fiéis, de tradição



O Haiti é um dos países mais pobres da América Latina e do mundo. É também um dos lugares onde a disparidade de rendas atinge limites mais extremos

familiar duvalierista, junta-se ao sistema de lealdade fundamentado em dádivas consideráveis que seus integrantes recebem. Essas dádivas consistem frequentemente em extravagantes carros (*Volvo, Mercedes Benz* de até 50 mil dólares). Também é co-

mun que os cadetes, no momento de receberem seus diplomas de oficial, tenham que se ajoelhar aos pés do presidente. Tal devoção torna-se patente pela imagem muito difundida de seu comandante, o general Gracia Jacques, que sempre quando

acompanha o presidente (como antes ao pai) anda de pistola em punho.

O reforço do exército contribuiu para fortalecer seus laços com os Estados Unidos. Sua tarefa talvez não seja óbvia nem determinante no momento atual, mas é decisiva a médio e longo prazo. Destaca-se, mesmo assim, o papel mais coeso do Estado-Maior. Ao contrário do que ocorria no período de "Papa Doc", a alta oficialidade dispõe hoje em dia de capacidade de ser consultada e manifesta, como corporação, atitudes de apoio e identificação com o regime.

O apoio imperialista

Desde a instauração do regime hereditário, a política norte-americana apoiou a manobra tendente a legitimá-lo, a nível local e internacionalmente. Tendo em conta as condições em que se transmitiu o poder, a imagem projetada pelo herdeiro de apenas 19 anos de idade, e o desprestígio global do duvalierismo, tal manobra era necessária para justificar o apoio diplomático sem reservas, estendido à imprensa e às instituições internacionais. Também a França gaullista participou dessa operação, obcecada pelo afã de ampliar sua influência no ultramar. É assim que desde a instauração do poder neoduvallierista, os Estados Unidos e a França manifestam tanto interesse em aumentar sua presença no país e a ajudar o regime, que pareceu abrir-se uma verdadeira concorrência entre ambas potências.

Paralelamente à ação diplomática, acentuaram-se os laços econômicos. O capital privado dos Estados Unidos aumentou sensivelmente suas aplicações no país. As agências internacionais, particularmente a *United States International Agency* (Usia), adquiriram um peso inigualado na determinação da vida econômica e política. A ação da Usia

e de múltiplos organismos americanos combinou-se com a ação dos governos da França, Alemanha Federal, Inglaterra, Israel e Formosa. Logicamente, no marco dessa cooperação internacional, os Estados Unidos transformam-se no regente da orquestra, e além disso, no executor de quase toda a partitura.

Efetivamente, a administração norte-americana tem proporcionado ao regime uma cobertura econômica sem precedentes. Essa ajuda, adotando as rubricas mais variadas (donativos, ajuda alimentícia, empréstimos, assessoria técnica) e ampliada por cooperação internacional, vem alcançando volumes consideráveis. Representa uns 150 milhões de dólares anuais atualmente. Portanto, o governo tornou-se totalmente dependente da mesma, já que os dois terços do orçamento de gastos públicos são proporcionados pela assistência externa. Em tais condições, dá-se uma verdadeira ocupação do país por organismos e assessores estrangeiros, sobretudo norte-americanos, que intervêm em todas as decisões administrativas e de política econômica. Em nome do desenvolvimento e da intenção humanitária de ajudar a "nação mais pobre do continente", são oferecidos ao regime os meios de executar algumas obras públicas, que são mostradas à população como prova da apregoada "revolução econômica". Essa ajuda é, de fato, um fator decisivo na manutenção do duvalierismo e da extrema dependência, a tal ponto que permite que o Departamento de Estado exerça pressão em favor de certa eficácia administrativa e em relação às liberdades democráticas.

Um exemplo do que foi dito é o memorando apresentado ao governo em julho de 1978 pela embaixada dos Estados Unidos em Porto Príncipe, em nome de todas as agências norte-americanas e internacionais de ajuda. Nesse documento, Washington

promete um aumento da ordem de 150 milhões de dólares, principalmente em ajuda alimentar, para os cinco anos seguintes. Ajuda subordinada ao cumprimento pelo governo haitiano dos seguintes requisitos: sanear as finanças incorporando ao orçamento geral do Estado os recursos de certos organismos autônomos (como a *Régie de Tabacs* e o serviço de inspeção de veículos), recursos tradicionalmente usufruídos pela presidência; aplicar um severo programa de controle da natalidade; aumentar os salários dos funcionários públicos; e diminuir os impostos sobre os produtores do campo.

Tendo a primeira dessas exigências implicado uma diminuição do poder financeiro da presidência, privando-a de cerca de 20 milhões de dólares anuais utilizados com discricção, o governo, ao aceitar as demais e rechaçar esta, não recebeu os 150 milhões de dólares. As pressões feitas, de maneira geral, foram no sentido da "defesa da democratização".

Em fevereiro de 1978, por ocasião das eleições legislativas, importantes figuras da embaixada norte-americana deslocaram-se para Cabo Haitiano para assistir às eleições, para se certificarem de que o governo não colocaria nenhum obstáculo ao livre exercício do voto.

Notou-se entretanto uma notável mudança na política de Washington em relação ao duvalierismo após a queda de Somoza, que consistiu numa menor ênfase nos direitos humanos que, a longo prazo, poderia desestabilizar o governo. Isso foi acompanhado de um maior apoio às forças estabilizadoras, particularmente ao exército e ao poder em geral.

Esses fatos e muitos outros, que evidenciavam um endurecimento da política norte-americana no Caribe, também tiveram seu reflexo no Haiti onde houve um fortalecimento da repressão. Isto já se pôde notar em novem-



Cerca de 15 mil haitianos são levados anualmente para a República Dominicana como virtuais escravos

bro de 1979, com a agressão perpetrada contra a Liga dos Direitos Humanos e que culminou, em novembro de 1980, a poucos dias da eleição de Ronald Reagan, com toda uma política de restauração do terror.

O papel do governo dominicano

No exame do apoio externo ao duvalierismo, merecem um lugar destacado as relações dominico-haitianas, marcadas nos últimos anos pelo crescente fortalecimento da colaboração entre ambos governos. Estes tinham vivido um longo período histórico de tensões e conflitos, devido a múltiplas contradições entre as oligarquias, período que culminou durante a ditadura trujilista (1930-1961). Ambos os países viveram uma nova deterioração em suas relações durante o governo de Juan Bosch (1963), devido talvez ao antagonismo que surgira entre o duvalierismo, tão parecido ao trujilismo, e o governo democrático de Bosch.

A partir da intervenção norte-americana na República Dominicana, os vínculos entre ambos governos tornaram-se muito mais

estreitos, selados pela cooperação policial, política e econômica. Assegurava-se assim a neutralização de qualquer tipo de ação dos exilados haitianos no território vizinho e, em contrapartida, o governo de Porto Príncipe oferecia importantes contingentes de mão-de-obra para as centrais açucareiras dominicanas. Essa transferência de força de trabalho, além de seu tradicional caráter clandestino, foi sancionada por um contrato legal entre os dois governos para a transferência anual para o território dominicano de cerca de 15 mil trabalhadores braçais haitianos. Mediante esse vínculo econômico, as relações entre ambas as oligarquias estreitaram-se e a compra e venda de trabalhadores haitianos tornou-se uma prática institucionalizada. As condições de exploração e de vida tornam-se tão cruéis para estes que se assemelham à escravidão: os trabalhadores designados para determinadas centrais não têm direito de transferência para outra. Recebem salários de fome e maus tratos por parte dos capatazes, da guarda rural e dos *tontons-macoutes*, que os obrigam a trabalhar como verdadeiros escravos.

Com o governo de Antonio Guzmán, que chegou ao poder em 1978, o conjunto de intercâmbios econômicos e políticos entre os dois países cresceu de forma desmedida. A burguesia dominicana, mais desenvolvida do ponto de vista industrial-manufatureiro que a haitiana, entendeu que poderia aproveitar seu vizinho como mercado para seus produtos. O fluxo de mercadorias para a parte ocidental adquiriu uma magnitude nunca alcançada antes. Deu-se oficialmente a abertura das fronteiras, permitindo o livre fluxo de bens, passageiros e turistas.

Sendo o Haiti exportador de mão-de-obra e receptor de manufaturas e a República Dominicana compradora de força de trabalho e vendedora de mercadorias, as relações econômicas desiguais foram se projetando mais no terreno político. E assim, em seu primeiro ano de governo, Antonio Guzmán encontrou-se duas vezes com Jean Claude Duvalier na fronteira entre ambos os países. Nesses encontros, realizados sob o signo da cordialidade e da cooperação, foi selado um verdadeiro pacto secreto entre as duas oligarquias. Como

consequência disso, os grupos exilados que tinham manifestado maior atividade com a chegada ao poder do governo democrático de Guzmán, começam a sofrer dificuldades e perseguições tais como: medidas de intimidação contra a União Democrática de Emigrantes Haitianos (Udeh), negativas de visto a numerosas personalidades democráticas haitianas, perseguição aos dirigentes políticos mais ativos do exílio e, por último, a deportação em fevereiro de 1980, de Robert Moise e Paul Denis.

Em resumo, a comunidade de interesses entre as duas oligarquias influíu nas relações entre os dois governos. Isto também é fruto das diretrizes traçadas expressamente em Washington. Tal objetivo foi assinalado muito claramente pelo major-general Robert Schweitzer, em princípios de 1980. Durante sua visita aos dois países, ele assinalou a necessidade de estreita cooperação e integração militar entre o Haiti e a República Dominicana com a finalidade de se protegerem mutuamente "dos perigos do comunismo na região".

A tela de fundo da crise econômica

Todos esses acontecimentos, que imprimiram uma nova característica à situação política, ocorrem num quadro global de crise econômica cada dia mais aguda. Ao subir ao poder, Jean Claude Duvalier proclamara demagogicamente: "Meu pai fez a revolução política; farei a revolução econômica". Na realidade, o projeto de desenvolvimento do neoduvalierismo é baseado numa estratégia de entrega do país ao capital estrangeiro.

Em 1976-77, foram instaladas numerosas fábricas têxteis, de roupas, de brinquedos e peças eletrônicas, situando-se o montante global do investimento estrangeiro em uns 140 milhões de dólares em 1977. No total, fo-

ram aplicados nesse tipo de indústria, uns 40 milhões de dólares.

Na década de 70 foram criados cerca de 30 mil novos empregos nas indústrias de montagem, e essa atitude apareceu de repente, como a "galinha dos ovos de ouro". De fato, o negócio tornava-se ótimo para as firmas estrangeiras. Tornava-se bem mais modesto o número de empregos criados, tendo-se em conta que a taxa de desemprego no Haiti sobe a 40% da população economicamente ativa.

Outro fator importante foram as transferências de dinheiro dos emigrados. Tendo-se em conta que quase um milhão de haitianos vivem no estrangeiro e mandam recursos financeiros a seus familiares, a massa monetária que representa tal transferência está se incrementando constantemente. No princípio dos anos 70, representava de 10 a 15 milhões de dólares, constituindo um considerável fator de ativação da vida econômica.

Também os altos preços do café nos mercados internacionais entre 1973 e 1979 incrementaram as receitas comerciais do Haiti. (O café continua sendo seu principal produto de exportação.) Isto beneficiou fundamentalmente as 23 casas exportadoras que controlam a comercialização, como também ao Estado, que recebe quase 30% do valor das vendas no exterior. Mas também favorece os 150 mil produtores em todo o país.

Por todos esses fatores, a conjuntura tornou-se muito favorável e o auge econômico bastante evidente. Graças sobretudo à valiosa assistência internacional "que sob diversos conceitos chegou a somar na década de 70 a fabulosa quantia de um bilhão de dólares". Mas essa situação acarretou um modelo de acumulação sumamente concentrado: os ricos tornam-se cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres.

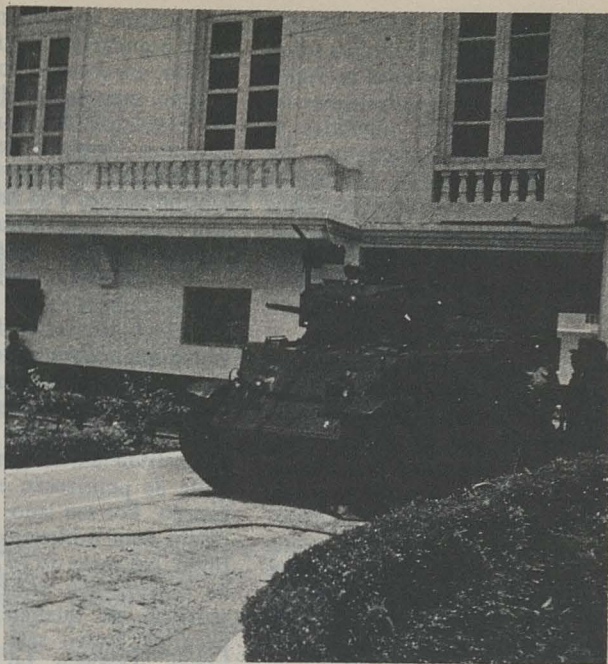
A maior penetração do capital

estrangeiro, a ampliação das relações capitalistas de produção, o caráter distorcido da ajuda internacional e as práticas corruptas do poder público, tiveram como resultado uma maior concentração de rendas. A massa monetária, vinda sobretudo do estrangeiro através de transferências, aumentou de forma artificial a capacidade consumista de certos setores das classes médias, com acelerados efeitos inflacionários.

Por outro lado, a ampliação das relações capitalistas de produção e das atividades mercantis na última década proporcionou uma notável acumulação de recursos pela burguesia comercial e industrial que reforçou o seu poder econômico. Operando em ótimas condições à sombra do duvalierismo representa a grande beneficiária destas duas décadas de "paz e ordem". Tal circunstância reforçou sua aliança com o poder político. O reflexo disso foi o casamento, em maio de 1980, de Jean Claude Duvalier com Michèle Bennet, uma mulher oriunda da burguesia tradicional e vinculada às grandes casas Madsen-Brandt-Reimbold-Mews-Silvera-Dufort, que constituem o núcleo mais poderoso do comércio e da indústria. Fica assegurada assim a participação direta e crescente da burguesia no poder político.

No entanto, observa-se um crescente mal-estar no bloco dominante, ligado à incapacidade do poder político em satisfazer as aspirações maiores dos mesmos grupos oligárquicos dominantes. Estes, depois de um período de bonança, experimentam no final da década de 70, os efeitos da crise econômica geral.

Com a queda dos preços do café e a alta do petróleo deu-se uma acentuada redução dos recursos financeiros disponíveis. A ajuda econômica externa, insubstituível sustentáculo do regime, não pôde crescer no ritmo das necessidades e do esbanjamento duvalierista. O casamen-



O governo aumentou a repressão militar temendo que os refugiados voltem para derrubar o regime

to do jovem presidente custou cinco milhões de dólares, e apesar das insistências das instituições internacionais, as contas não-fiscalizadas continuam existindo, com exclusivo proveito da presidência. Nessas condições, o mal-estar financeiro impacta o mundo dos negócios e as esferas da administração e repercute dramaticamente sobre as massas.

Esta situação é a base das tensões e agitações surgidas no país em fins de 1980 e o retorno à política de força que evidencia o fim da farsa "jean-claudista". A crise continua agudizando-se ininterruptamente, mais além dos alívios parciais e momentâneos desta ou daquela conjuntura favorável.

As lutas populares

Até 1976-77, e de forma absoluta, o terror institucionalizado foi imposto a cada cidadão. Foi o período em que centenas de presos políticos morriam lentamente nas masmorras de Fort

Dimanche, e a tortura, as prisões e os desaparecimentos continuavam sendo prática diária.

A resistência, apesar da férrea repressão, não deixava de se expressar adotando as formas mais variadas. Nesse processo salientou-se o papel de um setor de vanguarda da imprensa independente, particularmente o semanário *Petit Samedi Soir* e *Radio Haiti Inter*, que fizeram um trabalho perseverante, cheio de riscos, para romper o cataplasma do medo e libertar a palavra.

Houve também inúmeras manifestações populares. Desde a dos camponeses de Bocozele, no Artibonite, que se levantaram enfrentando as forças repressivas, até a dos operários do cimento que se lançaram a uma greve em maio de 1976 (a primeira greve desde a dissolução da Intersindical em 1963), desafiando as proibições e ameaças oficialistas.

Tão fechado e repressivo era até então o clima político, que não só essa greve foi silenciada, como também o jornalista que

deu a notícia, Gasner Raymond, do *Petit Samedi Soir*, foi assassinado pouco tempo depois. Esses acontecimentos assinalaram uma data-chave na luta do povo. O repúdio da população por este assassinato foi manifestado claramente em numerosas expressões, e o funeral do jornalista converteu-se numa manifestação pública em que centenas de jovens se pronunciaram contra o crime organizado, evidenciando que a pesada capa do terror começava a ser rompida.

Esses avanços da resistência popular coincidiram com um clima internacional favorável que obrigava a ditadura a observar certa tolerância para salvar sua imagem externa e adaptar-se ao lema do respeito aos direitos humanos, proclamado por James Carter desde sua campanha.

No decorrer do ano de 1977, pela primeira vez na história do duvalierismo, procedeu-se à libertação de dezenas de presos políticos. Alguns deles foram expulsos do país, o que permitiu

que chegassem a nível internacional testemunhos diretos sobre as condições carcerárias no Haiti. Entretanto, as manifestações de resistência e luta populares se multiplicavam diariamente. Estouraram numerosas greves nos estabelecimentos industriais mais importantes, como *Ciment Haiti*, a usina açucareira *Hasco*, a companhia mineira *Reynolds*, exploradora da bauxita, e outras empresas de menor importância.

A agitação trabalhista começou a trazer inquietações aos círculos do governo e da burguesia, abalando o esquema de "paraíso sindical" promovido para animar os investidores. Em novembro de 1978, um comunicado do Ministério do Trabalho proibiu as greves, respondendo assim a uma petição assinada pelos principais industriais do país. Foi nomeado como chefe da Polícia o coronel Jean Valmé, um "duro" que na semana em que assumiu o cargo dispersou à pancada uma manifestação de motoristas que pretendiam chegar até o Palácio Nacional. Essas medidas não puderam conter o movimento de protesto operário, que se deu com maior força na zona da capital, a de maior desenvolvimento industrial do país.

Em fevereiro de 1978, ao convocar eleições parciais para renovar a Câmara dos Deputados, o governo enfrentou um novo problema. Além dos candidatos oficiais que participavam da farsa eleitoral, surgiram alguns candidatos independentes. Na cidade de Cabo Haitiano — a segunda do país — candidatou-se o cidadão Alexandre Lerouge que conseguiu forte apoio popular. Apesar do clima de intimidação, Lerouge foi eleito com uma votação dez vezes superior à do candidato oficialista e o governo teve que aceitar o fato.

Nesse mesmo contexto, nasceram dois partidos políticos "legais": o Partido Democrata-Cristão, liderado por Sylvio Claude (que por sua radicaliza-

ção contou rapidamente com o apoio popular) e o Partido Social-Cristão, encabeçado por Grégoire Eugène, mais moderado e legalista. Esses partidos constituíram um novo elemento de estímulo da dinâmica política, apesar de suas limitações e da estreita margem de movimentação que tiveram.

A resistência popular se manifestou também a nível de artistas e intelectuais através de peças de teatro que colocavam críticas sociais e políticas bastante virulentas. O povo acorreu em massa a esses espetáculos que chegaram a constituir um elemento importante de politização e conscientização. Por seu lado, o governo reagiu com arbitrariedade, emitindo, em maio de 1979, uma lei de censura que proíbe a representação de qualquer tipo de peça de teatro sem permissão prévia. Também foi publicada uma lei de imprensa no mesmo sentido.

Com o auge da mobilização popular em fins de 1980, tudo isso fica evidenciado, devido à prisão do líder do PDC, Sylvio Claude, sua família e seus partidários mais próximos, e sobretudo na ocasião do caso dos naufragos de Cayo Lobos, quando o governo das Baamas repatriou de modo humilhante para a dignidade haitiana, um grupo de uma centena de *boat people** que tinham permanecido mais de um mês numa ilhota do arquipélago.

Este último fato provocou uma grande indignação no país. A imprensa, a opinião pública e o povo de uma maneira geral manifestaram seu protesto contra o tratamento dado a seus compatriotas, denunciando ao mesmo tempo a responsabilidade do regime duvalierista no acontecido e pela situação reinante no país, que obrigava os haitianos a fugirem em situações tão dramáticas.

Diante da crescente mobiliza-

* Boat people: Refugiados que tentam escapar pelo mar em barcos

ção e agitação, o governo, temeroso de perder o controle da situação, desencadeou uma violenta repressão:

a) as principais figuras políticas, líderes dos partidos democrata-cristão e social-cristão, bem como da Liga dos Direitos Humanos, jornalistas democratas, sindicalistas independentes, sacerdotes e intelectuais de prestígio foram presos e cerca de vinte deles foram expulsos para Miami e Curaçao, entre eles Grégoire Eugène, presidente do Partido Social-Cristão. Foram fechados, e em alguns casos destruídos, emissoras de rádio como a *Radio Haiti Inter*, *Radio Progresso*, *Rádio Citadelle* e órgãos da imprensa tais como *Regards*, *Inter-Jeunes* e *Cocorico*, que vinham adotando uma atitude de censura às arbitrariedades do regime e participando no trabalho de educação democrática do povo;

b) centenas de cidadãos foram presos, interrogados e torturados. Entre eles muitos partidários de Sylvio Claude, moradores de bairros populares e do interior do país identificados como ativistas dos direitos humanos.

A partir dessas prisões e para prevenir e neutralizar alguns movimentos de protesto dos estudantes e da população em geral, o governo aplicou a mais feroz censura à imprensa, multiplicou os efetivos policiais na capital e declarou que tais medidas tinham sido tomadas para destruir um "complô comunista" com ramificações nos meios de comunicação.

Um ambiente repressivo cobriu todo o país, que sentiu reviver o período mais tenebroso do terror duvalierista. Era evidente que o governo queria apagar as conquistas democráticas do povo, e que com Ronald Reagan na presidência dos Estados Unidos, sentia-se com as mãos livres e em condições de recorrer de novo aos métodos violentos, que por algum tempo tinha sido obrigado a conter. •

Reagan

O "teatro" político como arma diplomática

Um jornalista que escreveu mais de dez livros sobre as relações dos EUA com a América Latina, e é considerado o descobridor de Sandino, analisa de um ângulo inédito a estratégia atual da Casa Branca para o continente

Gregorio Selser

No manancial de exageros e iniquidades que caracterizou a etapa derradeira da segunda presidência de Richard M. Nixon, segundo o livro *The Final Days*¹, podem ser encontradas valiosas pistas de atitudes políticas e de posturas de atuação governamental, válidas para interpretar os modos de agir de certas personalidades que são hoje muito mais importantes do que na época, por terem subido na escala do poder.

Tomemos por exemplo, entre muitas das histórias referentes à atuação do general Alexander Haig para proteger Nixon dos desastrosos efeitos da investigação do escândalo Watergate, o seguinte relato de Woodward e Bernstein, alusivo a uma manobra palaciana na qual participaram aquele militar — então chefe do pessoal da Casa Branca —, o advogado J. Fred Buzhardt — conselheiro especial da Casa Branca para a defesa de Nixon no escândalo Watergate — e Ronald L. Ziegler, secretário de imprensa do presidente e um dos seus mais incondicionais e ferozes defensores, e que tinha uma opinião divergente da de Haig e Buzhardt no que se refere às "famosas" fitas. Os dois achavam que a melhor estratégia era entregar as fitas à Justiça:

"Haig e Buzhardt temiam que o argumento de Ziegler convencesse o presidente, e que este retirasse grande parte do material comprometedor ou que decidisse não apresentar nada. Tinham que 'convencer' Ziegler. O general e o advogado decidiram montar uma cena de teatro para tal².

"O cenário foi montado no escritório de Haig. Sob o olhar aprovador de Ziegler, Haig criticou duramente Buzhardt e St. Clair³. Acusou-os de intervirem demasiadamente nos assuntos do presidente.

— O presidente, e não uns malditos advogados, é que deverá decidir aquilo que será revelado — gritou Haig.

"Ziegler moveu a cabeça afirmativamente, apoiando-o.

"Esse era o sinal para que Buzhardt entrasse em cena. Nem ele e nem St. Clair (e obviamente nenhum advogado) poderia apoiar essas supressões, afirmou. Mesmo trabalhando para a Casa Branca, estavam ligados à ética legal. Essa ética exigia que eles garantissem que o presidente faria uma revelação completa, coerente com os interesses nacionais. Deviam insistir no sentido de que as decisões de Nixon fossem tomadas de acordo com a Lei, e não com as relações públicas. As transcrições, tal como apareciam nesse momento, demonstravam a inocência do presidente⁴. Os advogados já haviam feito tudo o que se podia esperar deles; e na realidade, mais do que isso. Estavam comprometidos, mas havia um limite. Buzhardt deixou que Ziegler tivesse a impressão de que o presidente poderia ficar sem advogados, a menos que cedesse.

"Haig fingiu ficar zangado. A posição de Buzhardt não lhe dava outra alternativa, afirmou. Não haveria mais supressões.

"Naquele momento, Ziegler aceitou: Haig fazia, evidentemente, tudo o que podia."⁵

"Haig fazia o que podia" — segundo a conclusão de Woodward/Bernstein — para atingir o propósito de impedir o desastre na Casa Branca, uma missão política que não lhe competia dada sua condição de chefe do pessoal, mas que assumiu, apesar de desprezar Nixon ao ponto de "às vezes referir-se ao presidente como homem de natureza fraca, medroso", e o ridicularizava, afirmando que Nixon e "Bebe" Rebozo⁶ tinham um

relacionamento homossexual, enquanto o imitava com gestos que chamava de maneirismos do presidente.⁷

Tendo-se em conta somente este tipo de intimidade que dá uma descrição de sua personalidade, poder-se-ia ter um melhor acesso às chaves e códigos que regulam as atividades político-militares do secretário-de-Estado Alexander Haig. Se unirmos e somarmos atitudes como a descrita por Woodward/Bernstein à mecânica psico-mental do homem que como militar profissional está condicionado pelos reflexos e parâmetros da tática e da estratégia, e pela fria lógica de quem se apega mais aos resultados do que aos meios utilizados, o produto é uma mistura de amorabilidade, hipocrisia e cinismo.

Ainda que a diferença entre Haig e seu antecessor Henry Kissinger seja pequena em termos de meios a serem utilizados, ela torna-se enorme se são comparadas às respectivas bagagens intelectuais. A opacidade de um contrasta com o brilho do outro; um opera executiva e compulsivamente em função de planos rígidos de fundo militar, enquanto que o outro é consciente de suas atitudes de estadista, sente-se um moderno Metternich e goza com os artifícios e faíscas do jogo da diplomacia internacional. E essas diferenças de capacidades e temperamentos já os haviam posto em confronto quando ambos serviam na equipe de Nixon. As breves linhas que se seguem, também extraídas dos "Dias finais" ilustram claramente o contraste:

"Haig ocupava-se da burocracia. Trabalhava mais do que ninguém nos gabinetes. (...) Evitava constantemente os debates intelectuais e ideológicos que caracterizavam o pessoal do Conselho de Segurança Nacional. Tolerava com esforço sobre-humano as ofensas que Kissinger lhe dirigia.

— Somente alguém treinado a receber merda (*sic*) pode suportar isto — opinou Hicks diante de seus colegas.

"Na presença de Haig, Kissinger referia-se explicitamente aos militares com termos do tipo 'animais brutos e estúpidos, prontos para serem usados' como peões na política externa...

"Numa ocasião em que Haig partia para o Camboja (atual Campuchea) a fim de ter um encontro com Lon Nol, Kissinger o acompanhou até o carro oficial (...) Quando Haig baixou-se para entrar no automóvel, Kissinger o deteve e

poliu a única estrela que brilhava no seu ombro: 'Al, se te comportas direitinho, te conseguirei outra', afirmou..."

Haig demonstrou ser diligente e eficaz o bastante para conseguir mais três estrelas sem a ajuda de Kissinger, que naquele tempo jamais poderia supor que o militar a quem inferiorizava iria ser, com o decorrer do tempo, o titular do Departamento de Estado. Mas, no que se refere aos assuntos mundiais, as diferentes concepções para encarar o tema — crucial para ambos — das relações Leste-Oeste, foram tão opostas como poderiam sê-lo as de alguém forjado nas disciplinas universitárias, e de outro, sujeito às exigências da formação militar. Haig apesar de ocupar um dos últimos lugares de sua promoção, somente alcançou o generalato por razões que nada têm a ver com seu mérito militar ou seus dotes como estrategista ou tático da *ars belli*, e sim por sua utilidade e eficácia como organizador administrativo. Por essas mesmas aptidões, ele tornou-se indispensável ao presidente Nixon ao ponto deste pôr de lado 240 oficiais mais antigos e hierarquicamente superiores a ele, e designá-lo para uma das mais altas funções do exército. Já nessas funções, Haig fez-se nomear finalmente pelo então presidente Gerald Ford, nada menos do que comandante-em-chefe da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan).

A muitos anos-luz de distância, em termos de capacidade e preparo, de um dos seus antecessores, o general de cinco estrelas George C. Marshall, seu maniqueísmo é explicável por suas já mencionadas carências intelectuais e sua já igualmente citada aversão pelos "debates ideológicos". E, última das coerências, somente alguém tão medíocre como Ronald Reagan poderia considerar funcional no Departamento de Estado uma pessoa tão parecida com ele por suas limitações e por sua estreita concepção do mundo de hoje.

Estas anotações deveriam servir como ponto de referência para uma possível interpretação das posturas, atuações e golpes da "diplomacia" de Haig para com a América Central e o Caribe, quando já tem todos os indícios de ser uma Segunda Guerra Fria, nos primórdios da qual complicou-se o presidente James Carter nos meses derradeiros de sua administração. Já não é só a estratégia da "reação flexível" esboçada nos anos 50 pelo general Maxwell Taylor, ou da política internacional do "à beira da guerra" desen-

volvida nessa mesma década pelo secretário-de-Estado John Foster Dulles, sob o contido e quadrado comando do general Dwight Eisenhower.

O estilo inaugurado pela administração Reagan oscila entre a obsessão e a paranóia, o desafio verbal e o disparate conceitual, os excessos formais e uma irracionalidade visceral, tudo isso condimentado com mecanismos, instrumentos e táticas nos quais, às vezes, torna-se difícil distinguir o absurdo da mentira vulgar e irresponsável.

Nessa troca de tônicas e estilos, a única coisa certa é a identificação já enunciada entre duas personalidades, temperamentos e qualificações do mais grosseiro intelecto, como de Reagan e Haig. Assim, enquanto recordávamos exemplos como os de Marshall em relação a Truman, e Eisenhower em relação a Dulles, os riscos da distância conceitual, ideológica e mesmo temperamental tinham os devidos contrapesos de ponderação e temperança indispensáveis para enfrentar os complexos núcleos da problemática mundial sem o apelo derradeiro ao Apocalipse. Com Reagan e Haig juntaram-se a fome e a vontade de comer, segundo o ditado popular. E pior, foram vislumbrados, nos doze primeiros meses, indícios de uma eufórica e triunfalista pré-disposição para o confronto permanente, que poderia — inclusive por um gratuito excesso verborrágico ou por um inadvertido e casual apertar de um botão — desencadear uma irremediável hecatombe universal.

Isso é particularmente notório nos focos críticos periféricos e marginais, como os da América Central e do Caribe, que — considerados prioritários na política do governo Reagan — são forçadamente incorporados à farsa, como se tomassem parte na representação do jogo Leste-Oeste. O drama terrível de El Salvador e da Guatemala, ou o problema sócio-econômico da Nicarágua ou de Granada, por exemplo, somam-se ao pacote global da disputa entre os Estados Unidos e a União Soviética, graças ao ingrediente intermediador de Cuba.

Aqui é onde ganha sentido o relato com que iniciamos estas reflexões, sobre como Haig e um advogado decidem montar uma “cena de teatro” para dobrar a possível resistência de um membro da equipe de Nixon. Haig e Buzhardt maquinam um espetáculo privado para facilitar ao último “entrar em cena” e enganar o incauto Ziegler. O enredo termina quando Buzhardt permite que o chefe da imprensa de Nixon “tivesse a impres-

são” de que este último ficaria sem advogados leais se se mantivesse irredutível, quando “Haig fingiu se exasperar”. Ziegler engole a isca e transmite o ocorrido a Nixon, da forma como Haig e Buzhardt haviam planejado. Teatro político, mas teatro.

Este tipo de encenação de ameaça, de chantagem, de acusação não-provada, de uma superpotência contra nações e povos pobres e indefesos, é que está em vigência desde os primeiros dias em que Haig estreou como secretário-de-Estado dos Estados Unidos. É certo que os indícios e premonições da chamada “equipe de transição” de Reagan precediam-no lugubrememente. Pior ainda, um frustrado presidente Carter lhes facilitou a tarefa em El Salvador, juntando-se sem grande convicção ao coro de acusadores e chegando mesmo ao triste extremo de violar seu próprio compromisso público, de não reatar a ajuda econômica e militar à junta governante. Carter havia exigido que a junta salvadorenha apontasse e submetesse à justiça os culpados do assassinato premeditado — com prévio estupro — de três religiosas católicas e uma assistente social, todas de nacionalidade norte-americana, detidas pelas forças armadas salvadorenhas a 2 de dezembro de 1980, próximo ao aeroporto internacional da capital.

Sob a direção de Haig, o Departamento de Estado produz o célebre *White Paper* sobre El Salvador, cuja distribuição oficial e pública *urbi et orbi* também é acompanhada de uma encenação teatral inédita na diplomacia norte-americana. O presidente John F. Kennedy foi mais discreto quando autorizou a distribuição de um “Livro Branco” contra a revolução cubana em março de 1961, para justificar a invasão da Baía dos Porcos no mês seguinte. Haig despachou emissários pessoais à Europa — Lawrence Eagleburger e Luigi R. Einaudi — e à América Latina — o general Vernon Walters, ex-subdiretor da CIA —, como portadores do texto da denúncia documental e ratificadores verbais da conjuração dos revolucionários de El Salvador para adquirirem armas e munições no exterior a fim de derrubarem a junta militar simpática aos Estados Unidos.

Todo o argumento caiu por terra algumas semanas mais tarde, quando o verdadeiro autor da farsa documental, o funcionário Jon Glassman, revelou ao colunista Jonathan Kwitny, do *Wall Street Journal*, que havia se baseado em interposições e que o dado mais importante — a cifra de

800 toneladas de material bélico de origem presumidamente "comunista" enviadas a El Salvador — era uma estimativa aproximada, calculada por ele de acordo com uma suposição pessoal, sem base numa informação real, provada e fundamentada na verdade.

Paralelamente à operação do *White Paper* sobre El Salvador, o Departamento de Estado planejou um programa de crescente hostilidade contra Cuba, Granada e Nicarágua, que no primeiro dos três casos não era senão uma reiteração de textos e argumentos familiares. Nos dois casos restantes, os textos careciam de credibilidade para influir em decisões de ajuda econômica já estabelecidas ou em vias de concessão por parte de países europeus e do Canadá. Estes estavam muito mais apreensivos com o fiasco da intervenção de Glassman e com uma vantagem informativa extra sobre El Salvador: a Nicarágua está aberta para qualquer tipo de verificação estrangeira, não tem áreas secretas nem restritas para quem deseje fazer investigações sérias e responsáveis no seu território.

Enquanto isso, a pequenina e ainda indefesa Granada é verbalmente ameaçada direta ou indiretamente pelos Estados Unidos, a ponto desta potência pressionar os países da Comunidade Econômica Européia (CEE), junto aos quais o governo de Maurice Bishop negocia créditos para a construção de um aeroporto internacional que ponha fim ao isolamento da ilha. Tudo isto porque Granada procura preservar sua soberania e autonomia inerentes à condição de nação independente e escolher seus amigos na região do Caribe. Essa escolha e outras decisões sócio-econômicas puramente internas servem também como argumento de sustentação na teatralização feita pelo Departamento de Estado, sob a batuta de Haig, sobre o perigo da subversão na região do Caribe e centro-americana.

A Nicarágua sofre uma teatralização semelhante, enfeitada e colorida com maiores doses de coação e ameaças, a partir da acusação inicial de que seu território servia como trampolim para mandar armas e guerrilheiros para os revolucionários salvadorenos. A resposta de Washington consistiu na suspensão de um crédito para compra de trigo concedido durante o governo de Carter. Depois, não foram economizadas nem acusações e nem atitudes de hostilidade da mesma origem, cujo significado mais simbólico é dado pelo

detalhe de que com a renúncia — aceita por Reagan — do embaixador Lawrence Pazzullo, a representação diplomática norte-americana está vaga.

A Nicarágua continua se defendendo corajosamente contra a pressão, a chantagem e o bloqueio econômico-financeiro. Mas conta com a compreensão e solidariedade de países da Europa Ocidental e Oriental para enfrentar as suas necessidades mais prementes. E, como no caso semelhante de Granada, suas decisões soberanas na escolha de governos amigos são usadas como argumento para que Haig monte novos enredos de farsa e desinformação.

O último degrau na escalada de agressão verbal cumpriu-se através de curtas etapas cuja ilustração mereceria por si só uma análise do conteúdo das mensagens e códigos da hostilização. A partir do ponto inicial da acusação não provada sobre a utilização do território como base para enviar homens e armamentos para El Salvador — país com o qual não tem fronteira — a Nicarágua sofre acusações diretas ou veladas, incluídas em textos nos quais os organismos governamentais norte-americanos ou seus porta-vozes atacam outros países do Caribe, usando a Nicarágua como coringa nessa cartada. Parece desnecessário destacar a natureza dessa suja desinformação, mas em troca, é útil apontar o papel desempenhado nessa campanha por certos jornalistas e alguns meios de imprensa dos Estados Unidos e de outras partes do mundo.

A nota original foi dada pelos conhecidos jornalistas Rowland Evans e Robert Novak a 19 de outubro de 1981, ao publicarem em suas colunas do *Washington Post* e outros jornais que reproduzem suas crônicas, a notícia que atribuíram a "fontes latino-americanas dignas de crédito", segundo as quais, entre 500 e 600 soldados das tropas de elite cubanas haviam sido transportados secretamente para a Nicarágua em meados de setembro, com o propósito de "instalar um governo revolucionário marxista no oriente de El Salvador". Sugeriam que esses cubanos eram responsáveis, pouco tempo depois de sua chegada, pela destruição da estratégica Ponte de Ouro, sobre o rio Lempa. A lenda começou a circular segundo as conhecidas técnicas do "disse-me-disse"; os fracos desmentidos nada mais eram do que formas disfarçadas de aprovação oficial a essa espécie de difusão. Dos 500 a 600 cubanos passou-se aos 800, e o jogo continuou, apesar dos veemen-



tes protestos dos governos da Nicarágua e de Cuba, e de seu desafio em público para que fossem apresentadas as provas desse ato.

Antes que esse embuste fosse digerido, no programa "Telediário" da cadeia de televisão ABC, um de seus correspondentes ultrapassava os limites da credibilidade: a 5 de novembro, John McWhety, atribuindo a versão a "fontes do Pentágono", transformou os "500 a 600" cubanos de Evans e Novak em três mil, e acrescentou que o Vietnã havia enviado por navio, para a Nicarágua, "mil aviões e helicópteros, a maior parte deles de fabricação norte-americana, capturados ou recolhidos pelas forças de Hanói durante e depois da guerra" travada no sudeste asiático⁹.

A insensatez de tal cifra não foi obstáculo para que o disparate fosse reproduzido pela im-

prensa escrita dos Estados Unidos e difundido pelas agências telegráficas como se realmente merecesse o custo e a utilização do telex. O presidente cubano Fidel Castro deu atenção somente ao embuste menos grosseiro, o de Evans e Novak. A 10 de novembro, o *Washington Post* recebia uma carta sua com pedido de publicação, em gesto inabitual, que falava às claras do grau de irritação que essas falsidades lhe produziram. Castro incluía-as numa "campanha verborrágica e mentirosa" que era parte de um plano do governo dos Estados Unidos "destinado a preparar o cenário" para ações agressivas contra Cuba. Acrescentou que a "notícia" de Evans e Novak era "provocadora e absolutamente falsa", e denunciou, além disso, que o governo Reagan havia informado outros países que possuía provas sobre as atividades de tropas cubanas na Nicarágua, negando-se a responder à solicitação de Cuba de que apresentasse evidências que sustentassem a acusação.

Nem a carta de Castro publicada pelo *Washington Post* e nem os outros protestos e reclamações de Cuba e da Nicarágua modificaram o planejado *script*. Imutáveis, Haig e outros porta-vozes da Casa Branca continuavam com seu teatro de enganos e mentiras, negando-se desdenhosamente a responder ao repetido requerimento da Nicarágua, formulado pelas vias diplomáticas e sujeito a formas e princípios do direito internacional, onde era solicitada uma retificação pública.

O jogo passou, em meados de outubro, a uma outra fase da ofensiva de ação psicológica de Haig: a difusão cuidadosa de outro texto com chamada de capa "*Confidential State 298697*" e que tem por título "Atividades secretas de Cuba na América Latina"¹⁰, cujo conteúdo é precedido de uma sugestiva recomendação: os funcionários norte-americanos que o receberem "nas capitais da Otan" para sua distribuição reservada, deverão corrigir "o número de conselheiros de segurança cubanos na Nicarágua" mencionados no *Report* anterior, já que não seriam de 788 a 898, mas 1.599. Como se vê, mais do dobro do número dado por Evans e Novak, porém a metade da quele indicado pela cadeia ABC em seu "Telediário". Falta da devida coordenação informativa, percebe-se.

Salvo prova em contrário, todo o programa de denúncias e provocações verbais em que está mergulhado o governo Reagan desde janeiro de

1981, incluindo seus reiterados exercícios musculares na América Central e no Caribe, é puro teatro no estilo descrito por Woodward/Bernstein, apresentado de forma mais aberta — e obviamente mais perigosa — para a paz mundial. O analista Robert C. Toth, do *Los Angeles Times*, dá-nos grande parte de razão numa crônica que tem por título “Os Estados Unidos procuram manter Castro nervoso”. Escrevendo de Washington, Toth anuncia que “o Departamento de Estado completará rapidamente uma ação de ameaças na América Central e no Caribe, no intuito de colocar em primeiro plano a longamente esperada definição política da administração em relação à nação de Fidel Castro”.

Segundo Toth, não estão previstas ações militares drásticas, tais como invasão ou bloqueio naval, devido ao fato de que “ações desse tipo, segundo indicam as fontes, seriam onerosas e impopulares dentro e fora dos Estados Unidos, e não têm garantias de êxito a longo prazo”.

Mas a ameaça do secretário Haig de “ir às origens” dos problemas da América Central através de um projeto de “liquidar Castro” baixaram de tom e mesmo se esvaziaram. Para um funcionário que Toth não identifica, “ir às origens significa que não toleraremos o presente nível de aventureirismo cubano, mas que Castro é mais vulnerável não em seu próprio território, mas fora dele, no palco da Nicarágua e El Salvador, através de uma combinação de esforços políticos, econômicos e alguns militares”. Os cálculos que fazem as “fontes” aludidas por Toth centram-se sobre o alto custo de uma invasão de Cuba, que requeria anos de ocupação militar, a reconstrução e altíssimos subsídios financeiros equiparáveis aos oito milhões de dólares diários hoje gastos pela União Soviética; além disso, a invasão seria respondida “por Moscou com uma cartada em Berlim Ocidental ou em outra parte”, e um bloqueio naval desviaria navios de guerra norte-americanos de mares importantes para o Caribe por um período indeterminado. Além disso, os planejadores do Pentágono “advertiram que Moscou, de forma diferente da sua retirada na crise dos foguetes em 1962, está decidida a desafiar qualquer bloqueio norte-americano, desta vez com embarcações submarinas”.

Por outro lado, “novas sanções econômicas contra Cuba poderiam produzir somente resultados periféricos”, tendo-se em conta que Washing-

ton ainda mantém o embargo comercial à ilha e que poderia mesmo aumentar suas pressões sobre as filiais das corporações norte-americanas no exterior e sobre seus aliados, para induzi-los a pôr fim ao intercâmbio, tudo isso produzindo muito pouco efeito sobre Castro.

As estimativas e previsões sobre o futuro próximo nas áreas do Caribe e América Central sugerem às “fontes” de Toth uma “super-reação nervosa” de Castro face às medidas de Reagan. Isso seria indicado por uma maior estridência em seus ataques de resposta verbal e pela criação da milícia territorial de um milhão de homens, assim como a tendência que mostra, com o decorrer dos anos, em “aceitar riscos quando as pressões sobre ele são mais agressivas”. Para a atual estratégia de Haig, “golpear a Nicarágua até levá-la ao fracasso representaria a maior derrota para Castro, já que seus êxitos em Angola, Etiópia e outros lugares não compensariam o impacto negativo nesse novo campo, segundo entendem os funcionários norte-americanos que acreditam que o caminho para deter Castro passa por Manágua”.

Se levarmos em conta o tom atual e somarmos a ele os seus antecedentes, o teatro de farsas de Haig tem um significado claro. Mas não é a garantia total de que a farsa não se transforme em grande tragédia.

1) Bob Woodward/Carl Bernstein, *Los días finales*, edição em espanhol da Editorial Argos, Barcelona, 1976.

2) As aspas são nossas, em todos os casos da presente citação de “Os dias finais”.

3) James D. St. Clair, outro advogado, conselheiro especial de Nixon para Watergate.

4) As transcrições das fitas magnéticas secretamente gravadas por Nixon e cujos originais este negava-se a entregar à justiça. Até esse momento, uma manipulada seleção de textos faziam de Nixon um anjo inocente. Quando foi obrigado a apresentar as fitas, o presidente teve que renunciar.

5) Woodward/Bernstein, op. cit., p. 140

6) “Bebe” Rebozo, milionário de origem cubana e um dos mais antigos e íntimos amigos de Nixon, que teve complicados os seus negócios privados.

7) Woodward/Bernstein, op. cit., p. 211

8) Woodward/Bernstein, op. cit., p. 208-09

9) Cf. Gregório Selser, “Mil aviões para Manágua: de Goebbels ao ‘doutor Faustrol’”, em *El Día*, México, 12/11/81.

10) Cf. notas de Gregório Selser sobre o documento “Cuban Covert Activities in Latin America”, publicada no *El Día*, México, 7, 8 e 9 de dezembro de 1981.

Rawlings tenta salvar o país da destruição

O primeiro país a ganhar a independência na época da descolonização em massa, completa vinte e cinco anos de vida autônoma à beira do caos. É este o quadro que o capitão J. Rawlings tenta mudar ao assumir pela segunda vez o poder em três anos

Carlos Castilho

O que a maioria dos habitantes de Gana já esperava há algum tempo acabou acontecendo na madrugada do dia 31 de dezembro passado. O presidente Hilla Hilmann foi derrubado por um golpe de Estado que reconduziu o capitão da força aérea Jerry Rawlings ao poder, em meio à pior crise política e econômica da história deste país africano.

Rawlings, um jovem capitão filho de pai escocês e mãe africana, apelidado de J.J., chega pela segunda vez ao poder, num momento em que o país atingiu o ponto mais alto de sua desagregação política e econômica. Todos os sistemas políticos institucionais não marxistas já foram tentados em Gana, sem dar resultados. Todos os modelos econômicos capitalistas e neocapitalistas foram aplicados com consequências catastróficas. O projeto nacionalista e socializante foi posto em prática logo após a independência, mas acabou sufocado pelo boicote financeiro e político internacional.

Politicamente, o país chegou ao impasse total diante da falên-



Rawlings herdou um país destruído política e economicamente

cia de todos os partidos tradicionais. O Partido da Convenção do Povo (CPP), fundado por Kwame Nkrumah antes da independência, foi dissolvido 20 anos mais tarde pelos militares, sem ter conseguido levar à prática o seu programa nacionalista. A grande popularidade de Nkrumah acabou se dispersando devido à repressão militar dos governos posteriores e aos supostos herdeiros do "pai da independência de

Gana", que usaram oportunisticamente as bandeiras do partido. O último a fazer isso foi o deposto presidente Hilla Hilmann, eleito como herdeiro de Nkrumah e que, uma vez no poder, pôs em prática todos os princípios econômicos condenados por seu suposto inspirador.

Os demais partidos de tendência conservadora, liberal, tribal ou tipicamente personalistas só tiveram alguma consistência e

terceiro mundo 61

unidade interna quando faziam oposição ao governo de Kwame Nkrumah. Depois que o fundador de Gana foi derrubado em 1966, esses partidos perderam qualquer conteúdo e praticamente se nivelaram na corrupção e na luta pura e simples pelo poder. Divididos entre si numa disputa personalista, eles se tornaram presas fáceis dos militares, que diante da falência dos partidos, não tiveram nenhum freio às suas ambições, usando o fácil recurso da força.

A corrupção

Após a derrubada de Nkrumah,

Gana se tornou uma espécie de paraíso da corrupção, que estava concentrada no contrabando de cacau e ouro. O país foi até 1978 o maior exportador mundial de cacau, mas essa posição foi perdida porque durante quase dez anos cerca de 30% da sua produção eram contrabandeados para países vizinhos. O mesmo aconteceu com o ouro. Fortunas imensas foram criadas em pouco tempo e a rede de suborno envolveu toda a cúpula política, financeira e administrativa do país.

Essa situação foi responsável em grande parte pelas oito tentativas de golpe registradas durante

os cinco anos de governo do general Ignatius Acheampong. Basicamente foi institucionalizado o jogo de rivalidades entre grupos de empresários, políticos e militares, todos eles lutando entre si por uma fatia da corrupção. O *kalabule* (mercado negro) tornou-se uma prática normal, chegando em alguns momentos a concentrar cerca de 40% das trocas comerciais nas grandes cidades.

Com a desmoralização dos partidos e políticos civis, os militares assumiram o controle do país desde 1966. Eles acabaram também envolvidos pelo mesmo processo de desagregação. Hoje, as forças armadas estão divididas horizontalmente. Os oficiais graduados em sua grande maioria estão identificados com a corrupção. Logo após o primeiro golpe do então tenente Jerry Rawlings, em junho de 1979, foram fuzilados três militares que ocuparam a presidência, entre eles o general Acheampong bem como quase 20 outros oficiais também acusados de corrupção. O outro setor das forças armadas é formado por jovens suboficiais e sargentos que participaram ativamente do golpe de junho de 79 e que se mostram revoltados com o grau de desagregação a que chegou o exército. Esses militares são profundamente moralistas, nacionalistas sem ideologia definida, e em alguns momentos se deixam envolver pelo passionalismo. Eles contam com as simpatias gerais da população e estão unificados no combate radical à aliança civil-militar que governou o país nos últimos 15 anos.

A bancarrota econômica

Mas o aspecto mais crítico da realidade de Gana está no terreno econômico. Como o boicote externo frustrou os planos de industrialização e reforma agrária propostos por Nkrumah, a estrutura produtiva do país permane-



O liberal Hilla Hilmann (ao lado) ficou um ano e meio no poder vivendo à sombra do prestígio de Rawlings (acima). Hilmann fracassou e o golpe foi inevitável



ceu atrelada à dependência comercial com o exterior. Nas duas últimas décadas, Gana deixou de ser paulatinamente o primeiro exportador mundial de cacau para ocupar hoje um melancólico terceiro lugar atrás da Costa do Marfim e do Brasil. Os cacauzeiros de Gana têm mais de 25 anos de vida, e sua produção é hoje equivalente a apenas 50% de um pé com 15 anos de idade. Enquanto no Brasil a produção cacauzeira atinge a média de duas toneladas por hectare, em Gana esse índice é de apenas 600 quilos. Isso fez com que as exportações caíssem de um total de 400 mil toneladas há 10 anos para apenas 240 mil toneladas na safra 79/80.

A redução das exportações agravou o déficit na balança comercial com o exterior, a ponto do país somente sobreviver hoje às custas de empréstimos externos. No momento, as vendas de cacau totalizam apenas 30% das rendas do governo, enquanto os produtores recebem apenas 5% do preço obtido nas exportações. A dívida externa de Gana gira em torno dos oito bilhões de dólares, uma cifra elevadíssima



- Habitantes:**
11.320 mil
- Etnias:**
akan (44%)
mole-dagbani (16%)
ewé (13%)
outros (27%)
- Religião:**
cristãos (40%)
cultos tradicionais (38%)
muçulmanos (12%)
- Instrução:**
70% de analfabetos
- População:**
30% urbana
- Forças Armadas:**
20 mil homens
- Renda per cápita:**
380 dólares anuais, em 1977
- Língua oficial:**
inglês

para as dimensões da economia do país. O déficit do orçamento nacional cresceu 10 vezes nos últimos sete anos. E em consequência, a inflação atingiu a cifra recorde de 140%, havendo produtos, como o arroz, que registraram uma alta de preços no valor de 400% nos últimos dois anos.

O salário mínimo oficial é de

quatro *cedis* (moeda nacional que vale hoje US\$ 0,30) por dia, embora se acredite que cerca de 30% da força de trabalho ganhe menos do que isso. Um pão custa 20 *cedis*, um ovo 2 e meio a 3, uma caixa de fósforos custa 2 *cedis* e uma garrafa de cerveja não sai por menos de 11 *cedis*. Com isso, é praticamente impossível a um trabalhador médio

sustentar sua família com o salário mínimo. Gana, que sempre se orgulhou de ser um país sem problemas de pobreza absoluta, enfrenta agora a fome endêmica em vastas regiões do norte, perto da fronteira com o Alto Volta.

O caos interno

O descalabro administrativo e o saque aos recursos públicos promovidos durante 15 anos de regime militar deixaram também um saldo trágico na estrutura sócio-econômica do país. O serviço público está virtualmente paralisado. Todos os hospitais têm escassez de remédios e em muitos deles falta água há vários meses. Diversas escolas secundárias não funcionam porque não há dinheiro para alimentar os alunos, que na maioria dos casos só frequentam as aulas para poderem comer. O sistema rodoviário está intransitável em 60% das estradas. Os trens só transportam um terço de sua capacidade em carga.

Os voos domésticos estão reduzidos à metade por falta de peças de reposição em aviões e aeroportos. A empresa estatal de cabotagem *Black Star* existe ape-

nas no papel, porque os seus três navios foram penhorados por dívidas.

Tamale, a segunda cidade de Gana, não tem um sistema regular de fornecimento de água há mais de um ano. A cidade também está isolada em matéria de comunicações telefônicas e só é servida por aviões da *Ghana Airways* uma vez por semana. Em Acra, a capital, a gasolina custa o equivalente a Cr\$ 600,00 o litro no mercado negro. A lata de óleo de cozinha, que custava meio *cedi* em 74, está hoje 40 vezes mais cara.

Desvalorização = golpe

A trágica situação econômica do país provocou a intensificação do êxodo para o exterior. Com um índice de desemprego calculado em 20%, cerca de um milhão de pessoas, numa população total de 10 milhões, emigraram para países vizinhos. Em Lagos, capital da Nigéria, existe um bairro chamado Agege, onde vivem cerca de 150 mil ganenses. Na Costa do Marfim moram atualmente 300 mil pessoas que deixaram Gana nos últimos três anos.



De maior produtor mundial de cacau, Gana passou ao terceiro lugar

Este é o saldo deixado pelos regimes militares e pela desorientação econômica do governo civil de Hilla Hilmann. Sem ter mais de onde tirar dinheiro, os militares apelaram para o Fundo Monetário Internacional. Nada menos de seis missões do FMI estiveram em Gana desde 1979 tentando obrigar o governo Hilmann a desvalorizar o *cedi*, demitir funcionários públicos, limitar gastos sociais e aumentar as exportações. Traduzindo outras palavras, o receituário clássico do FMI, cuja principal consequência a curto prazo sempre é a de tornar ainda mais difícil a vida do trabalhador. Desvalorizar o *cedi* significa aumentar o preço das importações elevando consequentemente o custo de vida. Cortar projetos sociais significa aumentar o desemprego. E para Gana isso é simplesmente insuportável dada a dramática situação do país. Todas essas condições foram impostas para garantir um empréstimo total de um bilhão de dólares para saldar compromissos urgentes. O próprio Hilla Hilmann chegou a advertir que "a desvalorização do *cedi* significa um golpe de Estado". E foi isso que aconteceu no último dia do ano de 81.

O capitão Jerry Rawlings, apesar de sua pouca idade e de sua inexperiência como político, mostrou aos participantes da Conferência dos Países Não-Alinhados em Cuba, em 79, ter consciência das causas do subdesenvolvimento e dependência econômica de Gana. Na ocasião, ele se apresentou como um adepto incondicional da reaproximação com os demais países do Terceiro Mundo, rompendo com a postura pró-européia e pró-norte-americana dos regimes militares anteriores em seu país. Agora, uma de suas primeiras preocupações após assumir novamente o poder foi restabelecer relações diplomáticas com a Líbia, rompidas há um ano pelo ex-presidente Hilmann.

O novo regime

Mas o grande problema de J.J. é formar uma equipe de assessores econômicos e políticos. No golpe de junho de 79, Rawlings teve a sua ação dificultada pelo espontaneísmo e passionalismo de muitos jovens oficiais que estavam mais interessados em castigar os corruptos do que em reorganizar a estrutura econômica e social do país. Típico dessa atitude foi a destruição com tratos do lugar ocupado pelos contrabandistas e pelos traficantes do mercado negro, em Acra, em julho de 79.

Não há a menor dúvida de que a luta contra a corrupção será a prioridade imediata do novo governo. Além de punir os culpados, a equipe de Rawlings precisa repetir o feito de 79 quando, em três semanas, conseguiu elevar em 400% as rendas do governo com o pagamento de impostos. O medo dos especuladores com a ameaça dos fuzilamentos e castigos corporais em público fez com que logo depois do golpe de 79, se formassem filas enormes nos postos de arrecadação do governo, que antes viviam às moscas porque a sonegação de impostos era uma prática corrente. Mas mesmo que agora seja possível uma normalização desse setor, isso será insuficiente para reerguer a combalida economia de Gana, arrasada pelos regimes anteriores.

Tem-se como certo que Jerry Rawlings vai procurar atrair para seu governo o setor político que permaneceu fiel às idéias de Kwame Nkrumah. Este é o caso de pessoas como Kodjo Addison, membro da Escola Ideológica de Winneba, onde eram formados os quadros políticos do CPP. Gyan-Apenteng, dirigente da Guarda Revolucionária Kwame Nkrumah, Kofi Ghapson, Johnny Hansen e S.O. Lamptey também devem assessorar o novo regime. Entre os militares jovens, o nome em ascensão é de Kodjo



Um dos objetivos do cap. Rawlings é acabar com o mercado negro

Tsikata, um velho amigo de Rawlings, que foi submetido a uma sistemática perseguição pelos militares que apoiavam o governo Hilmann.

Na área sindical, Rawlings deve contar com o apoio da influente central sindical de Gana que reúne cerca de meio milhão de inscritos. As diretorias dos dois maiores sindicatos, os da Agricultura e da Indústria, provavelmente serão derrubadas por pressão das bases, que consideram os seus líderes anteriores como comprometidos com o regime deposto.

Mas, além das enormes dificuldades internas, o novo governo deve contar com uma forte oposição dos meios econômicos capitalistas. A atitude adotada por norte-americanos e europeus logo depois do golpe do dia 31 de dezembro revela uma indistinta inclinação ao boicote.

A manobra parece se esboçar com a tentativa de caracterizar o novo governo como violento e arbitrário. Também foi sintomática a ênfase dada ao restabelecimento das relações diplomáticas com a Líbia e as indiretas do Departamento de Estado sobre uma nota da agência *Tass* a respeito da mudança de governo em Acra.

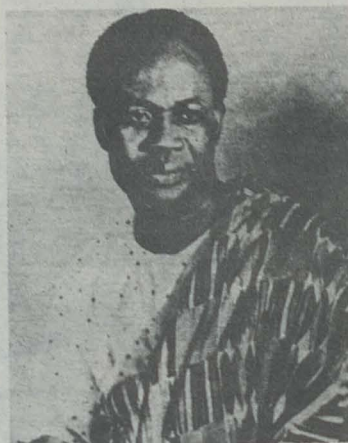
O certo é que Jerry Rawlings é no momento a única pessoa com capacidade de salvar Gana do colapso. Ele herda um país destruído econômica e politicamente após um quarto de século de frustrações. É este não é só um problema de Gana. Quase todos os países africanos que chegaram à independência na década de 60 viveram e vivem ainda os mesmos percalços determinados por uma decisão que rompeu a tutela política, mas manteve até hoje a dominação econômica. ●

Do sonho de Nkrumah ao fracasso de Hilmann

A República de Gana vai comemorar no dia 6 de março 25 anos de independência. É a primeira ex-colônia africana a completar um quarto de século de existência autônoma desde o início do processo de descolonização em massa iniciado pelas potências coloniais européias no início da década de 60. A antiga possessão inglesa da Costa do Ouro não teve uma existência fácil nos últimos 25 anos e de certa maneira é um caso típico das dificuldades herdadas por todas as ex-colônias africanas.

A independência de Gana foi o resultado da luta de Kwame Nkrumah pelo direito à autodeterminação. Nkrumah venceu três eleições consecutivas em 1951, 54 e 56 antes que os ingleses acabassem reconhecendo que o país era ingovernável sem a participação direta do então líder máximo do CPP (*Convention People's Party* — Partido da Convenção do Povo). No dia 6 de março de 1957, a Coroa Britânica decretou a independência de Gana, e o doutor Kwame Nkrumah assumiu imediatamente a chefia de um governo cuja estrutura era uma cópia do sistema parlamentarista inglês.

O líder do CPP pôs logo em prática um projeto nacionalista cuja meta principal era a rápida criação de uma infra-estrutura industrial para o país. Esse projeto entrou em choque com os interesses dos exportadores britânicos que não aceitavam a hipótese de Gana deixar de ser um país dependente e importador de bens manufaturados. As pressões cresceram e Nkrumah foi obrigado a mudar a Constituição em 1960, substituindo o parlamen-



"Osagyefo" Kwame Nkrumah

tarismo britânico por um regime republicano presidencialista. Era a única forma de concentrar poderes para tentar forçar a industrialização.

Submetido a fortes pressões, o CPP começou a enfrentar tensões internas já que não era um partido homogêneo do ponto de vista ideológico. No esforço de atingir a independência, Nkrumah liderava uma frente de grupos políticos. O projeto da industrialização consumiu boa parte das reservas monetárias herdadas da era colonial e que foram utilizadas em obras como a represa de Acosombo, no rio Volta. Com isso, a agricultura foi relegada a um segundo plano, ao mesmo tempo em que os bancos estrangeiros estrangulavam o governo Nkrumah ao dificultar a concessão de novos empréstimos para obras de infra-estrutura.

O cerco externo

A soma de fatores internos (queda do consumo, alta dos

preços, divergências políticas, queda das exportações tradicionais e pressões sobre o governo) comandadas pelo cerco externo dos credores e financiadores europeus, minaram a base política de Kwame Nkrumah que no entanto mantinha um enorme prestígio entre as populações pobres que o chamavam de *Osagyefo* (o redentor) e entre os demais países do Terceiro Mundo. Nkrumah se definia como socialista, marxista e cristão e foi um dos precursores do Movimento dos Países Não-Alinhados.

Em 1966, um grupo de oficiais do Exército, fortemente influenciados pelos ingleses, dá um golpe de Estado derrubando o regime presidencialista de Nkrumah, para instaurar uma Junta Militar de oito membros, chefiada pelo general J. A. Ankrah. Os golpistas se proclamaram anticomunistas, formando o NLC (*National Liberation Council* — Conselho de Libertação Nacional) que foi rapidamente reconhecido por todos os governos que antes boicotaram os planos nacionalistas de Nkrumah. O Fundo Monetário Internacional (FMI) autorizou imediatamente os créditos pedidos e que estavam congelados.

O dinheiro vindo dos bancos europeus e norte-americanos permitiu que os militares introduzissem uma nova Constituição em 1969 e fossem realizadas eleições que levaram Kofi Busia à chefia do governo. Os tecnocratas do novo regime aplicaram o receituário clássico do FMI, com demissões em massa de funcionários públicos, desvalorização do *cedi*, fim de subsídios e liberalização total da economia. Quase três mil operários foram demitidos por greves, antes que Busia, em seu furor autoritário, investisse até mesmo contra as forças armadas, cujo orçamento foi reduzido em quase 45%.

No dia 13 de janeiro de 1972, os militares deram um novo golpe de Estado, instalando no po-

der o general Ignatius Acheampong. Além de Busia, veio abaixo também a Constituição de 1969. O novo presidente resolveu impor um contraditório "governo de união", sem partidos e inspirado em confusas idéias corporativas, que pretendiam unir soldados e eleitores. No plano econômico a ênfase para a indústria e obras de infra-estrutura foi abandonada definitivamente. A prioridade era a exportação agrícola, o que atendia aos interesses dos grupos econômicos europeus, para os quais Gana deveria ser sempre um fornecedor de matéria-prima (cacau e, em menor escala, ouro) e um dócil importador de manufaturados. Nesse esquema, o país jamais chegaria a ter um mínimo de autonomia econômica.

A sucessão de golpes

Acheampong foi mais repressivo que seu antecessor. Adotou a política popularmente conhecida como *yentua* (não pagaremos) para todas as disputas salariais. A corrupção se generalizou paralelamente ao aumento do preço mundial do cacau. O contrabando fez fortunas enormes na aristocracia civil e militar. Em 76, começou a violência de rua, o que não foi suficiente para impedir que o regime militar montasse uma grotesca farsa em torno da realização de um plebiscito sobre o sinistro "regime de união". Os resultados da votação foram ignorados e os militares anunciaram seus próprios números, aprovando em março de 78 a proposta oficial por 54% de votos. Três meses mais tarde, Acheampong foi obrigado a renunciar sendo substituído pelo ministro da Defesa, general Fred Akuffo.

No começo de 1979, Gana passou a ter uma nova Constituição, a quarta de sua conturbada história. Estava completo o ciclo de experiências políticas frustradas. O modelo constitucional in-



Fred Akuffo



Ignatius Acheampong



Major Afrifa

glês implantado no ato da independência foi derrubado em 60 por Nkrumah e substituído pelo sistema presidencialista centralizador. Em 69, os militares implantam o regime autoritário inspirado no corporativismo, que sobreviveu dez anos até ser trocado pelo sistema liberal do tipo

norte-americano.

A Constituição de 1979 era tão estrita que, mesmo copiando modelos liberais estrangeiros, tinha no entanto o toque local autoritário. Os militares de Gana impuseram cláusulas que tornavam virtualmente imutável o novo texto constitucional. Mas apesar de se cercarem de todas as garantias possíveis, os generais não conseguiram impedir um novo golpe de Estado, a única solução institucional não prevista na Constituição. O então tenente Jerry Rawlings liderando suboficiais revoltados com a corrupção entre a alta cúpula do exército e dos políticos sacode o país de alto a baixo na madrugada do dia 4 de junho de 79 com um movimento moralizador. Centenas de generais, coronéis, empresários, funcionários públicos e políticos são presos. Muitos são fuzilados em meio à satisfação popular pelo castigo imposto aos corruptos. Rawlings conquista uma enorme popularidade, mas percebe que ele e os suboficiais que o apóiam não têm o preparo suficiente para manejar os complicados mecanismos do poder político e econômico. Resolveram então convocar eleições, que são realizadas no dia 16 de junho e que levaram à vitória um ex-diplomata que passou a maior parte de sua vida fora de Gana. Hilla Hilmann e seu Partido da Frente Popular se apresentaram como herdeiros de Kwame Nkrumah, fato que lhes deu uma cômoda maioria parlamentar e a expectativa de que o país finalmente poderia resolver os seus problemas.

Foi uma expectativa frustrada logo nos primeiros meses. Hilmann esqueceu rapidamente o discurso nacionalista de Nkrumah e adotou o liberalismo econômico clássico. Ele se propôs a resolver a dramática crise econômica de Gana sem romper com a dependência externa e o resultado foi um novo impasse. (Carlos Castilho)

A agonia da igreja branca

As tensões dentro da igreja sul-africana estão atingindo um ponto crítico. Tanto entre os católicos como entre os protestantes, anglicanos ou metodistas aumentaram muito as divergências sobre o tipo de atitude a ser tomada face ao racismo. É uma questão que já está preocupando seriamente os dirigentes religiosos fora da África do Sul, porque cresce o risco de uma ruptura completa entre as bases comprometidas com o fim do racismo, e a hierarquia branca associada ao apartheid. O texto que publicamos a seguir foi escrito por um membro da ordem católica de Maryknoll, que viajou recentemente pela África do Sul para estudar a crise na Igreja

Elizabeth Schmidt

A República da África do Sul se autoproclama um país cristão. Embora a maioria africana de origem negra tenha sido privada de sua cidadania, de suas terras e não tenha nenhum direito político, os dirigentes brancos consideram o sistema do *apartheid* como uma espécie de dádiva divina. Muitos brancos, especialmente os pertencentes à Igreja Reformada da Holanda, acreditam que Deus criou os brancos para que eles governem e dominem os negros. Eles insistem em que a liberalização da sociedade sul-africana poderá levar a uma mistura racial contrária aos interesses de Deus.

A maioria dos cristãos brancos apóia o governo atual da África do Sul e sua política repressiva. Eles encaram os protestos negros como "inspirados pelo comunismo ateu", ao mes-

mo tempo que justificam como cristãos os esforços para tentar suprimir a rebelião das vítimas do *apartheid*. Segundo o primeiro-ministro P. W. Botha, a batalha dos brancos sul-africanos é uma "luta entre a civilização ocidental e cristã contra o marxismo, e não apenas uma luta racial". Esse ponto de vista é compartilhado pelo eleitorado branco.

Os negros sul-africanos têm uma visão completamente distinta do cristianismo. O bispo Desmond Tutu, secretário-geral do Conselho Sul-Africano de Igrejas, classificou o *apartheid* como "mais cruel do que o nazismo". O bispo Tutu já pediu formalmente a excomunhão dos dirigentes racistas brancos, sem ter tido qualquer resposta de seus superiores.

Os militantes negros têm usado a Bíblia para justificar a sua luta pela igualdade de direitos. Rejeitando a noção de que os brancos europeus "são um povo escolhido por Deus", eles declaram que "Ele não fez nenhuma opção racial". No ano passado um líder sindical negro disse a cinco mil espectadores que segundo o "Gênesis, capítulo I, versículo 27, Deus criou o homem a sua própria imagem", e acrescentou: "Esta não é a imagem do branco e nem a do negro. Deus não é governado por distinções de cor. Deus criou as pessoas de maneira a que nenhuma delas se sentisse inferior às outras". Ao finalizar o seu discurso, o orador garantiu em meio a aplausos que "Deus não conhece o *apartheid* e que portanto tal prática constitui um pecado".

Os dirigentes e o povo

Olhando superficialmente, a África do Sul parece um campo fácil para a expansão das idéias da teologia da libertação. Existem no entanto numerosos obstáculos. Enquanto 90% dos católicos e 80% dos anglicanos ou metodistas da África do Sul são negros, a alta hierarquia dessas igrejas é formada quase que integralmente por brancos. E o clero negro é recrutado, em geral, entre os elementos mais conservadores da população negra.

A variedade de seitas, denominações e linguagens torna a comunicação e a construção de um movimento ecumênico extremamente difícil. Enquanto os trabalhadores e os jovens tentam radicalizar a ação da igreja e elevar o seu nível de preocupação, eles continuam a ser forças marginais dentro de seus respectivos credos. A hierarquia religiosa lhes dá um apoio mínimo.

Com exceção de algumas centenas de ativistas envolvidos em grupos como os Jovens Estudantes

tes Cristãos, e os Jovens Trabalhadores Cristãos, a maioria da juventude negra se afastou da igreja. Eles tendem a encarar a religião e seus representantes como cúmplices do sistema repressivo. Até mesmo o clero liberal é visto com desconfiança pelos jovens negros, porque segundo eles, esse setor eclesiástico mostra apenas boas intenções, sem nunca tomar nenhuma atitude concreta para acabar com o *apartheid*.

Poucos negros se mostram surpresos com a inatividade e passividade da igreja branca. De acordo com um padre católico do bairro negro de Soweto, os "brancos cristãos estão preocupados com segurança, bens e propriedades. Eles estão com suas atenções voltadas para o que consideram ameaça comunista às fronteiras da África do Sul, e pensam apenas num governo forte que possa proteger suas fazendas, casas e fábricas. Eles não têm o menor interesse em apoiar ações antigovernamentais que possam prejudicar a economia".

Até mesmo o Conselho Sul-Africano de Igrejas liderado pelo bispo Desmond Tutu, conhecido pelas suas críticas ao *apartheid*, ficou aquém de uma postura militante. Enquanto o bispo Tutu e muitos dos seus assessores demonstram um claro interesse em alinhar o Conselho de forma mais aberta às reclamações populares, eles não podem agir sem o apoio de suas igrejas. De fato, esse apoio é tão pequeno que 95% dos recursos do Conselho Sul-Africano de Igrejas vêm de fora do país.

A maioria da alta hierarquia das igrejas vinculadas ao Conselho está ligada diretamente aos setores brancos mais ricos e está firmemente envolvida no sistema político e econômico do *apartheid*. A hierarquia está disposta a patrocinar programas de ajuda, socorro em tempo de catástrofe, mas não mostra nenhum empenho em buscar uma

reestruturação completa da sociedade.

Alguns cidadãos temem que a igreja sul-africana não esteja se movendo com a rapidez necessária. Eles acreditam que uma vez alcançada a libertação dos negros, a igreja será vista como uma sócia do *apartheid* e rejeitada na nova sociedade. Outros acreditam que são poucas as esperanças de que a igreja como um todo venha a se envolver no projeto de libertação. Para estes, o trabalho reformador vai ser feito por indivíduos e organizações inspiradas na doutrina cristã e que levarão essa mensagem até as suas últimas consequências. Um número crescente de padres, freiras, clérigos e pastores já tomou uma posição clara contra o *apartheid* e o governo que o sustenta. Eles estão se arriscando ao ostracismo dentro de suas comunidades brancas; podem perder amigos, famílias, a carreira e até possivelmente as suas vidas, se ficarem fiéis ao seu compromisso com a igualdade racial.

Igreja polarizada

Não há neutralidade possível na África do Sul. A igreja não

pode evitar uma escolha, alegando não poder se ligar a questões de natureza política. Como um pastor protestante disse, a "igreja está ou do lado dos opressores ou do lado dos oprimidos". Há uma enorme tensão dentro da igreja sul-africana. Ela está se polarizando, na medida em que seus membros começam a escolher de que lado vão ficar. Na primavera de 1981, o primeiro-ministro P. W. Botha advertiu as igrejas para que elas "se mantenham ocupadas pregando o Evangelho", acrescentando que se dentro delas "alguns setores interferirem em questões políticas e apoiarem elementos radicais interessados em desestabilizar o país, eles serão combatidos com todos os instrumentos disponíveis pelo poder".

Em resposta, o bispo Desmond Tutu declarou: "As igrejas precisam ser como Cristo. Elas devem estar do lado dos que não podem falar e dos pobres. Nossa postura libertadora vem dos ensinamentos da Igreja. Não é o meu credo político que determina o que vou dizer ou como vou me comportar. É o meu encontro com Jesus Cristo que me orienta nas questões sociais".



Os religiosos brancos sul-africanos já não têm mais a confiança dos negros

Uma democracia de botas

A criação do Conselho Nacional de Segurança abre novamente a polêmica se os militares devem ou não participar ativamente na condução política do país

Narinder Koshla

O início de 1982 trouxe aos bengalis uma instituição inédita e esdrúxula: o Conselho Nacional de Segurança (CNS), integrado pelas altas hierarquias militares que, usando esse organismo como instrumento, tomaram parte da condução de um governo ansioso por ressaltar sua origem civil e sua supremacia sobre as forças armadas.

O CNS põe a descoberto justamente o contrário: que as forças armadas bengalis são determinantes como fator de poder, e que aspiram a um papel crescente na condução de um Estado débil, que por diversas vezes governaram depois da destituição e assassinato em 1975 do presidente Mujibur Rahman, o fundador de Bangladesh.

No governo anterior, o papel central era desempenhado, na prática, pelo corpo militar. Esse regime era um prolongamento (em trajes civis) do regime ditatorial do general Ziaur Rahman, enérgico e indiscutível caudilho militar, que com elementos heterogêneos criou, utilizando o poder, uma organização — o Partido Nacional de Bangladesh (PNB) — que o tornou presidente constitucional. O que Rahman fez, na realidade, ao criar o PNB foi institucionalizar uma espécie de regime civil-militar, para o

qual convergiram elementos conservadores, interesses regionais além de militares da reserva, unidos por uma marca comum conservadora.

Porém, em 30 de maio de 1981, um general rival de Rahman se rebelou e embora sua intenção tenha fracassado, conseguiu matar o general-presidente. Desaparecido o fundador do PNB, vieram à tona as contradições e profundas divisões de sua criação e o outrora estável sistema começou a estremeecer. Após um complexo debate, os grandes eleitores do PNB chegaram a um acordo em designar o ex-vice-presidente Abdus Sattar como sucessor de Ziaur Rahman. Homem ancião e enfermo, e com muito pouca ascendência sobre os diferentes componentes do partido, Sattar foi aceito como a fórmula de compromisso mais conveniente, sobretudo para evitar um aprofundamento das divisões que ameaçavam fazer explodir o PNB.

As eleições foram realizadas em 15 de novembro de 1981 e delas Sattar saiu vencedor respaldado por uma ampla maioria, ainda que impugnado pela oposição que atribuiu seu triunfo a uma fraude e a uma manipulação tendenciosa dos aparelhos estatais.

O tenente-general N.S. Ershad, comandante das forças armadas há três anos, foi o fator-chave dessa transição. Assim como Ershad havia assegurado a Ziaur Rahman a submissão dos militares, empregou seu prestígio e sua firmeza para conter a inquietação e o apetite de seus subordinados, que com o desaparecimento do general-presidente foram tentados, pelo vazio de poder, a exercer novamente o governo sem intermediações. Mais ainda, Ershad usou sua influência dentro do PNB para que o candidato partidário fosse Sattar. Essa aliança contém, no entanto, uma contradição fundamental. O novo presidente entende que o sistema democrata-liberal bengali deve preservar sua natureza sem modificações e que por isso os militares não devem ter participação alguma no governo. Porém Ershad — que se mostra preocupado com que não se repitam as intervenções militares — acredita que o único meio para evitá-las é outorgar às hierarquias militares uma importante participação orgânica no governo.

Dar estabilidade ao regime

Esse debate se desenvolveu publicamente e, assim, enquanto

Sattar, primeiro como candidato e depois como presidente, não se cansou de expressar sua oposição à reivindicação de Ershad ("as forças armadas têm como única função a defesa da soberania nacional, não posso conceber que desempenhem outro papel dentro de um Estado democrático"), o tenente-general foi igualmente taxativo em sua tese. Ershad sustentou que a participação é uma aspiração militar lógica e que satisfazê-la é uma exigência para dar estabilidade ao regime.

Essa é a razão pela qual se temeu que a disputa concluísse numa prematura derrubada de Sattar. Porém em dezembro houve uma mediação entre ambos, cujos detalhes não vieram a público, e a 19 de janeiro foi anunciada a constituição do CNS, que será presidido pelo próprio Sattar. O Conselho será um organismo de consultoria e assistência ao governo em questões de segurança nacional e no que diz respeito às necessidades das forças armadas. Também terá como função a de identificar as formas e meios mediante os quais aquela instituição se associe ao desenvolvimento sócio-econômico nacional. Por esta última via, o corpo militar poderá obter informações de primeira mão sobre as gestões governamentais e discretamente controlá-las. O anúncio da criação do CNS fez pensar que Ershad havia obtido um claro triunfo e que Sattar havia se dobrado às pressões do comandante.

Porém poucos dias depois, Ershad declarou: "Nem a natureza nem o modo como o Conselho foi constituído atendem a nossas reivindicações e aspirações."

Os oficiais representados por Ershad pretendiam portanto mais, talvez muito mais. Ainda que o tenente-general não tenha esclarecido quais foram as reivindicações militares, soube-se que eles desejavam participar das decisões políticas e que o organismo competente com tais finali-

dades não tivesse em seu seio nenhum membro do governo, nem sequer o presidente.

Duas hipóteses

Em relação à personalidade de Ershad, há quem assegure que se trata de um homem honesto e que é sincero em reprimir o ímpeto de seus colegas. Se isso fosse certo, significaria que a estabilidade do sistema dependeria da capacidade de Ershad em acalmar os altos comandos, o que seria uma meta incerta pois o próprio comandante afirma que há uma profunda insatisfação militar frente ao que vêem como uma concessão insuficiente. Por outro lado, há aqueles que pensam que Ershad é ambicioso e hábil, que está acumulando poder à espera que as condições sejam propícias para tornar-se um ditador.

Em qualquer das hipóteses, deve-se esperar que Ershad continue pressionando para conseguir a participação militar e que portanto a tensão entre as hierarquias militares e o presidente prossigam, e com ela a incerteza sobre a sorte das jovens instituições bengalis.

Entretanto, a tão poucos meses da sua vitória, o presidente aparece debilitado, não só pela disputa militar, como também pelas rivalidades dentro do PNB, que permanecem muito fortes. O secretário-geral do partido, Badruddoza Chowdury, exortou o presidente a eliminar, do PNB e do governo, aqueles que ele qualificou de "assassinos" e de contrários à "liberalização".

Essas violentas declarações respondem a uma das discussões fundamentais dentro do regime: a que opõe os que lutaram pela independência do país, em 1971, e os que foram indiferentes à emancipação ou colaboraram com a dominação do Paquistão. Estes, segundo os primeiros, não podem ser admitidos no governo do país.

O papel do FMI

O outro grande problema é o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a crise estrutural desse país paupérrimo, agravada pela conjuntura internacional. (Bangladesh tem uma das rendas per capita mais baixas do mundo: 105 dólares anuais em 1980.)

O déficit de sua balança comercial é crônico e se agravou pela queda do preço de seu principal produto de exportação, a juta. Atualmente, as exportações só cobrem uma terça parte dos custos das importações. Para sobreviver na miserável condição em que se encontra, o Bangladesh necessita de uma maciça ajuda internacional das potências ocidentais e da área socialista, dos países da Opep e das Nações Unidas.

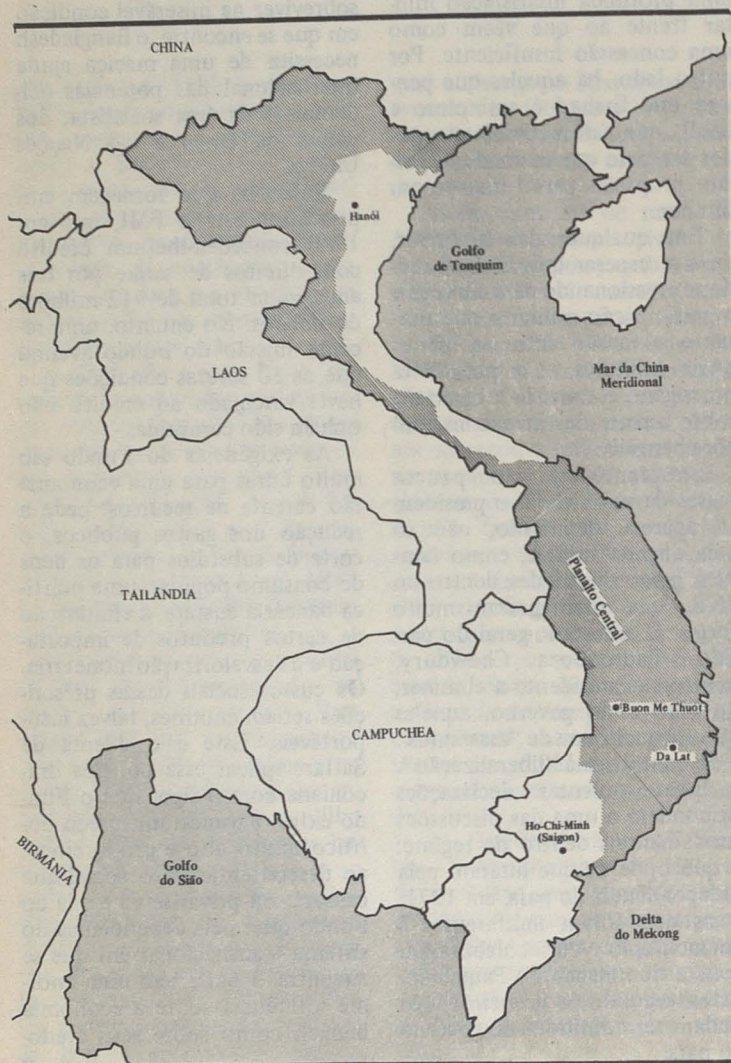
Entre os que fornecem empréstimos está o FMI, que em 1980 concedeu-lhe um crédito com direitos de saque por três anos, num total de 912 milhões de dólares. No entanto, uma recente missão do Fundo avaliou que as 10 severas condições que havia vinculado ao crédito não tinham sido cumpridas.

As exigências do Fundo são muito duras para uma economia tão carente de recursos: pede a redução dos gastos públicos, o corte de subsídios para os bens de consumo popular, uma política bancária austera, a eliminação de certos produtos de importação e a desvalorização monetária. Os custos sociais dessas prescrições seriam enormes, talvez insustentáveis. Este é o dilema de Sattar: aplicar essa política draconiana com o rigor que o Fundo exige, pagando um preço político muito alto e proporcional ao descontentamento social que causará, ou privar-se da ajuda do Fundo que, pela dependência do sistema transnacional em que se encontra o país, tem uma enorme influência sobre a economia bengali como sobre seus credores.

O planalto central sete anos após a guerra

A região conhecida como o "teto da Indochina" já não mostra mais as cicatrizes do napalm. Hoje está coberta por lavouras de café, pastagens e plantações de borracha, arroz e milho

Wilfred Burchett



Em meados de 1965, em plena escalada norte-americana no Vietnã, perguntei a Nguyen Huu Tho, então presidente da Frente de Libertação Nacional e hoje presidente-interino da República Socialista do Vietnã, como as forças de libertação iriam enfrentar a ameaça. A entrevista realizou-se no quartel-general da FLN, em plena selva do Vietnã do Sul, na província de Tay Ninh.

"Há quem compare uma batalha a um jogo de xadrez, respondeu ele. Mas a guerra no Vietnã do Sul não é um jogo de xadrez. Quando o Pentágono decidiu enviar tropas norte-americanas, fizeram-no por já ter perdido a 'guerra especial'. (Referia-se à fase inicial da estratégia de 'contra-insurgência', do presidente Kennedy, segundo a qual o Pentágono forneceria tudo, menos soldados.) No xadrez, quando se perde uma partida, limpa-se o tabuleiro, cada um dos jogadores apanha suas peças e tudo começa de novo. Na guerra não é assim. Quando os norte-americanos trouxeram os seus homens para uma 'guerra limitada' (guerra convencional que excluía o uso de armas nucleares), já encontraram nossos homens em posição no tabuleiro. Em termos militares, a iniciativa estratégica nos pertencia. (. . .) As únicas posições que eles podiam ocupar eram aquelas ainda em poder de um exército títere que já começara a entrar em colapso."

Confidenciou-me Nguyen Huu Tho que a posição estratégica decisiva em poder da FLN eram os Planaltos Centrais, uma região da selva, platôs e monta-



nhas que dominam as planícies do litoral, em toda a extensão daquilo que, na época, era a linha divisória entre o Vietnã do Norte e o Vietnã do Sul, no paralelo 17, e as circunvizinhanças de Saigon e do delta do Mekong, onde abundam as plantações de arroz. Os Planaltos Centrais constituíram a base a partir da qual foram lançadas todas as operações militares contra as forças conjuntas de Saigon e dos Estados Unidos, até as portas da capital, desde 1960 até a vitória final em fins de abril de 1975.

O exército oculto

Naquele tempo, a capital provisória dos Planaltos Centrais (*Hauts Plateaux*, em francês, e *Tai Nguyen*, em vietnamita) era Buon Me Thuot, capital da província de Dac Lac. Fica a mais de dois terços da distância entre o paralelo 17 e a cidade de Saigon. Muita gente ficou surpresa — e houve pânico entre o regime de Nguyen Van Thieu e seus assessores norte-americanos — quando o primeiro golpe da “Ofensiva da Primavera”, que pôs fim à guerra do Vietnã, foi desfechado em Buon Me Thuot a 10 de março de 1975. Esse ataque marcou o início de uma campanha de 55 dias que terminaria com a queda do regime de Saigon a 30 de abril de 1975.

Por que Buon Me Thuot, e como podia um exército, equipado com tanques e artilharia, chegar aos arredores da cidade sem que o comando de Saigon e seus oficiais de Buon Me Thuot fossem alertados? Como foi possível, de repente, surgirem tanques no centro da cidade sem que o seu ruído desse o alarme? Eram essas as perguntas que eu tinha a fazer aos participantes da batalha, numa recente visita a Buon Me Thuot.

“O ruído dos tanques foi abafado por nossa artilharia e pelo estrondo dos mísseis. Nossa infantaria caminhava à noite, se-



O empenho na reconstrução econômica não elimina a preocupação com a defesa

guindo atalhos, escondendo-se no matagal durante o dia.”

Sem dúvida era uma resposta surpreendente; mas como a artilharia tinha chegado até lá, juntamente com a enorme quantidade de munição necessária para alimentar o pesado bombardeio?

“Tudo foi transportado às costas da gente do povo, durante um mês antes do início do combate, e escondido nas vilas da redondeza à espera de nossos soldados e artilheiros. O que é preciso entender é que a nossa guerra era uma guerra popular, e nada teria sido possível sem a cooperação do povo, que nos abrigava,

nos informava dos movimentos do inimigo, e transportava e armazenava nossos suprimentos em lugares seguros.”

No “teto da Indochina”

Na fase inicial da intervenção norte-americana, quando a situação em Saigon parecia muito instável do ponto de vista do comando conjunto das tropas de Saigon e dos Estados Unidos, surgiu a idéia de converter Buon Me Thuot em uma segunda capital no estratégico “teto da Indochina”. A idéia era instalar, nas redondezas de Buon Me

Thuot, aeroportos a partir dos quais os aviões norte-americanos pudessem dominar os três países da Indochina — o Vietnã, o Cam-puchea e o Laos.

Para quem parte da cidade costeira de Nha Trang, com suas praias maravilhosas, e sobe as colinas que levam ao platô Dac Lac, inteiramente plano, o sonho do Pentágono é perfeitamente compreensível. Mas, tal como aconteceu com o plano de converter a Planície dos Jarros, no Laos, em uma grande base aérea do Sudeste da Ásia, esse sonho transformou-se num pesadelo.

O povo se opôs e ajudou as forças revolucionárias, que possuíam determinação e poderio militar para impedir a realização do plano. Os norte-americanos podiam bombardear, desfolhar e matar quase a metade dos mil elefantes que existiam na província, mas só podiam ocupar e controlar — durante o dia — alguns pontos isolados como Buon Me Thuot. À noite, as forças revolucionárias dominavam o terreno em Dac Lac e em outras províncias dos Planaltos Centrais, tais como Kontum, Gia Lai, Phu Bon e Quang Duc.

Ainda no estágio final da guerra contra os franceses, Ho Chi Minh — sempre de olho no futuro — havia mandado para os Planaltos Centrais vários grupos de revolucionários com instruções de integrarem-se completamente às minorias étnicas e ajudarem a uni-las umas às outras e aos *Kinh*, que constituíam a maioria vietnamita. A política francesa e, mais tarde, a norte-americana visavam promover a discórdia entre as minorias étnicas e uni-las contra os *kinh*. Ambas fracassaram, e a verdadeira extensão do fracasso ficou evidente quando as forças de libertação nacional apareceram subitamente em pleno coração de Buon Me Thuot e investiram dos Planaltos Centrais para as áreas vitais do litoral, dizimando e isolando as forças de Saigon ao norte do eixo Buon

Me Thuot — Nha Trang, e descendo sobre Saigon a uma velocidade sem paralelos na história militar.

Unidade nacional

Apesar do romantismo do noticiário da imprensa, que dizia terem os norte-americanos conquistado os “corações e mentes” das minorias étnicas dos Planaltos Centrais, a verdade é que a maioria esmagadora destas últimas apoiava a causa revolucionária, anticolonial e antiimperialista. Durante minha recente visita a Buon Me Thuot, perguntei a dois líderes do Comitê Popular da província de Dac Lac — Ybih Aleo e Y Bloc, que eu havia conhecido e sobre os quais escrevera 17 anos antes — por que haviam tomado uma atitude tão corajosa e perigosa. A resposta veio de Ybih Aleo:

“Dac Lac foi uma das primeiras províncias a serem libertadas durante o levante contra os franceses em agosto de 1945. Y Bloc e eu fizemos parte da primeira reunião do comitê revolucionário e, no dia 24 de agosto, lançamos um apelo a toda a província para que se rebelasse contra os franceses. Houve a revolta. Reunimo-nos no estádio de Buon Me Thuot, e depois marchamos pela Estrada 21 (na direção de Nha Trang) para eliminar os postos japoneses e consolidar nossa tomada de poder. Em novembro daquele ano, os franceses voltaram através do Cam-puchea e, em dezembro, tinham tornado a ocupar Dac Lac. Fui preso, entre outros, e passei os cinco anos e sete meses seguintes na prisão. As forças revolucionárias de etnia *ede**, que eu chefiava, foram dispersadas e integradas às forças revolucionárias gerais do povo, que contavam com grande apoio popular. Compreendemos que, somente fazendo parte do movimento global de libertação nacional, poderíamos conquistar direitos essenciais

ao nosso próprio povo e às outras etnias minoritárias. Isso se deu durante a luta contra os franceses, mas a noção de unidade nacional tornou-se ainda mais forte durante a luta contra os norte-americanos. Percebemos logo o que havia por trás das tentativas americanas de persuadir as minorias étnicas de que os assessores norte-americanos iriam protegê-las contra a política opressora de Saigon. Sabíamos que eram os próprios americanos que manobravam a opressão de Saigon contra nossos povos.”

“É proibido tomar banho nu”

Perguntei a Y Trhe Nie, outro membro da minoria étnica *ede* e presidente do comitê popular de Ha Ea Kar, pequena vila a 20 quilômetros de Buon Me Thuot, qual teria sido a forma mais odiosa de opressão.

“Até a chegada dos assessores norte-americanos que iriam servir ao regime de Ngo Dinh Diem em Buon Me Thuot, vivíamos com bastante liberdade, não só para trabalhar na *ray* (roça), mas também para pescar, caçar e colher raízes comestíveis na selva. Daí em diante, depois da chegada das tropas de Diem, não podíamos sair de nossas aldeias sem papéis de autorização. Em cada vila, havia uma ou duas unidades do exército. Depois, passaram a multar-nos por tomar banho nus nos rios ou somente de tanga. Como tivéssemos protestado, trouxeram tanques e nos forçaram a deixar nossas povoações para ficarmos concentrados nas chamadas aldeias ‘estratégicas’. Ali, éramos

* Existem mais de 30 minorias étnicas diferentes nos Planaltos Centrais, muitas delas aparentadas mas falando dialetos diversos e, em certos casos, línguas inteiramente diferentes. Em Dac Lac, os principais grupos étnicos era os *ede* (ou *rhade*) e os *m'ngong*, sendo estes últimos grandes especialistas na captura e no treinamento de elefantes.



forçados a construir altas cercas de bambu, e os mais moços eram levados para receber treinamento militar; quando voltavam, traziam armas e participavam da opressão contra seu próprio povo. No fundo, porém, estavam do nosso lado e, mais tarde, usaram as armas contra o inimigo.”

O processo de confinar as minorias étnicas em campos de concentração disfarçados e convocar os jovens para serviço militar teve início em 1962, pouco depois da instalação, em Saigon, de um Comando Militar dos Estados Unidos chefiado pelo general Paul D. Harkins, e intensificou-se de 1963 a 1964. Os autores do plano, porém, receberam um rude golpe a 20 de setembro de 1964, quando 2 mil a 4 mil recrutas das minorias, que se encontravam na base de Buon Me Thuot, amotinaram-se, tomaram a base e prenderam seu comandante, coronel Freund, e cinco outros instrutores norte-americanos, além de se apoderarem da estação de rádio local. Através de artimanhas, traições e falsas promessas, o comando EUA-Saigon conseguiu debelar a revolta e sufocar outra, ocorrida em agosto de 1965, com enormes baixas entre os recrutas. Para o regime EUA-Saigon, porém, aquela foi uma vitória de Pirro. As minorias étnicas (montanhesas) têm boa memória, e vingaram-se mais tarde, desempenhando papel decisivo na ofensiva de 1975, que pôs fim à guerra.

Terra vermelha

Se os Planaltos Centrais do antigo Vietnã do Sul constituíram a base estratégica para o esforço militar contra o regime EUA-Saigon, estão hoje servindo de base estratégica para o esforço de construir uma nova economia e cumprir a promessa de “prosperidade e felicidade”, que eram dois dos objetivos da Revolução Vietnamita.

Quem vem do norte, de carro, pela rodovia 1, ao longo do litoral, onde somente a estrada separa as montanhas do mar, tem a impressão de que os poucos quilômetros de planície são interrompidos, a oeste, por formidáveis cadeias de montanhas, cujas encostas terá de galgar se quiser ver de perto as serras que separam o Vietnã do Laos e do Campuchea. Mas, tendo subido as primeiras encostas, chega-se a uma região de vastos platôs, estendendo-se por muitas centenas de milhares de hectares, especialmente nas províncias do Dac Lac, Kontum, Gia Lai e Lam Dong (da qual Da Lat é a capital). Há ali uma grande variação de climas e altitudes. Da Lat, por exemplo, fica a 1.400 metros acima do nível do mar, enquanto Buon Me Thuot, capital de Dac Lac, tem uma altitude de apenas 400 metros, e a altitude média da região de Kontum, Gia Lai é de cerca de 800 metros.

Se as montanhas da fronteira começam a dar sinais de conter minerais preciosos — ferro, estanho, cobre, cromo e outros metais que os franceses não descobriram ou não se deram ao trabalho de explorar —, a vasta região dos platôs não é menos rica em seu potencial agrícola. Trata-se de uma região de cerca de 1.200 mil hectares de terra vermelha (laterita), de origem vulcânica. A profundidade dessa camada de terra vai de dois a cinquenta metros, e seu teor de elementos químicos torna-a muito adequada à plantação de borracha, café, cacau e outros produtos típicos de climas tropicais e subtropicais. No caso dos franceses, não precisavam ir buscar riquezas tão longe; quanto aos norte-americanos, estavam demasiados ocupados em repelir a resistência à sua presença para pensarem em explorar esse potencial. Típica também dos solos vermelhos, a bauxita — matéria-prima para o alumínio — foi encontrada em grandes quantidades.

Outro exemplo do descaso do governo colonial é o fato de que, nessa área de cerca de 6 milhões de hectares de terra valiosa, somente 2.600 quilômetros de estrada foram construídos — dos quais 900 quilômetros asfaltados — e nem um metro de estrada de ferro. Os norte-americanos estavam interessados tão somente no potencial militar da região. O solo plano da savana era ideal para operações de helicóptero e para a construção de grandes aeroportos militares.

Integração étnica

Hoje, toda a região está gradualmente se tornando produtiva. Um dos maiores problemas é o subpovoamento. Nas planícies especialmente nos deltas do rio Vermelho, ao norte, e do rio Mekong, ao sul, a densidade demográfica é de cerca de 500 ou mais habitantes por quilômetro quadrado. Nos platôs férteis dos Planaltos Centrais, o máximo — verificado na província de Lam Dong, mesmo após uma considerável imigração vinda do norte — é de 32 pessoas por quilômetro quadrado. A média para toda a região dos Planaltos é de 22 habitantes por quilômetro quadrado. Certos plantios, como o de café, exigem vastos contingentes de mão-de-obra durante a colheita, e o mesmo se aplica à borracha durante todo o ano.

Fontes autorizadas em Buon Me Thuot, capital não-oficial de toda a região, explicaram que os planos prevêem a seguinte distribuição de terras: 3 milhões de hectares (56% de toda a área) para reflorestamento; 1 milhão e 600 mil para agricultura (arroz, milho, batata doce e mandioca); 312 mil para pastagens; 200 mil para o plantio de borracha; e 137 mil hectares para café e cacau. Com isso sobra ainda uma boa margem para expandir o plantio de borracha, café, tabaco e soja.



Tendo ao fundo as lembranças da guerra recente, os camponeses vietnamitas do Planalto Central lavram a terra onde será plantado o arroz que tornará a região auto-suficiente em comida

Em Dac Lac, a população cresceu de 360 mil para 510 mil habitantes, entre abril de 1975 e março de 1981, graças à imigração dos *kinh*, vindos das planícies. (Os *kinh* constituem a maioria do povo vietnamita, e diferem da minoria étnica, constituída principalmente de povos *ede* e *m'ngong*, que compõem a maior parte da população de Dac Lac.)

Uma pergunta óbvia era se esse aumento de população vietnamita decorrente de elementos vindos da planície não iria provocar ressentimento entre as minorias étnicas locais.

“Não, disse-me Y Bloc, os *kinh* não interferem com as nossas terras de cultivo. Cultivam novas áreas e, assim, contribuem para melhorar nosso padrão

de vida. Antigamente, grande parte de nossos alimentos vinha do sul. Agora, graças às técnicas aperfeiçoadas trazidas pelos *kinh*, somos auto-suficientes em alimentação. Resolvido o problema de alimentos, atacamos outros problemas. Educação e saúde pública, por exemplo. Hoje, cada uma de nossas aldeias possui uma escola e uma clínica. Existem também equipes médicas ambulantes que visitam os lugares mais remotos. A malária, que antigamente causava danos terríveis, está hoje praticamente dominada. No passado, um dos nossos maiores problemas nesta região era a falta de água durante a estação da seca, que às vezes chega a durar seis meses — de fevereiro até junho ou julho. Gradualmente estão sendo construídos diques e sistemas de irrigação, de modo que teremos água

para nossas plantações durante todo o ano.”

Café e borracha

Subindo pelos contrafortes da montanha, desde Nha Trang, no litoral, até Buon Me Thuot, alcançamos o platô. Lá, vimos plantações de café em todos os estágios de desenvolvimento, desde mudas delicadas de algumas polegadas de altura — cada qual protegida por um cone de palha de arroz trançada — até árvores jovens e robustas cobertas de flores brancas que logo se tornariam grãos vermelhos. Muitas dessas plantações se estendiam por vários quilômetros a cada lado da estrada. Vim a saber depois que esses cafeeiros substituíam antigos trechos de floresta devastados pela guerra química dos norte-americanos, que assim

procuravam proteger contra emboscadas os seus comboios militares. Avistámos também, da estrada, plantações de borracha que obviamente não estavam sendo exploradas. As árvores estavam crescidas, mas não haviam incisões recentes na casca, nem canecas enfiadas nos troncos para apanhar o látex.

Em Buon Me Thuot, as autoridades me explicaram que 3 mil hectares haviam sido plantados com borracha na província de Dac Lac, mas ficara decidido que, mais para o sul, as terras eram mais propícias à borracha, ao passo que Dac Lac era eminentemente adequada ao plantio de café. Como o cultivo de borracha e de café exige considerável mão-de-obra, ficara decidido que o melhor era utilizar os trabalhadores disponíveis para tornar a província, antes de mais nada, auto-suficiente em alimentos; só depois se plantaria café — cuja exportação é bastante rentável.

“Hoje temos 15 mil hectares plantados com café, disse-me Ybih Aleo, 80 anos, veterano chefe da minoria étnica *ede* e presidente do Comitê Popular da província de Dac Lac. Com o emprego de boas técnicas, as plantas jovens começam a produzir após dois anos e meio. Do contrário, a colheita leva quatro anos. A vida média de um cafeeiro aqui é de 30 anos, quando bem cuidado — o que significa podar três vezes ao ano, entre outras coisas, e irrigá-lo bem.”

Raízes

O suprimento de água é o grande problema. O sistema tradicional de queimar e roçar, adotado pelas minorias étnicas, mediante o qual percorriam uma área geográfica fixa sem jamais cultivar duas vezes o mesmo pedaço de terra em cinco ou sete anos, teve efeitos devastadores sobre as reservas de madeira. Valiosos trechos de floresta eram queimados a cada ano para que

as sementes de milho ou de arroz pudessem ser plantadas em furos feitos na terra, coberta de cinzas, com varetas de bambu afiadas. Era esse o método tradicional de cultivo das minorias étnicas em ambos os lados da cadeia de montanhas que separa o Vietnã do Laos e do Campúchea.

“Sabemos que esse sistema é um desperdício, disse Y Bloc, mas para substituí-lo e convencer nosso povo a fixar-se em determinado pedaço de terra, precisávamos resolver antes o problema do suprimento de água, além de fornecer fertilizantes e sementes selecionadas para que a mesma parcela de terra pudesse produzir melhores colheitas ano após ano. Os *kinh* estão nos ajudando neste particular, construindo represas e sistemas de irrigação. Uma vez que os camponeses se fixem num mesmo terreno, podem passar a criar porcos e galinhas — o que é impossível quando se emigra a cada ano para uma parcela de terra diferente. Com represas e canais de irrigação, haverá também peixe. É assim que as minorias étnicas estão começando a sentar raízes e a formar comunidades estáveis. Sem estas, a educação e a saúde pública tornam-se problemáticas. A existência nômade não era uma questão de preferência, e sim de necessidade — uma vez que as colheitas eram extremamente reduzidas quando se cultivava a mesma terra dois anos seguidos. Mas agora nosso povo percebeu que, destruindo as florestas, acabam com a caça e fazem secar os rios. Os resultados trazidos pela guerra química dos norte-americanos, que fizeram desaparecer florestas inteiras, convenceram o nosso povo a abandonar o sistema de roçados.”

Novo estilo de vida

No decorrer de uma conversa com Huu Tho, editor-assistente do *Nhan Dan*, diário do Partido Comunista, e especialista nos

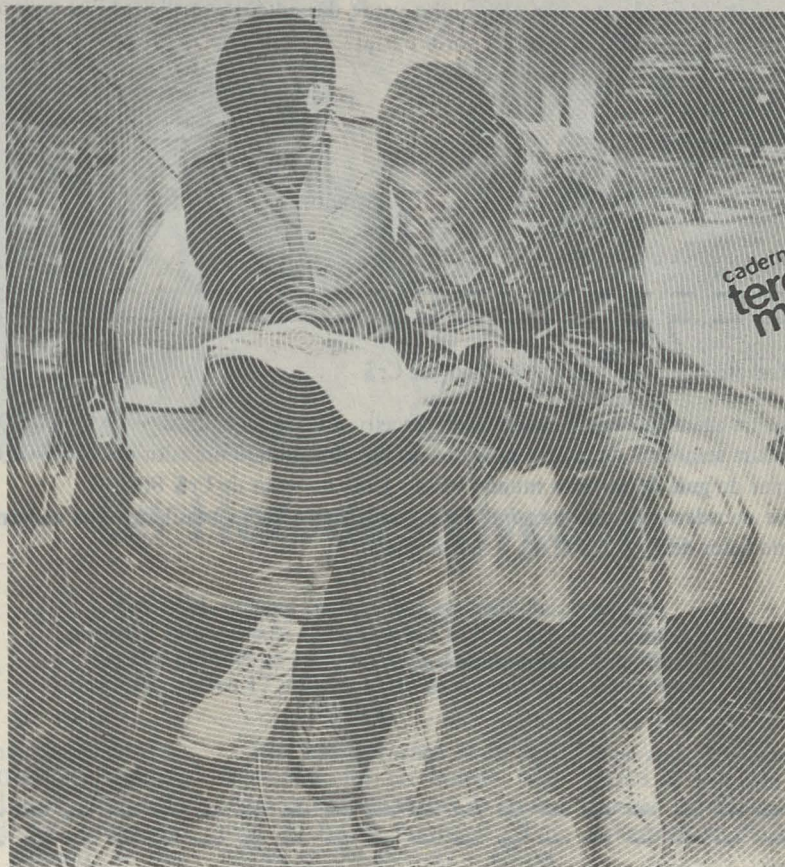
Planaltos Centrais, ele mencionou a importância de agir com muito cuidado quando se tratava de alterar o estilo de vida das minorias étnicas e fixar os *kinh* imigrados das planícies.

“Uma vez que as minorias étnicas percebem as vantagens de fixar-se num único lugar, ajudamo-las a criar pequenas cooperativas, às quais elas se adaptam com muita facilidade. Todas têm um grande senso de comunidade. Os imigrantes *kinh* desbravam novas terras e criam tipos mais avançados de cooperativas e grandes fazendas estatais (muitas das quais são administradas pelo Exército Popular Vietnamita). Os jovens das comunidades tribais são convidados a trabalhar durante algum tempo nessas cooperativas modernas, e comentam em casa os benefícios que elas trazem para o padrão de vida. E assim, gradualmente — porém, do ponto de vista histórico, com muita rapidez — progridem de sistemas feudais de produção para sistemas mais avançados, e alguns dos jovens fixam-se como assalariados nas fazendas estatais. Mas não convém acelerar demais esse processo.”

Nos Planaltos Centrais, já foram criadas 29 fazendas estatais. Quase todo o resto da produção agrícola se deve a várias formas de cooperativas, nas quais estão incorporados 75% das minorias étnicas. Trezentos mil *kinh* emigraram para a região, 120 mil dos quais participam da produção. Desbravaram cerca de 150 mil hectares de terra, dos quais 120 mil são atualmente dedicados quase exclusivamente à produção de alimentos, uma vez que a maioria das plantações de café e borracha só começará a produzir daqui a algum tempo. A necessidade mais urgente era tornar todas as províncias auto-suficientes em alimentos, de modo a sustentar a mão-de-obra exigida pela produção agrícola para industrialização e exportação. ●

GRANDE PROMOÇÃO

editora terceiro mundo ltda.



cadernos do
**terceiro
mundo**

Adquira a coleção encadernada da edição brasileira dos cadernos, do nº 24 ao 29, o guia do terceiro mundo edição 1981 e faça uma assinatura da nossa revista.

Envie-nos diretamente o seu pedido, preenchendo o cupom no verso, acompanhado de cheque ou vale postal e endereçando-o à:

editora terceiro mundo ltda
Rua da Glória, 122 – Gr. 105
20241 – Rio de Janeiro – RJ

Remeto o: ☐ cheque no valor de Cr\$ referente a:
☐ vale postal

- ☐ Uma assinatura anual da revista **cadernos do terceiro mundo** no valor de Cr\$ 1700,00
- ☐ Uma assinatura semestral da revista **cadernos do terceiro mundo** no valor de Cr\$ 900,00
- ☐ Um exemplar do **guia do terceiro mundo** versão 1981 no valor de Cr\$ 800,00
- ☐ Um volume encadernado em *percaline* linho verde das edições brasileiras dos **cadernos**, do nº 24 ao 29, no valor de Cr\$ 1.400,00 + porte postal

Nome:

Endereço:

Cidade: Estado:

CEP:

Remeto o: ☐ cheque no valor de Cr\$ referente a:
☐ vale postal

- ☐ Uma assinatura anual da revista **cadernos do terceiro mundo** no valor de Cr\$ 1.700,00
- ☐ Uma assinatura semestral da revista **cadernos do terceiro mundo** no valor de Cr\$ 900,00
- ☐ Um exemplar do **guia do terceiro mundo** versão 1981 no valor de Cr\$ 800,00
- ☐ Um volume encadernado em *percaline* linho verde das edições brasileiras dos **cadernos**, do nº 24 ao 29, no valor de Cr\$ 1.400,00 + porte postal

Nome:

Endereço:

Cidade: Estado:

CEP:

Remeto o: ☐ cheque no valor de Cr\$ referente a:
☐ vale postal

- ☐ Uma assinatura anual da revista **cadernos do terceiro mundo** no valor de Cr\$ 1.700,00
- ☐ Uma assinatura semestral da revista **cadernos do terceiro mundo** no valor de Cr\$ 900,00
- ☐ Um exemplar do **guia do terceiro mundo** versão 1981 no valor de Cr\$ 800,00
- ☐ Um volume encadernado em *percaline* linho verde das edições brasileiras dos **cadernos**, do nº 24 ao 29, no valor de Cr\$ 1.400,00 + porte postal

Nome:

Endereço:

Cidade: Estado:

CEP:



Se Herodes vivesse...

Em 1981, morreu uma criança em cada dois segundos porque a humanidade acredita que é muito caro dar assistência aos 500 milhões de criaturas mais desamparadas. Em 1982, morrerão outros 17 milhões antes de completarem cinco anos

A vida de uma criança vale menos de 100 dólares, segundo o relatório da Unicef, "O estado mundial da infância", correspondente ao ano passado. Se essa quantia fosse destinada a cada uma das crianças mais pobres do mundo — informa o relatório — poderia ter coberto suas necessidades básicas e impedido a morte de 17 milhões de crianças no decorrer de 1981.

Somente uma em cada dez crianças, por exemplo, foi imunizada contra as seis doenças mais comuns da infância. "O custo dessa imunização para todas as crianças do Terceiro Mundo, diz a Unicef, seria de cinco dólares per cápita. O custo de não fazê-lo, porém, é de cinco milhões de mortes anuais."

Esse esmagamento anual dos recém-nascidos no mundo tem todas as probabilidades de continuar no futuro previsível. "Em muitas nações pobres, — afirma James Grant, o diretor executivo da Unicef — as tendências econômicas indicam que a luta contra a pobreza não somente está diminuindo, como está tomando exatamente a direção contrária."

Em parte causa, em parte sintoma, a ajuda para o desenvolvimento declinou de uma média de 0,49% do PIB (Produto Interno Bruto) dos países ricos aplicados 15 anos atrás, para 0,37% na atualidade. "Em relação ao desenvolvimento — comenta Grant — só há dúvidas e pessimismo". E não será para a próxima geração que poderemos ter qualquer

esperança de acabar com essa negação da vida que a pobreza das massas significa, enquanto nos achamos em tão baixo nível.

O verdadeiro realismo

O relatório "Estado mundial da infância" de 1980 estabelecia que, para fins deste século, todos os países em desenvolvimento poderiam reduzir suas taxas de mortalidade infantil (número de mortes por mil nascidos vivos) até 50 ou menos; elevar a média de esperança de vida até 60 anos ou mais; e oferecer a todas as crianças pelo menos quatro anos de educação. Na prática, isso significaria uma duplicação ou triplicação do ritmo do desenvolvimento mundial, uma meta que, no presente contexto



James Grant

econômico — admite o relatório —, pode parecer totalmente ingênua.

“Mas o realismo ou a ingenuidade de qualquer objetivo — diz Grant — é quase sempre uma questão de prioridades tanto quanto de possibilidades. Por exemplo, poder-se-ia conseguir facilmente educação primária e atendimento básico de saúde para a grande maioria das crianças com menos dinheiro do que o mundo industrializado gasta em bebidas alcoólicas a cada ano.”

Dar prioridade ao atendimento das necessidades infantis é especialmente importante hoje em virtude das mudanças na estrutura de idade a nível mundial. Com 40% da população do Terceiro Mundo abaixo da faixa dos 15 anos, esta é a mais numerosa geração de crianças da história. “Não somente é grande a sua necessidade atual — afirma Grant — como o fracasso em dar-lhe assistência poderia afetar a tendência à diminuição dos índices de crescimento demográfico no mundo...” O elo de ligação entre os dois fenômenos é muito dependente de mudanças tais como: melhorias no cuidado à saúde, redução da mortalidade infantil e expansão da educação.

Assim, dos mesmos passos necessários para reduzir as mortes infantis a 50 por mil — informa o estudo — decorreria uma redução de nascimentos da ordem de 12 a 20 milhões. “O ponto de vista tão comumente mantido de que

a redução da mortalidade infantil só serve para aumentar a reserva de natalidade e trazer problemas para o futuro — afirma a Unicef — é, em consequência, errado.”

O esforço para atender às necessidades de saúde, nutrição e educação na presente geração é, de fato, o caminho para diminuí-las no futuro. “Nós podemos ou permitir à mais extensa geração de crianças da história crescer desnutrida, doentia e deseducada, para chegar a serem pais de outra geração de crianças desnutridas, doentias e deseducadas — sustenta Grant — ou podemos melhorar a vida da infância de hoje ao mesmo tempo que investimos em sua capacidade como pais de amanhã e criamos as condições necessárias para diminuir de forma constante a taxa de crescimento demográfico. A escolha deve ser feita entre o bem e o espírito do mal.”

A Unicef preferiria ver incrementada a contribuição de recursos nacionais e internacionais para enfrentar as necessidades dessa geração de crianças. Mas a recessão econômica mundial, a tendência do governo norte-americano a reduzir suas contribuições às Nações Unidas por motivos políticos, indicam que os recursos da Unicef não aumentarão nos próximos anos.

James Grant esforça-se, então, por demonstrar em seu informe que a assistência à infância não é um “gasto humanitário”, mas um investimento rentável.

O público em geral pode sensibilizar-se e comprar cartões postais da Unicef ao ver a foto de uma criança do Terceiro Mundo faminta ou doente. Mas os tecnocratas que decidem sobre as contribuições governamentais pensam em termos de rentabilidade do investimento. Assim, o informe assinala que nos Estados Unidos, por cada dólar investido na reabilitação de deficientes, o erário recupera nove dólares em

impostos pagos pelas pessoas inválidas que consigam emprego graças a tal iniciativa.

Em Nova Iorque, um investimento anual de 2,7 milhões de dólares para assistência pré-natal às mulheres de baixo nível de renda permitiria economizar entre 10 e 12 milhões de dólares em cuidados intensivos, de elevado custo, para crianças prematuras.

No plano internacional, a eficaz campanha para erradicar a varíola, para a qual os Estados Unidos contribuíram com 50 milhões de dólares, acabou revertendo para este país uma poupança anual superior ao dobro daquela quantia, por causa das reduções de gastos de imunização e serviços de controle e vigilância.

Investir a favor dos pobres

Em 1981, a ratificação pela Assembléia Mundial da Saúde do “Código de comercialização de alimentos substitutos do leite materno”, apresenta, de acordo com a Unicef, uma possibilidade de combinar “a melhoria da qualidade de vida com a redução de custos econômicos”.

As crianças não alimentadas com leite materno, ou que o tenham sido por um período inferior a seis meses, têm uma probabilidade entre cinco e dez vezes maior de falecer durante o segundo semestre de seu primeiro ano de vida, em comparação com as crianças amamentadas pela mãe durante os primeiros seis meses ou mais. O informe sublinha que no Terceiro Mundo, que gasta atualmente um bilhão de dólares por ano em alimentos infantis artificiais, e para as famílias de baixo nível de renda que gastam nesses alimentos 3,5 dólares de seu salário semanal de 15 dólares, o fato de passar da promoção da lactância artificial para a da lactância natural pode gerar uma boa economia.

O informe não diz isto, mas é sabido que os Estados Unidos foram o único país do mundo a votar contra esse "código do leite", com o argumento de que ele limita a liberdade de ação das transnacionais.

A Unicef conclui que "inclusive em épocas economicamente difíceis, o atendimento às necessidades das crianças do mundo é ao mesmo tempo a ação mais humanitária e a melhor oportunidade de investimento".

Grant cita as sessões especiais da Assembléia-Geral da ONU, as conferências da Unctad, o diálogo Norte-Sul de Paris e as reuniões promovidas pela Comissão Brandt em Otawa, Melbourne e Cancún como bases teóricas e políticas de uma "nova economia" orientada no sentido das necessidades básicas, segundo a qual "o investimento para melhorar a produtividade dos pobres poderia ser um estímulo tão importante para a economia mundial como o seria para as comunidades pobres" dos países do Terceiro Mundo.

Na prática, no entanto, "as políticas comerciais que prevalecem — reduzindo as receitas do mundo em vias de desenvolvimento — e as políticas de ajuda que dirigem mais de 50% da assistência oficial para os países em vias de desenvolvimento mais

prósperos, são um freio às propostas de melhorar a qualidade de vida das crianças do planeta".

Ajudando os ricos

Não só é escassa e mal dirigida a ajuda, como também frequentemente quando esta enfim chega produz um resultado oposto ao esperado: "um programa de perfuração de poços artesianos empreendido com a intenção de melhorar a saúde dos pobres pode significar uma subvenção para o proprietário de terras; a implantação de uma nova cultura de alta rentabilidade, fomentada com o propósito de melhorar a alimentação, acaba aumentando a extensão dos latifúndios e o número de camponeses sem terra; a introdução de um trator para que seja possível arar uma maior extensão do terreno, pode terminar sendo um oneroso suplemento de horas de trabalho

para as mulheres, encarregadas de preparar a terra para receber as sementes."

Definitivamente, "continuar confiando em que o dinheiro e a tecnologia possam operar com independência da política e da sociedade, é repetir uma fórmula já tentada e que fracassou".

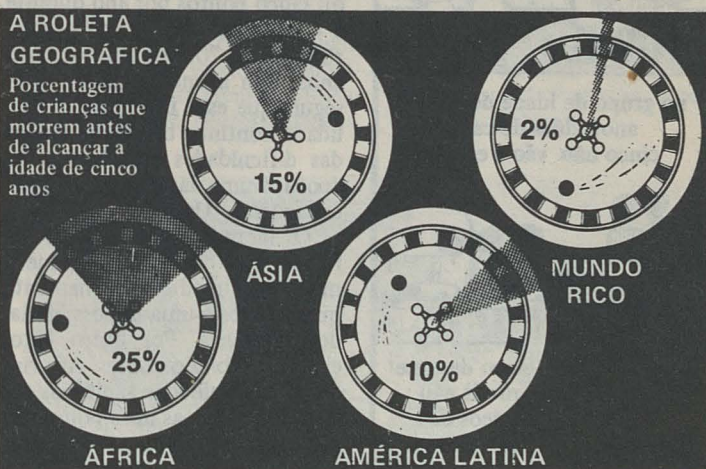
Dois fatores-chaves devem ser analisados, então, quando se estuda qual a eficácia de um projeto de desenvolvimento e em que ele beneficia aos pobres: a participação popular e a igualdade de oportunidades. "Esses são os problemas realmente difíceis do desenvolvimento", enfatiza Grant. "Enquanto o desenvolvimento for considerado uma questão de intervenção científica a cargo de especialistas e não uma questão de organização social apoiada na participação popular, as decepções e os fracassos serão tão inevitáveis quanto o desânimo resultante".

A GERAÇÃO DO SILÊNCIO

"Os últimos doze meses marcam um ano de silêncio para a infância do mundo", disse James Grant. Segundo o diretor executivo da Unicef, em 1981 "40 mil crianças morreram silenciosamente a cada dia; 100 milhões de crianças deitaram-se famintas e em silêncio todas as noites; 10 milhões de crianças tornaram-se silenciosamente deficientes físicos ou mentais; 200 milhões de crianças viram em silêncio como outros iam à escola".

Essa "silenciosa ocorrência" é a contrapartida

das insuficiências do desenvolvimento econômico. E o futuro próximo apresenta poucas esperanças. Devido à recessão mundial, muitas das nações de baixo nível de renda não só vêem barrada sua saída da pobreza, como inclusive perderam terreno nessa luta. O resultado será que o número dos "absolutamente pobres" do mundo passará provavelmente dos 800 milhões hoje calculados para um bilhão ou mais até o fim do século; a metade dessa cifra será constituída pelas crianças e suas mães.



1.000.000.000

Cerca de um bilhão de
crianças vivem onde a Unicef
trabalha

e onde

uma criança em cada quatro
sofre de desnutrição



quatro de cada cinco carecem
de serviços sanitários



no grupo de idade de 6 a 11
anos, duas de cada
cinco não vão à escola



quatro de cada cinco das que
vivem nas áreas rurais não
dispõem de serviços de
saneamento e abastecimento
de água



Os gastos militares mundiais
cada quatro horas
equivalem ao orçamento
anual da Unicef

Ilustração de Clive Offley

Um mais um igual a três

Dos 125 milhões de crianças que nascerão em 1982, 12 milhões estarão mortas antes de 1983 e mais outros cinco milhões antes de completarem cinco anos. A Unicef acha que essa taxa anual que a morte cobra dos recém-nascidos do mundo pode e deve reduzir-se pelo menos à metade, antes do final do século.

O índice de mortalidade infantil — que talvez seja o indicador mais exato do estado de saúde e bem-estar geral das mães e dos recém-nascidos — tinha baixado com regularidade de quatro ou cinco pontos por ano durante a década de 1960 e nos primeiros anos de 70. Nos últimos cinco anos, tem apenas oscilado. Conseguir que esse índice de mortalidade continue baixando, apesar das dificuldades econômicas da época, é uma das principais preocupações da Unicef.

O método convencional de formar e dotar um número maior de médicos plenamente qualificados é uma impossibilidade financeira. Por outro lado, eles não são necessários. As principais necessidades sanitárias do bilhão de pessoas mais pobres do planeta se resumem em alimentação, água e habitação adequadas, sistemas de higiene e eliminação de resíduos, além de serviços de imunização, educação sanitária e assistência pré-natal, natal e pós-natal qualificada. E a forma mais eficaz de atender a essas necessidades, garante a Unicef, é um exército de paramédicos que possam trabalhar no seio de sua própria comunidade, em cada uma das sociedades pobres, com a finalidade de prevenir doenças,

intervir nas incidências mais simples e remeter os casos mais graves ao pessoal médico mais qualificado de clínicas ou hospitais. Esse é o conceito de assistência sanitária de base que, iniciado pela China com seu 1,6 milhão de “médicos descalços”, está sendo introduzido agora — com diferentes graus de decisão e êxito — em muitos países do Terceiro Mundo.

O elo perdido

Se as frentes do combate pela saúde mundial estivessem literalmente cobertas por milhões de assistentes sanitários de base — adequadamente apoiados, por sua vez, por alguns serviços sanitários convencionais — seria possível pular o abismo que existe entre o que a ciência sabe e o que as pessoas necessitam.

Cientistas asiáticos e norte-americanos, por exemplo desenvolveram recentemente um tratamento simples e de baixo custo para as doenças diarreicas que atualmente ceifam o estorpecido número de cinco milhões de vidas infantis por ano. O tratamento (baseado em açúcar e sais facilmente acessíveis e administrado por via oral) pode reduzir em 90% a mortalidade infantil por diarreia. “Registram-se muito poucas mortes se o tratamento for iniciado prontamente e, se possível, em casa”, explica a Unicef.

Nos milhões de aldeias do Terceiro Mundo, que é onde mais essa dieta hídrica de restabelecimento faz falta, não será possível dispor-se de médicos

para manter essa dieta e ensinar às mães como empregá-la. Mas os assistentes sanitários de base poderiam fazê-lo.

A Unicef e a Organização Mundial de Saúde (OMS) se propuseram que, para 1983, o novo tratamento de "reidratação oral" esteja ao alcance de uma quarta parte, como mínimo, do total de crianças menores de cinco anos, que são as mais expostas a esse principal agente de mortalidade infantil.

Já que a saúde é inseparável da agricultura e da nutrição, da qualidade da água e da higiene geral, do nível de receita e da educação, os assistentes sanitários de base melhor formados e melhor apoiados se tornarão inevitavelmente agentes de desenvolvimento comunitário. "Um mais um pode ser igual a três", diz o informe. Os benefícios de um sistema de distribuição de água potável, por exemplo, multiplicam-se por um considerável fator quando os encanamentos e as bombas manuais vêm acompanhados de uma educação sanitária.

A alfabetização da mulher catalisa os programas de planejamento familiar; a menor frequência de gravidez melhora o estado de saúde das mães e dos recém-nascidos; uma boa saúde da criança permite um melhor aproveitamento do ensino pré-escolar e primário; a educação pode trazer maiores receitas e melhor produtividade agrícola; receitas mais elevadas e melhor alimentação reduzem a mortalidade infantil; com o descenso do número de crianças falecidas, o número de nascimentos também tende a diminuir; famílias reduzidas favorecem a saúde materna; mães mais sadias têm filhos mais saudáveis; filhos mais saudáveis exigem maiores cuidados; o estímulo assim recebido colabora com o desenvolvimento mental; as crianças mais espertas progredem mais na escola... e assim sucessivamente, de acordo com uma

pauta de relações que se potencializam ou se desvirtuam mutuamente, o que pode minimizar ou, ao contrário, multiplicar os benefícios trazidos por cada fator.

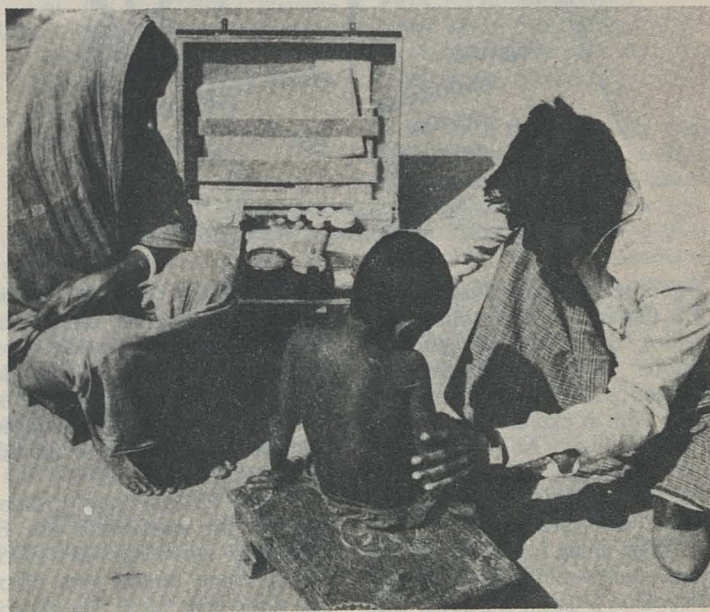
Paliativo ou mudança real?

Os críticos do sistema de assistentes sanitários argumentam que estes são apenas o grau inferior e mais barato de um sistema "de prestações" concebido de cima para baixo e planejado para ministrar aos pobres um serviço de segunda categoria. Com isso, pretendiam colocar diques de contenção ao problema da pobreza e assim evitar qualquer tipo de mudança na sociedade da qual faz parte essa mesma pobreza. "Em alguns casos isso é indiscutivelmente correto — admite a Unicef. Acontece que, no conjunto do Terceiro Mundo, ainda se gastam 80% dos orçamentos de saúde em médicos e hospitais que só irão beneficiar a minoria urbana, enquanto são enviados auxiliares sanitários de base para atender à imensa maioria rural. Nessas situações,

o conceito de participação popular não é mais do que uma frase, sem outro sentido senão o de fazer dos pobres os responsáveis pela sua própria pobreza".

Para enfocar a tarefa de forma adequada, estabelece a Unicef, os serviços sanitários convencionais deverão estar à disposição do sistema de assistência de base. Os médicos, as clínicas, os hospitais terão de ministrar a preparação, a informação e os serviços complementares para os assistentes sanitários de base, de maneira que cada um deles possa receber o nível de treinamento que necessite.

A solução proposta — baseada nos "médicos descalços" e na participação popular — não é considerada pela Unicef "como um fim em si mesmo, mas como um ponto de partida; não como um serviço mínimo, mas como o máximo que se possa conseguir num determinado momento e num dado lugar; não como um serviço sanitário exclusivo para os pobres, mas como o meio pelo qual os recursos existentes podem ser adaptados às necessidades dos pobres".



Os filhos de Roque Dalton

O desaparecimento dos dois filhos do poeta salvadorenho Roque Dalton recoloca em evidência a trágica história das violências das ditaduras contra os intelectuais latino-americanos e seus filhos

Mario Benedetti



Roque e Juan José Dalton Cañas, os dois filhos mais velhos do poeta salvadorenho Roque Dalton, desapareceram em seu país depois de um combate com o exército na zona de Chalatenango. Ao que parece, isso aconteceu em outubro de 1981, mas somente agora é que a notícia foi divulgada.

Telegramas foram enviados à junta cívico-militar presidida por Napoléon Duarte, às Nações Uni-

das, à Unesco. No México, no Peru e no Panamá, campanhas foram iniciadas no sentido de reclamar da Junta — que, segundo se presume, tem em seu poder os dois rapazes — a apresentação pública e a realização de um julgamento dentro da lei.

Roque Dalton tinha 40 anos quando foi assassinado em El Salvador, em maio de 1975. Assim como fariam seus filhos seis anos mais tarde, ele partici-

pava na luta revolucionária. Sua morte faz parte do preço que a cultura paga na árdua libertação da América Latina.

O nome de Roque incorporou-se, assim, à lista de escritores assassinados ou desaparecidos, já integrada — entre outros — pelos guatemaltecos Roberto Obregón e Otto René Castillo, os nicaraguenses Rigoberto López Pérez, Leonel Rugama e Ricardo Morales, os peruanos Edgardo Tello e Javier Héraud, o uruguaio Ibero Gutiérrez, os haitianos Rony Lescaouff e Jacques Stephen Alexis.

Essa lista foi aumentando com a morte do argentino Francisco Urondo e os desaparecimentos de Rodolfo Walsh e Haroldo Conti (argentinos) e Julio Castro (uruguaio). Parece, no entanto, que nesses tempos de extermínio, a repressão não se conforma com uma só geração.

Quando Paco Urondo foi morto e desapareceu Rodolfo Walsh, suas respectivas filhas já tinham sido assassinadas. Também caíram os filhos do poeta Juan Gelman e do novelista David Viñas, hoje exilados.

Eu tenho lembrado com frequência um velho ensinamento de Heródoto: "Ninguém é tão insensato que escolha por vontade própria a guerra e não a paz, já que na paz os filhos enterram os pais e, na guerra, os pais enterram os filhos".

Hoje, Heródoto teria que acrescentar uma nova categoria. Há tempos que não são de paz, nem propriamente de guerra. Há tempos como estes que vivemos, que são de massacre, e neles os filhos e os pais se unem num coral de morte.

Nada se sabe até hoje dos dois filhos do poeta salvadorenho. Fui amigo de Roque e conheço seus três filhos desde que eram crianças. Ali por volta de 1967, vivemos vários meses no mesmo hotel e não esqueci da incrível maturidade de Roquito, o mais velho, que tinha então uns sete

ou oito anos e já encarava a vida com a seriedade de quem começava a ser consciente desse complexo e arriscado mundo.

Em 1975, quando mataram traiçoeiramente Roque, coloquei todo o meu triste assombro num poema:

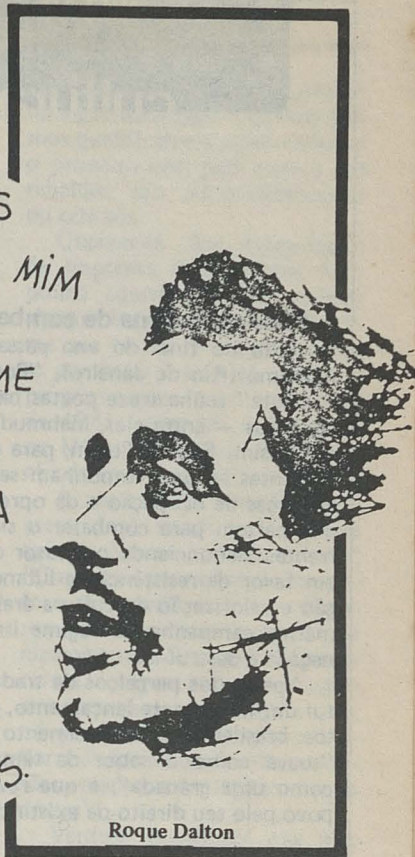
"Cedo chegaste ao bom humor
ao amor cantado
ao decantado amor
chegaste cedo
ao rum fraterno
às revoluções."

Pois bem, quando Roque voltava muito alegre, eufórico, do "rum fraterno" era Roquito que cuidava dele, e o poeta de "A vez do ofendido" se deixava cuidar, talvez porque sabia até que ponto seu filho era precocemente responsável e sensato.

Mais tarde, mantive uma relação cordial com os três rapazes e com sua mãe, Aida, mas custou-me bastante colocar na minha cabeça que Roquito já não era só uma criança responsável mas um homem que lutava pela sua pátria. Agora, vai me custar muito mais acostumar-me à idéia de que ele e seu irmão desapareceram. Os desaparecidos sempre nos fazem sofrer, principalmente quando têm rostos e nomes.

A 7 de janeiro, a televisão espanhola transmitiu um documentário sobre El Salvador, realizado por Carmen Sarmiento. Quem presenciou o trágico catálogo de crueldades que o vídeo implacável e objetivo, mostrou; quem assistiu o contraponto que faziam a vala comum de cadáveres descobertos em El Playón — a 30 quilômetros apenas da capital — e o descaramento do presidente salvadorenho Napoléon Duarte, quando atribui essas "notícias" a boatos e exageros de jornalistas; quem viu esse terrível testemunho, não poderá considerar inverossímil a tenebrosa ameaça que paira sobre as jovens vidas de Roque e Juan José Dalton Cañas.

CREIO
QUE MINHAS VEIAS
NÃO ACABAM EM MIM
MAS NO SANGUE
UNÂNIME
DOS QUE LUTAM
PELA VIDA
PELO AMOR,
PELAS COISAS,
PELA PAISAGEM
E PELO PÃO
PELA POESIA DE
TODOS NÓS.



Roque Dalton

Em um dos seus "Poemas Clandestinos", seu pai escreveu:

"Nunca esqueças
que os menos fascistas
dentro dos fascistas
também são
fascistas."

Mas, quando no vídeo aparecem os que mandam naquele país, é difícil saber quem é menos fascista: cada um deles o é mais do que o outro.

Desde os tempos dos campos de extermínio nazista, o mundo não encarava uma imagem tão abjeta e feroz de si mesmo. Um pouco antes de seu sangue ser derramado em 1975, Roque escreveu:

"Creio (...)
que minhas veias não acabam
/em mim
mas no sangue unânime

dos que lutam pela vida
pelo amor, pelas coisas,
pela paisagem e pelo pão
pela poesia de todos."

Ele tinha razão, já que suas veias continuaram no sangue unânime de seus próprios filhos. Estes mesmos que hoje não aparecem. Num país onde ocorre uma média de 30 assassinatos políticos por dia, pode parecer arbitraria a reivindicação de apenas duas vidas. Mas não é bem assim. Onze mil assassinatos por ano tornam-se quase uma abstração, um pesadelo. Por isso, nos rostos concretos de Roque e Juan José (tomara que ainda vivam!), simbolizamos o clamor solidário por um povo que luta, morre, renasce e tudo sacrifica por sua sensível vocação à liberdade. ●

Poesia palestina de combate

Lançado no final do ano passado pela Editora Achiamé (Rio de Janeiro), "Poesia palestina de combate" reúne treze poetas palestinos contemporâneos — entre eles, Mahmud Darwish, Samih Al-Qassim, Fadwa Tuqan, para citar os mais importantes — que empunham seus versos contra as forças de ocupação e da opressão. São poesias que partem para combater o sionismo em duas frentes: denunciando o invasor com voz corajosa em favor da resistência, e lutando pela preservação e valorização da cultura árabe contra a sistemática campanha do regime israelense que visa negá-la e destruí-la.

Apesar dos percalços da tradução, este constitui um importante lançamento, já que traz ao leitor brasileiro o conhecimento de uma poesia, "suave como o sabor da tâmara ou explosiva como uma granada", e que revela a luta de um povo pelo seu direito de existir como nação.

A teoria do empobrecimento

Entre 1970 e 1975, a renda anual de um habitante de um país rico do Ocidente aumentou em 180 dólares. No Leste europeu, o aumento foi de 80 dólares, enquanto nos países do Terceiro Mundo a renda média anual de cada habitante ficou apenas um dólar maior. Essa incrível desproporção tende a se acentuar ainda mais entre 1980 e 1985 quando, segundo previsões do Banco Mundial, será mantida a tendência de empobrecimento do Terceiro Mundo.

O aprofundamento dos desníveis de renda entre pobres e ricos é o tema central do livro "Introdução teórica à crise", escrito por Ladislau Dowbor. Ladislau emigrou ainda criança para o Brasil junto com os pais poloneses. A partir de 1964, ele estudou economia política em Lausanne, na Suíça, regressou ao Brasil, mas foi banido. Nos onze anos de exílio fez doutorado em ciências econômicas na Universidade de Varsóvia, viveu na Argélia e Portugal, onde foi professor em Coimbra. Em 1977, foi nomeado conselheiro do ministro do Plano na Guiné-Bissau e em 79

passou ao Conselho Técnico das Nações Unidas. Depois da anistia, voltou ao Brasil, sendo atualmente professor do curso de Pós-graduação em Administração, na PUC de São Paulo.

No seu livro, Ladislau Dowbor aborda os grandes desequilíbrios estruturais que orientam o desenvolvimento capitalista nos últimos trinta anos. "No centro da crise atual está a polarização ou desenvolvimento desigual do mundo capitalista, que permitiu simultaneamente uma riqueza e uma pobreza de extensão até hoje desconhecidas", afirma o autor de "Introdução teórica à crise", que tem como sub-título "Salários e lucros na divisão internacional do trabalho".

A morte da cantora

Morreu Elis Regina. Cantora consagrada não só a nível nacional como internacional, ela teve sua vida e sua carreira comprometidas na luta contra as injustiças sociais, contra o autoritarismo e as ditaduras, contra a miséria das massas oprimidas não só do Brasil como da América Latina.

Sempre dando vez aos novos compositores — além de nomes consagrados como, por exemplo, a chilena Violeta Parra ("Gracias a la vida") — Elis estava, aos 36 anos, no auge de sua carreira artística. Era pública a sua atitude militante, mesmo quando isso a levava a romper com amigos e companheiros de trabalho, carregando uma aura de "temperamental".

No entanto, morta, serviu de alvo de uma campanha sensacionalista (e lamentavelmente, quase sem exceções, a imprensa brasileira deu guarida ao escândalo) com objetivos políticos claros.

O laudo médico — pelo qual a cantora morreria por ingestão de alta dose de drogas — foi passado pelo IML de São Paulo, cujo diretor é o tristemente famoso Harry Shibata, o mesmo legista que "atestara" a morte de Vladimir Herzog, assassinado na prisão em São Paulo. Por uma estranha coincidência, Shibata enfrenta pela segunda vez o advogado Samuel Mac Dowell, o companheiro de Elis.

Mac Dowell, hoje com 32 anos, se tornara nacionalmente conhecido no Brasil por ter movido contra Harry Shibata um processo iniciado pela viúva de Vladimir Herzog, que finalmente levou à comprovação da verdadeira *causa mortis* do jornalista: tortura.

As demonstrações de dor e pesar expressadas pela multidão que acompanhou o enterro da cantora deixam claro o quanto Elis Regina foi (e continua sendo) uma das figuras mais importantes no processo cultural brasileiro.

Objetividade e credibilidade

A guerrilha salvadorenha cria uma agência de notícias e descobre que a melhor maneira de furar o bloqueio de informação é noticiar com objetividade

Roberto Remo

Quando a Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional iniciou sua ofensiva militar contra a Junta salvadorenha em janeiro de 1981, o regime presidido por Napoleón Duarte era apresentado pela imprensa internacional como um governo moderado submetido ao fogo cruzado dos extremistas de direita e esquerda. O próprio nome oficial do executivo (Junta de Reconstrução Nacional), copiado do da vizinha Nicarágua ou a denominação de "Junta Revolucionária", com que o qualificavam as agências de notícias ocidentais, contribuía para aumentar a confusão do público internacional quanto ao que realmente estava em jogo em El Salvador. Ao contrário do que ocorrera na Nicarágua dois anos antes, os "farabundistas" salvadorenhos pareciam condenados a isolar-se das forças democráticas internacionais, que na revolução sandinista desempenharam um importante papel ao se solidarizarem com os rebeldes.

Como mudar essa imagem? Os comunicados de guerra redigidos pelos comandantes guerrilheiros nas frentes de combate somente se referiam ao governo como "junta genocida", "assassina" ou "fascista", mas obviamente essa terminologia jamais conseguiria

se infiltrar nos telegramas das agências transnacionais, e se por acaso alguma citava esses adjetivos na boca de um dirigente salvadorenho, a frase aparecia entre rigorosas aspas: *Analisando sua atual ofensiva contra a Junta "genocida", o comandante fulano de tal disse que...*

No estilo usual das agências ocidentais, as aspas empregadas assim não querem dizer "isto é uma citação textual" e sim "isto é algo de que se deve duvidar". O comandante que usa esses qualificativos exagerados é sem dúvida um fanático e o leitor deverá suspeitar da veracidade de todas as suas afirmações. E ninguém poderá acusar a agência de falta de objetividade ou de não apresentar as duas versões em torno da questão.

Os jornalistas salvadorenhos comprometidos com a causa revolucionária (a imensa maioria da classe) logo compreenderam que em uma guerra de adjetivos contra a Junta, levavam a pior. O responsável pela seleção de telegramas de qualquer jornal ocidental não vacilará em publicar uma notícia que fale dos guerrilheiros *marxistas* salvadorenhos, mas jogará no lixo por falta de objetividade um texto que se refira à Junta *capitalista* ou *pró-imperia-*

lista desse país ainda que, dentro do rigor sociológico, os dois últimos qualificativos sejam exatos e o primeiro não, pois muitos dos rebeldes são social-democratas ou cristãos.

Queixar-se dos mecanismos da imprensa internacional tampouco contribuiria para ganhar alguma batalha. Da mesma forma que na frente militar, deveria se combater o inimigo com suas próprias armas. Assim, em janeiro de 1981, começou a funcionar no México a Agência Salvadorenha de Imprensa (Salpress).

A um ano de iniciada a empresa, José Ventura, diretor da agência, faz um balanço otimista: "Creio que temos furado bastante o cerco informativo — declarou em entrevista ao semanário nicaraguense *Barricada Internacional* — e agora inclusive as agências transnacionais se apóiam em nós para obter informação, corroborar dados ou confrontar as versões emanadas do regime com as nossas".

Ventura reconhece que não foi fácil iniciar a tarefa. "Em alguns meios não nos queriam dar espaço porque achavam que éramos uma fonte parcial, vinculada à oposição, que manipularia a informação".

Porém "até o momento podemos dizer com muito orgulho que não tivemos nenhuma informação desmentida. Sempre fomos fiéis à verdade. Para um revolucionário, a verdade tem que ser revolucionária e a mentira é contra-revolucionária".

Além de se preocupar com a veracidade das informações, a Salpress se esforça em oferecer um serviço responsável e profissionalmente impecável. "Conseguimos penetrar nos meios, obter créditos e aparecer ao lado de outras agências internacionais", comenta José Ventura, mostrando como prova periódicos do México, França, Repúbli-

ca Dominicana, Peru e Estados Unidos, entre eles o semanário *Time*.

Os serviços da Salpress não são gratuitos (se o fossem muitos meios o rechaçariam como propaganda) e seus preços oscilam entre 25 dólares por uma fotografia preto e branco a 200 por uma reportagem de guerra (incluindo fotos). A agência oferece ainda um serviço noticioso diário para assinantes e um boletim com resumos semanais. A experiência tem sido tão exitosa que já há uma segunda agência salvadorenha (Agência Independente de Prensa - AIP), oferecendo serviços complementares.

Rádio Venceremos

Para manter informada a população no interior do país (onde a única fonte dos noticiários de rádio, periódicos e televisão são os comunicados oficiais do Comitê de Imprensa das Forças Armadas), a Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional criou a Rádio Venceremos, que transmite em ondas curtas na faixa de 40 metros. A Rádio Venceremos informa diretamente sobre o desenvolvimento das operações militares a partir das frentes de guerra e transmite entrevistas com os dirigentes políticos e militares, assim como comunicados oficiais da FMLN e da Frente Democrática Revolucionária (FDR).

As precárias instalações da rádio-emissora funcionam em zonas sob o controle guerrilheiro e até o momento todas as tenta-

tivas da Junta para destruí-la fracassaram. A Rádio Venceremos é, ao mesmo tempo, a fonte de grande parte das informações que a Salpress recolhe e logo distribui para o exterior.

"Creio que agora não há no mundo alguém que desconheça qual é a situação real do país, o que é a Junta, o que é o movimento revolucionário e qual o papel que os Estados Unidos desempenham nesse problema", conclui Ventura.

Como a Salpress qualifica a Junta? Não a qualifica. Ela a descreve simplesmente como é: uma junta militar democrata-cristã. Assim ela é conhecida hoje por todos os meios de comunicação do mundo, mas isso não era tão óbvio há um ano atrás quando a Salpress começou a funcionar. Como no caso do "ovo de Colombo", a solução encontrada pelos salvadorenhos para o problema da imprensa revolucionária parece muito simples: dizer a verdade... e dizê-la bem.



José Ventura (à esquerda) diretor da Salpress. Acima, os estúdios da rádio "Venceremos".



O escritório central da Salpress no exterior funciona na Cidade do México, em Insurgentes Centro 125, edifício B, despacho 303, México, D.F., e seu telefone é 592-2184. Transcrições das transmissões da Rádio Venceremos e documentos da FMLN e da FDR podem ser solicitados ao Comando Internacional de Informação da Revolução Salvadorenha (Comin), Apartado Postal 2363, Telcor Los Escombros, Manágua, Nicarágua.

PUNTOS DE VISTA

"EL GOBIERNO DE VENEZUELA HACE DE HOJA DE PARRA", LINGO, PRESIDENTE DEL F.D.R.

México, octubre 16 (SALPRESS). El presidente del Frente de Liberación Revolucionario - FMLN - Guillermo Manuel Ungo, acusó al gobierno venezolano de "hacer el papel de hoja de parrá que quiere ocultar la desmesa del régimen militar represivo de El Salvador".

Las declaraciones de Ungo, exclusivas para SALPRESS, se dieron luego de ser elegido como uno de los vicepresidentes de la Conferencia Permanente de Partidos Políticos de América Latina - COPPAL - durante sesiones celebradas en esta capital.

El presidente del FMLN dijo también que había que "destacar el apoyo del Partido Revolucionario Dominicano - PRD - a la clasificación franco-mexicana. Esto es más importante que la posición asumida por el gobierno de ese país", enfatizó.

El gobierno de la República Dominicana, presidido por Antonio Guzmán, se adhirió a la protesta de nuevos países latinoamericanos que acusaron a México y Francia de "interferencia" en los asuntos internos de El Salvador. Esa protesta no suscitó comentarios del gobierno de El Salvador. Esa protesta no suscitó comentarios del gobierno de El Salvador.

Ungo señaló que el Frente Farabundo Martí para la Liberación Nacional - FMLN - y el PRD "no están en contra de las elecciones". Aclaró que éstas debían ser parte de una solución global al conflicto salvadoreño y "no tomarse como pretexto".

El dirigente opositor advirtió que las actuales elecciones lectorales que se una cobertura para continuar con el esquema de guerra y de exterminio popular.

Por su parte, el presidente para América Latina de la Internacional Socialista, y Secretario General del Partido Revolucionario Dominicano, José Francisco Peña Gómez, expresó que la visita de ese presidente norteamericano, George Bush, a su país significaba "afirmar la posición de Bush con respecto al conflicto salvadoreño". Aseguró Peña Gómez que "había positivo de esa visita de Bush a República Dominicana".

comunicação

O monstro ainda não digeriu Martí

José Martí, um dos líderes da independência cubana e defensor da unidade dessa América que ele chamou de "nossa", em oposição à do Norte, residiu muito tempo nos Estados Unidos. "Vivi dentro do monstro e conheço suas entranhas", escreveria em uma memorável frase como resumo daquela experiência.

Quando a administração Reagan resolveu investir dez milhões de dólares para instalar em Miami uma rádio-emissora exclusivamente dedicada a difundir programas contrários à revolução cubana, seus especialistas em comunicação sugeriram que ela fosse batizada de "Rádio Martí".

O projeto ainda está sendo estudado pelo Congresso norte-americano, onde enfrenta dois tipos de oposição. Por um lado, daqueles que duvidam de sua eficiência, levando em conta as experiências semelhantes da "Rádio Europa Libre" ou o fato de que "A Voz da América" é escutada facilmente em Cuba, sem que isso faça o presidente Fidel Castro perder o sono. Por outro lado, alguns congressistas aprovam a idéia, mas se opõem a que a emissora leve o nome de alguém que "manteve atitudes tão antinorte-americanas". A quase um século de sua morte, Martí continua sendo indigesto para o monstro.

Suspensão circulação do La Prensa

O jornal oposicionista nicaraguense "La Prensa" teve sua circulação suspensa em meados do mês passado devido a incidentes durante uma manifestação contra o jornal. O ato foi organizado pelos comitês de defesa sandinistas em apoio ao governo, que vem sendo alvo de uma campanha de críticas por parte do diário. Segundo o comunicado oficial do Ministério do Interior, diante do protesto pacífico dos manifestantes, os guardas do *La Prensa* reagiram com fortes jatos de água. Como aqueles revidassem jogando frutas, os guardas começaram a atirar, ferindo Leonel Fonseca e Domingo Hernández Rodríguez.

Face às posteriores manifestações em protesto pela conduta do jornal — muitas pedindo sua confiscação — os diretores da *La Prensa* concordaram, numa reunião com o ministro do Interior, Tomas Borge, em suspender a circulação "por um período de prudência, para que baixem a tensão e a reação popular".

Imprensa oposicionista argentina

Está circulando na Argentina o 129º número do periódico *La Patria Grande*, um dos poucos órgãos jornalísticos de orientação contrária ao governo militar que consegue ser editado no país.

Órgão oficioso da Frente de Esquerda Popular (FIP), presidida pelo historiador Jorge Abelardo Ramos, *La Patria Grande* critica duramente a orientação econômica da dupla Martínez de Hoz/Roberto Alemann e sustenta que "os inimigos do Estado se apoderaram do Estado". O diretor do periódico é Luis María Cabra e a redação tem seus escritórios no seguinte endereço: Rua Chile 2021/1227 Capital Federal - República Argentina.

O novo Pasquim

Após doze anos e meio de existência como tablóide humorístico, o semanário *Pasquim* mudou de formato e proposta. Agora o jornal adotou o tamanho standard ao mesmo tempo em que pretende se transformar no principal veículo nacional das oposições.

Com a mudança, o *Pasquim* deixou de ter 32 páginas em formato tablóide para ter 16, em tamanho maior. Além disso foi ampliada a lista dos colaboradores, dando-se preferência a todos aqueles que estão contra o governo, nos mais variados setores da opinião pública. Ziraldo, um dos fundadores do jornal e um de seus atuais editores, afirma que "os grupos de oposição no Brasil precisam compreender a importância e a necessidade de terem um veículo nacional nos anos 80".

O jornal nasceu em junho de 69, seis meses após a decretação do Ato Institucional número cinco, que implantou o arbítrio no Brasil. Pouco tempo depois do seu lançamento, o *Pasquim* já havia se transformado numa espécie de veículo de resistência, no porta-voz dos indignados e silenciosos. Essa condição o levou a uma vendagem de quase 200 mil exemplares semanais, provocou uma censura prévia durante quase dez anos e causou a prisão por dois meses da sua equipe de editores.

Quando veio a anistia e o fim da censura, o jornal começou a enfrentar a concorrência dos grandes matutinos que, a essa altura, começaram a abrir suas páginas para denúncias que até então eram exclusivas do *Pasquim*. Mas vieram também os atentados contra os órgãos de imprensa de oposição. A campanha generalizada de intimidação teve reflexos na vendagem, acentuando a tendência entre os editores do *Pasquim* de buscarem uma nova forma, mais adaptada ao novo período político do Brasil.

PANORAMA TRICONTINENTAL

ÁFRICA AUSTRAL CRIA ZONA DE LIVRE COMÉRCIO

□ Nove países da África Oriental e Austral decidiram constituir uma "zona de preferência comercial" (ZPC), que se obteve êxito, após um longo processo, deverá se transformar num mercado comum regional.

Os países que firmaram o acordo em Lusaka (Zâmbia), em 21 de dezembro, são: as Ilhas Comores, Djibuti, Etiópia, Quênia, Malawi, Maurício, Uganda, Somália e Zâmbia. Outros governos representados em Lusaka, que não subscreveram o tratado mas não descartaram a possibilidade de o fazer mais adiante foram os de Angola, Botsuana, Lesoto, Suazilândia e Zimbábue. Os restantes países da região que não compareceram à reunião foram Madagascar, Moçambique, as Ilhas Seychelles e Tanzânia.

Estava previsto que a conferência fosse de nível presidencial, porém só compareceram os mandatários de Quênia, Somália, Suazilândia e Uganda, além do presidente anfitrião, Kenneth Kaunda. Lusaka será a sede da ZCP.



Kenneth Kaunda

O tratado responde à necessidade generalizada de se criarem instrumentos de intercâmbio e cooperação nos níveis regional e continental e terá vigência a partir do início deste ano. Os objetivos principais são: a) promover o comércio inter-regional; b) reduzir gradualmente as barreiras alfandegárias; c) estabelecer mecanismos comuns de pagamentos e compensações; d) facilitar o trânsito entre os países signatários.

As metas a longo prazo consistirão no desenvolvimento de sistemas de comunicação e de transporte e em fomentar a cooperação nos setores industrial e agrícola. Além disso, foi prevista a criação de um Banco para o Comércio e o Desenvolvimento.

Segundo os observadores, a colocação em prática dos mecanismos da ZCP levará vários anos. A estrutura econômica desses países de independência recente, quase todos sumamente dependentes das potências capitalistas ao nível econômico, age contra o intercâmbio regional. Em escala continental, o intercâmbio inter-africano somente representa cinco por cento do total.

Um fator que influencia profundamente a economia dos países da região é a dependência destes em relação à República Sul-Africana (RAS). Três pequenos países da África Austral — Botsuana, Lesoto e Suazilândia — por razões geográficas se encontram muito vinculados à RAS, com a qual estabeleceram um acordo alfandegário e deverão realizar consultas para tornar compatíveis suas participações neste acordo e na ZCP. Fontes da conferência disseram que os três países deveriam aderir ao tratado nos primeiros meses deste ano.

Uma limitação importante derivou da surpreendente ausência da Tanzânia, que havia participado dos trabalhos preparatórios do tratado, iniciados há três anos no marco da Comissão Econômica para a África, com sede em Addis-Abeba (Etiópia). A Tanzânia mantém fechadas suas fronteiras com o Quênia desde 1977, quando se dissolveu a Comunidade da África Oriental, um organismo de intercâmbio regional do qual ambos os países faziam parte. A divergência entre as duas nações não foi resolvida e como a ZCP exige a abertura das fronteiras de seus membros, supõe-se que esta foi a razão da ausência da Tanzânia e que o governo de Dar-es-Salaam não deverá aderir à ZCP até que se solucione o problema bilateral.

A não participação da Tanzânia, que tem uma posição estratégica, diminui as possibilidades potenciais da ZCP e afeta particularmente ao Quênia, que pretendia utilizar as facilidades de trânsito para recuperar os mercados que perdeu desde 1977.

ANGOLA DESMENTE NEGOCIAÇÕES COM WASHINGTON

☐ O governo angolano desmentiu oficialmente que o ministro angolano das Relações Exteriores, Paulo Jorge, tenha estabelecido negociações formais com os Estados Unidos, conforme foi anunciado por vários jornais europeus e norte-americanos. Paulo Jorge esteve recentemente em Paris onde se encontrou com o subsecretário de Estado para Assuntos Africanos, Chester Croker, mas na ocasião — segundo a agência angolana Angop —, houve apenas uma troca de idéias sobre a questão da Namíbia.

Os jornais europeus chegaram a afirmar que Angola se comprometia a retirar os soldados cubanos de seu território, caso os Estados Unidos pressionassem a favor da realização de eleições livres e imediatas no território da Namíbia, ocupado ilegalmente pela África do Sul. A Angop negou também que tenha havido qualquer contato oficial com o movimento Unita visando uma reconciliação. A televisão inglesa BBC afirmou que um diplomata português teria sido o portador da suposta mensagem do governo angolano à Unita.

Este movimento tenta derrubar o governo angolano com apoio aberto da África do Sul e dos Estados Unidos. Jonas Savimbi, o dirigente da Unita, esteve há pouco nos Estados Unidos onde recebeu apoio do setor mais conservador do Partido Republicano.



Ministro Paulo Jorge

A CONFERÊNCIA DE BAGDÁ

☐ De Moçambique partiu um alerta sobre a Conferência dos Não-Alinhados, a se realizar em Bagdá. O ministro Sérgio Vieira, do Comitê Central da Frelimo, declarou ao diário "Notícias", de Maputo, que há manobras de bastidores tentando mudar para Jacarta a sede da conferência de cúpula. A desculpa seria a guerra entre Iraque e Irã, mas, no fundo, o que se procuraria seria enfraquecer o Movimento dos Países Não-Alinhados e isolar diplomaticamente o Iraque, que tem sido um dos Estados mais empenhados no seu êxito e consolidação.

Quando da Conferência de Havana, também se articulou uma manobra semelhante, com a alegação de que Cuba não era o país apropriado para uma assembléia dessa natureza e nem Fidel Castro a pessoa indicada para presidi-la. A reunião de Havana foi um grande êxito político e diplomático e nem os adversários mais intolerantes levantaram qualquer objeção à maneira como a presidiu o mandatário cubano.

O mesmo ocorrerá em Bagdá. Seguramente a Sétima Reunião dos Países Não-Alinhados, sob a presidência de Saddam Hussein alcançará a mesma repercussão e o alto nível político e diplomático das anteriores.

A sugestão de que a sede alternativa seja Jacarta já denotaria a origem da campanha. O ministro Sérgio Vieira foi explícito a respeito: "Realizar a mais importante reunião do Movimento dos Não-Alinhados na capital da Indonésia, seria celebrar essa assembléia em um país que está violando, de modo frontal, os princípios básicos do não-alinhamento, ocupando pela força um outro país, Timor Leste, de forma colonialista e expansionista".

O EXÉRCITO ALEGÃO E A NOVA CONJUNTURA

☐ O ministro de Defesa do Afeganistão, general Abdel Kadir, afirmou recentemente que no momento está em curso o chamado "processo de aproximação entre o governo e o povo". Oficiais e soldados das unidades regulares do exército e os militantes do exército voluntário, assim como os

quadros do Partido e da Juventude estão mantendo conversações com os chefes das numerosas tribos afegãs para incentivar a "autodefesa de suas aldeias e territórios". Esta iniciativa permitirá uma maior compreensão mútua e explicar a base social do país, as metas e a política oficial.

O general Kadir comandou as unidades militares que há oito anos derrubaram a monarquia e levaram o presidente Daud ao poder, após a proclamação da República. Estas mesmas tropas em abril de 1978 deram um golpe contra Daud, transferindo o poder ao Partido Popular Democrático (PPD), que nomeou Nur Mohamed Taraki como novo presidente. Quando Hafizullah Amin, em setembro de 79, derruba e assassina Taraki, o general Kadir estava entre os muitos oficiais que foram detidos e condenados à morte. Em dezembro do mesmo ano, o general continuava preso quando as tropas soviéticas ajudaram a derrubar o governo de Amin, que foi também assassinado. O poder passa então a ser exercido por Barbrak Kamal, que nomeia o general Kadir para o cargo de ministro da Defesa com o objetivo de restabelecer a confiança da população no exército. Em 79, este exército contava com uns 100 mil soldados e agora este efetivo foi reduzido para apenas 40 mil. O general Kadir acredita no entanto que a deserção é um fenômeno superado e que os novos sistemas de recrutamento permitirão a médio prazo que as Forças Armadas voltem a contar com o número necessário de soldados para cumprir adequadamente as suas funções.

Além do sistema normal de recrutamento, obrigatório para todos os que atingirem a idade mínima, o serviço militar foi estendido a todos os que já passaram pelas escolas do Partido e da Juventude. Para o general Kadir, o exército afegão cumprirá no futuro um papel semelhante ao dos exércitos cubano e vietnamita.



Blindados do Afeganistão

UM FREIO AOS TÊXTEIS DO TERCEIRO MUNDO

□ Ao fim de quase um ano de difíceis negociações, foi aprovado em Genebra em 22 de dezembro, um novo projeto de protocolo do Acordo sobre Multifibras (AMF), que abrange um dos setores comerciais de maior importância para o Terceiro Mundo. De fato, o AMF estabelece as normas que regerão as exportações de têxteis e das indústrias de roupas do Terceiro Mundo destinadas à Comunidade Econômica Européia, aos Estados Unidos e ao Japão. Essas exportações representam 30% dos ingressos totais do Terceiro Mundo, pelo conceito de exportações de manufaturas.

Este novo acordo, que tem uma vigência de quatro anos e sete meses a partir de primeiro de janeiro de 1982, deverá ser aprovado pelos respectivos governos. As discussões foram realizadas no seio da Comissão de Têxteis do Gatt (o Acordo Geral de Tarifas e Comércio). Foram complexas e tensas devido ao afã dos países da Comunidade Econômica Européia (CEE) em extrair relevantes concessões de seus interlocutores do Terceiro Mundo. E, de fato, o conseguiram. Para estes países, não ter aceito algumas reivindicações das nações desenvolvidas ou não haver admitido algumas fórmulas de compromisso poderia ter resultado na falta de um acordo, ou seja, no pior que lhes poderia acontecer. Sem um acordo sobre multifibras, os exportadores de têxteis se veriam privados de garantias para a colocação de seus produtos.

As principais propostas, defendidas particularmente pela CEE, que foram aprovadas e dão a este protocolo um caráter menos liberal que o anterior, se referem às cláusulas de segurança e à redução das cotas dos quatro maiores fornecedores.

A cláusula de segurança consiste em garantias para que os importadores não sejam afetados por um aumento súbito dos produtos catalogados como "os mais sensíveis". Durante 1982, os países fornecedores destes dez produtos deverão respeitar as cotas de importações anuais estabelecidas para cada um deles. Em 1983 e nos anos seguintes, as cotas serão fixadas a partir do nível de 1982. Os países que em 1982 tiverem exportado aquém de suas cotas, não poderão aumentar posteriormente suas colocações em quantidades maciças. Deste modo, as nações do Norte esperam deter o aumento das importações que tende a crescer, pois os produtos do Terceiro Mundo são mais baratos que os similares destes países.

A redução das cotas dos quatro maiores fornecedores da CEE alcança as fábricas do sistema transnacional: Hong Kong, Coréia do Sul, Formosa e Macau. Estes provedores utilizam plenamente suas cotas e por isso não se dará o caso de serem reduzidas mediante a aplicação da cláusula de segurança. Como a CEE pressiona no sentido de estabilizar suas importações do Terceiro Mundo, em relação aos quatro grandes fornecedores, se reserva a possibilidade de reduzir suas cotas de modo direto, em 1983.

Estas restrições devem ser avaliadas comparando-as com o AMF firmado em 1974, cujo propósito explícito foi o de facilitar um crescimento ordenado das importações dos produtos dos países subdesenvolvidos, cujos custos menores constituíam uma séria concorrência para as indústrias do Norte. Mediante barreiras alfandegárias e restrições ao AMF os países desenvolvidos estão conseguindo que o crescimento seja substituído pelo congelamento, ou até pelo retrocesso dos têxteis do Sul.

CRISE POLÍTICA EM SANTA LÚCIA

Um governo de unidade nacional foi a solução encontrada na pequena ilha caribenha de Santa Lúcia (616 km²) para superar a crise política até as eleições gerais no segundo semestre deste ano. O governo trabalhista do primeiro-ministro Winston Cenac renunciou depois que a Igreja exortou a buscar "uma solução pacífica e satisfatória" para a crise. A nova administração será constituída por quatro membros do Partido Trabalhista do ex-primeiro-ministro Cenac, três do Partido Operário Unificado, liderado pelo ex-premier John Compton, e um do Partido Progressista Trabalhista, do ex-chanceler e vice-primeiro-ministro George Odlum.

Os grupos de Compton e Cenac concordaram que o único representante dos progressistas trabalhistas será o novo premier interino. Trata-se de Michael Pilgrim, de 34 anos, que teve uma breve porém exitosa carreira política.

O Parlamento será dissolvido em breve como preparativo para as próximas eleições. A crise irrompeu quando o partido oficial pretendia aprovar uma emenda a uma lei que teria dado aos ministros 18 meses para declarar como haviam gasto os adiantamentos concedidos para cumprirem a

gestão oficial. A legislação de 1960, ainda em vigor, dá apenas um mês para que a declaração seja feita. A medida motivou uma onda de protestos da oposição e os sindicatos decretaram uma greve geral que paralisou 80% da força de trabalho do país. Exigia-se a renúncia do governo — que efetivamente acabou renunciando — e a retirada da lei. Além disso, toda atividade comercial foi paralisada, os dois aeroportos da ilha foram fechados, como também os principais portos, e as comunicações internacionais ficaram suspensas.

ONU DÁ PRIORIDADE À NAMÍBIA

O novo secretário-geral da ONU, o peruano Javier Pérez de Cuellar, garantiu que dará prioridade imediata à solução do problema da Namíbia, tentando eliminar um dos últimos vestígios do colonialismo e do racismo na África. Pérez de Cuellar acaba de assumir o cargo de secretário-geral das Nações Unidas pelo período de cinco anos. Ele disse que os problemas enfrentados pelo Peru na questão colonial mostram que a ocupação ilegal da Namíbia não pode ser tolerada na ONU.

O diplomata afirmou que as críticas recebidas do governo racista sul-africano não afetarão a sua postura a favor da independência da Namíbia. Pérez de Cuellar garantiu que o regime de Pretória acabará verificando que sua intransigência em aceitar eleições livres no território que ocupa ilegalmente se tornará improdutivo. Ele disse que esperava que os Estados Unidos, Inglaterra, França, Canadá e Alemanha Ocidental possam convencer a África do Sul a tomar uma posição mais flexível.



Pérez de Cuellar

TELEX

● Nova Constituição

A comissão legal constituída pelo lêmén do Norte e lêmén do Sul para redigir um projeto de Constituição a fim de unificar ambos os países já terminou seus trabalhos. O documento passará agora ao Conselho lemenita, órgão criado depois da decisão política de unificar os dois lêmén, e logo será discutido no Parlamento de ambos países. Deverá ser aprovado mediante referendo.

● Lista negra

Segundo dados de porta-vozes árabes, 126 empresas norte-americanas foram incluídas na "lista negra" no ano passado, além de 47 empresas da Alemanha Federal e 39 companhias britânicas. As mesmas fontes indicam que 69 navios e petroleiros são boicotados pelo "Escritório Árabe de Apoio ao Boicote", devido às suas transações comerciais com Israel. A "lista negra" de empresas que negociam com Te-lavive foi criada pelos governos árabes depois da ocupação por parte de Israel do Sinai, Cisjordânia e Golã.

● Presidente

O presidente da República de Bangladesh, Abdus Sattar, também acumula agora o cargo de presidente do Partido Nacional, que governa este país. Importantes personalidades do partido também se candidataram ao cargo, como Khaleza Zia, viúva do ex-presidente Ziaur Rahman, assassinado em maio do ano passado. Porém, no último momento, todos retiraram suas candidaturas "em função dos altos interesses nacionais", em favor de Abdus Sattar.

● Ajuda

A Junta civil-militar democrata-cristã de El Salvador recebeu no mês de janeiro passado uma ajuda financeira oficial dos governos da Venezuela e da Argentina, num montante de 57 milhões de dólares. A contribuição venezuelana inclui 20 milhões para reforçar o balanço de pagamentos de El Salvador e 22 milhões em créditos para projetos de desenvolvimento. A Venezuela também decidiu prorrogar a ajuda financeira equivalente a 30% das suas vendas de petróleo a El Salvador. A Argentina concedeu um crédito de 15 milhões de dólares para a importação de maquinaria e outros bens de capital.

● Perdas irreparáveis

Os prejuízos sofridos pelos serviços de inteligência dos Estados Unidos depois da perda de documentação confidencial durante a tomada da embaixada norte-americana em Teerã são bem maiores do que o reconhecido oficialmente pelo Departamento de Estado, em Washington. Esta foi a conclusão a que chegou a revista *Newsweek* que entrevistou numerosos funcionários da equipe de Jimmy Carter, diretamente envolvidos na questão. A embaixada em Teerã tinha informações sobre os agentes e fontes de informação no Irã e outros países da região. Tinha também amplos detalhes sobre códigos, posições e cargos ocupados pelos agentes norte-americanos ou iranianos. Esta brecha no sistema de informações prejudicou seriamente o serviço de espionagem dos EUA, causando a morte de muitos agentes que operavam naquela região.

● Transnacionais

A transnacional norte-americana *General Dynamics*, fabricante

dos caça-bombardeiros *F-16* — dos quais a Venezuela está adquirindo 24 unidades — e a empresa *Westinghouse* estariam financiando as atividades das "Nuevas Tribus", uma missão norte-americana que, segundo denúncias, está encarregada de recolher informação estratégica sobre as ricas jazidas minerais nos territórios do sul do país.

● Águas minadas

O governo do Iraque avisou a todas as linhas de transporte marítimo que mantenham seus navios distantes do sul do Golfo Árabe, minado há 16 meses, no início da guerra com Irã. Segundo o comandante da marinha iraquiana, a área foi declarada zona proibida para todo tipo de embarcação pelas Forças Armadas de seu país.

● Refugiados

Milhares de refugiados salvadorenhos começaram a se instalar em Belize, para fugir à guerra em sua terra natal. O governo do primeiro-ministro George Price se mostra receptivo ao drama dos refugiados salvadorenhos, estando disposto a dar ajuda na medida das possibilidades deste pequeno e pobre país, que é o mais novo Estado independente da América Central. O Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados também está prestando assistência aos salvadorenhos instalados em Belize.

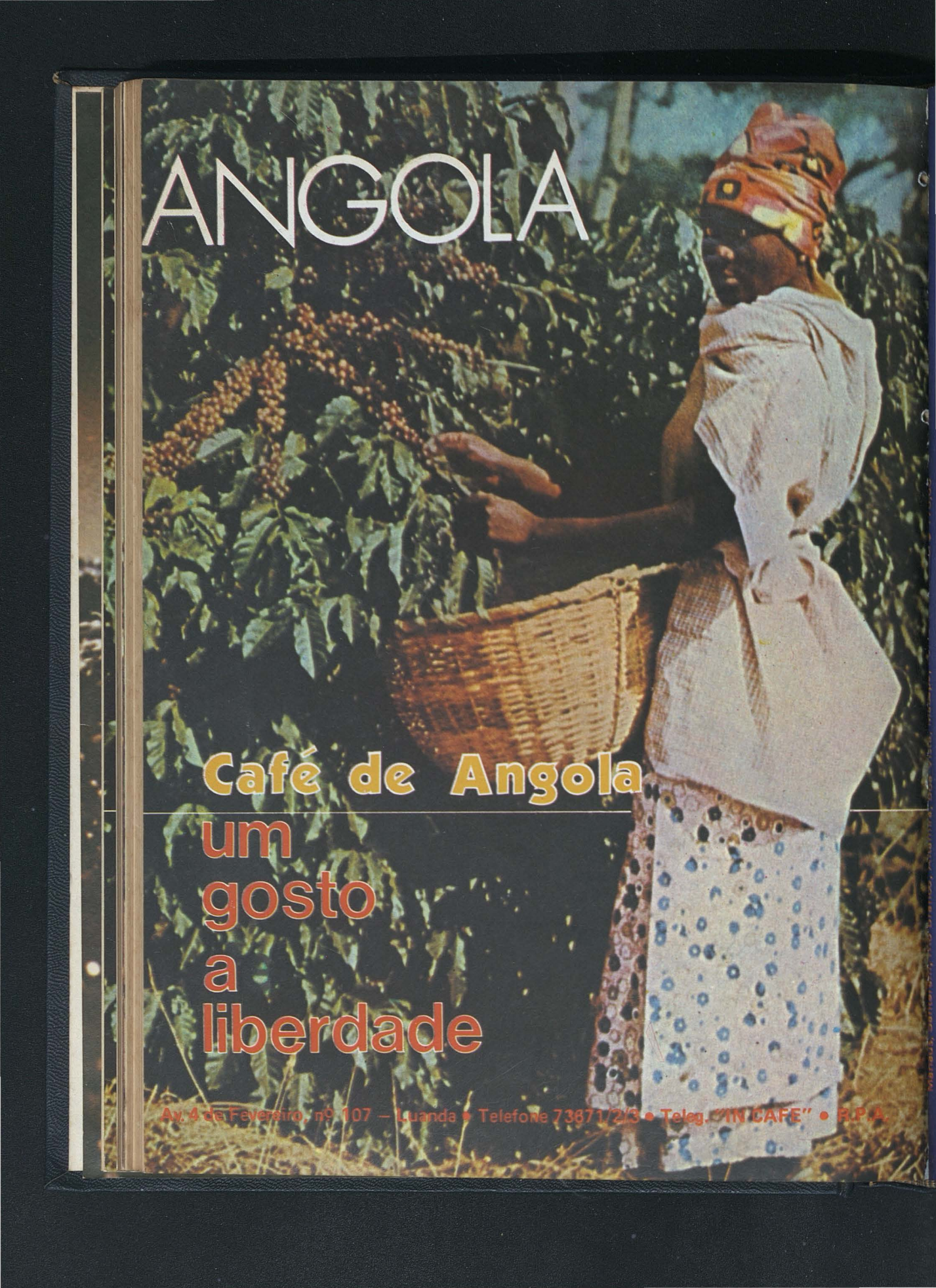
● Mercenários

O jornal *The Sunday Telegraph* de Londres, informou que o sultão Qabus, de Omã, enviou vários de seus auxiliares à procura de mercenários com experiência para que integrem suas forças armadas. A informação foi revelada por um estudante processado por opor-se ao recrutamento de mercenários.



TAA

LINHAS AÉREAS DE ANGOLA
★
ANGOLA AIRLINES

A woman wearing a colorful headwrap and a white shawl is harvesting coffee beans from a large bush. She is holding a woven basket. The background is a dense green field of coffee plants.

ANGOLA

Café de Angola
um
gosto
a
liberdade

Av. 4 de Fevereiro, nº 107 - Luanda • Telefone 73871/2/3 • Teleg. "IN CAFE" • R.P.A.